



★ CURSO DE ★
**FORMAÇÃO
POLÍTICA**
A DISTÂNCIA

UNIDADE 3

(Avançado Aula 3F)

Governo baixa Ato Institucional e col Congresso em recesso por tempo ilimitado

Ato Institucional n.º 5

Presidente da República e por todos os Mi-
nistros é o seguinte o Ato Institucional n.º 5, bai-
xa e mantidas a Constituição de 24 de janeiro
e as Constituições estaduais com as modificações cons-
titucionais.

Presidente da República poderá decretar o
recesso Nacional das Assembleias Legislativas
e Vereadores por Ato Complementar, em es-
te caso, ao voltando os mesmos a funcionar
e pelo Presidente da República.

Quando o recesso parlamentar, o Poder Exe-
cutivo fica autorizado a legislar em todas as
matérias das Constituições ou na Lei Orgânica dos

em o período de recesso, os senadores, os depu-
tados e os vereadores ao perceberem a par-
ticipação.

Em o período de recesso da Câmara Municipal
e o orçamento dos municípios
de Contas, será ex-
o sua ar-

TRADIÇÃO QUE SE RENOVA



O Governo, depois de uma
expectativa de várias horas, bai-
xou, ontem à noite, o Ato Insti-
tucional n.º 5, e, com base nele, o
Ato Complementar n.º 38
decreta o recesso
Nacional.

minhões estão em p
locamento. A Polí
400 hom

AU LA 3F



CONTEÚDOS INDISPENSÁVEIS PARA O PLENO APROVEITAMENTO DAS AULAS EM VÍDEO

INTRODUÇÃO

É muito pequena a bibliografia em português sobre o liberalismo social. O Partido Liberal (PL) tenta suprir esta lacuna em seus cursos. Por isso, este capítulo que se refere à primeira aula de nosso curso, deve dar aos leitores que pretendam aprofundar seus estudos, pelo menos um roteiro para pesquisas e para leituras mais avançadas.

Ao mesmo tempo, deve servir para alunos que, não tendo experiência de estudos políticos, estejam iniciando-se no assunto. Os capítulos assinalados com (*) destinam-se a alunos que queiram adquirir noções mais aprofundadas, e podem ser saltados, sem prejuízo da leitura.

A leitura dos demais capítulos dá ao leitor as noções básicas de liberalismo social, necessárias para a continuação do curso. Sugere-se que o texto seja estudado preferentemente em grupo, Sendo necessariamente densa, a leitura deve ser lenta e acompanhada, se possível, de debates.

A avaliação pode ser feita em conjunto pelo grupo de estudos. Se o curso está sendo organizado pelo PL, as avaliações devem ser enviadas aos coordenadores, para que os alunos recebam seu certificado no final do curso. Se o estudo é individual, leia todo o texto, ainda que você tenha dificuldades de compreensão de algumas partes. Depois, releia lentamente, fazendo anotações, sublinhando o que lhe parece importante.

OBJETIVOS

1. Mostrar que, desde suas origens, o liberalismo está associado à ideia de liberdade, luta contra a tirania, defesa da propriedade e dos oprimidos.
2. Caracterizar o fim das ideologias no mundo contemporâneo.
3. Deixar claras as diferenças entre o neoliberalismo e o liberalismo social.
4. Explicar o que é o liberalismo social, acentuando sua preocupação humanista e socialmente avançada.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO

a) A Questão Fundamental

Naturalmente, o homem procura a liberdade. Por outro lado, para viver em comunidade, precisa submeter-se a normas que limitam a sua ação; ou haveria o império da desordem, cada um fazendo o que quisesse.

Ao longo dos tempos, o dilema político tem sido o de saber quais os limites da liberdade individual, quais os objetivos da vida em comum (estaremos então discutindo a própria razão de ser da vida humana), quais as atribuições daqueles que governam como devem ser escolhidos e em que podem limitar a ação do indivíduo.

Platão, por exemplo, acreditava que os filósofos, os que mais conhecem, deveriam ter a responsabilidade do governo, em benefício de toda a coletividade. Aristóteles não lhe conferia tanto, por não acreditar ser possível atribuir a homens este saber integral, que justificaria a exclusividade do poder. Preferia o governo das leis.

Como veremos adiante, o liberalismo passa por várias fases, e vários sistemas podem ser chamados de liberais, mas sempre haverá uma atitude comum diante de algumas questões fundamentais.

O liberal acredita no homem livre e procura sempre ampliar o espaço em que esta liberdade se possa desenvolver. Acredita que os governantes devem ter o seu poder limitado por leis. E acredita que o Estado existe em função do indivíduo e para ele, e não que o homem seja apenas uma parcela da coletividade.

Nos tempos antigos, os liberais lutaram contra os reis, porque eram eles que oprimiam o indivíduo, concentrando em suas mãos todo o poder. Os monarcas absolutos foram substituídos pelo Estado, que passou a ser o grande opressor. Por isso, o Estado tornou-se o alvo dos liberais. Na sociedade de um futuro que já se desenha, talvez as grandes corporações impessoais venham a ser os opressores da liberdade individual. Os liberais estarão contra elas.

Hoje, quando alguém recebe um salário miserável e se escraviza a seu patrão ou a um sistema, sua liberdade está sendo sufocada. Os verdadeiros liberais têm o dever de defendê-los.

O Liberal não é, em princípio, contra ninguém. Nem contra os reis, nem contra o Estado, nem contra os poderosos. É a favor da liberdade individual. Defende o indivíduo contra os poderosos, a minoria contra a opressão das maiorias. Defende os empresários contra o Estado que restringe a sua liberdade de mercado. Defende o proprietário contra os que lhe querem retirar a propriedade, garantia de sua liberdade. Defende o operário contra o patrão que rouba o seu trabalho. Em suma, o liberal tem sempre uma atitude de luta contra a opressão que sofrem indivíduos ou minorias, seja a opressão exercida pelo estado, por grupos, corporações ou por qualquer outra pessoa ou entidade.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO



b) De Locke a Montesquieu (*)

John Locke (1632-1704) talvez seja o pai daquilo que hoje chamamos de liberalismo. Já percebe os riscos de poderes concentrados e pensa em separá-los, não deixando nas mesmas mãos o direito de fazer as leis e de executá-las.

Locke defende o indivíduo contra o Estado, que, para ele, deveria existir para assegurar a liberdade de cada um e garantir a propriedade.

Já aí começamos um debate fundamental: Para que existe o Estado? Milton (1608-1674) o vê como um inevitável limitador da liberdade.

O Estado a limita pela censura. É um pensamento contrário ao de Locke, que vê no Estado um garantidor das liberdades e da propriedade, que são anteriores ao próprio Estado.

Também Spinoza (1632-1677) entende que o homem nasceu para ser livre. Mas, na vida em comum, esta liberdade pode ser ameaçada, e os choques serão inevitáveis. Surgiu o Estado para que a liberdade individual fosse garantida.

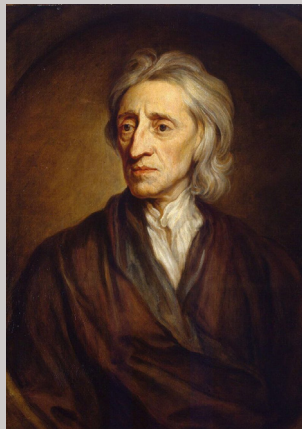
Mais tarde, Kant (1724-1804) irá além nesta visão do Estado-garantidor das liberdades. Este é seu único objetivo e não o de promover a felicidade dos súditos. A liberdade é assegurada pelo respeito de todos às leis.

Montesquieu (1689-1755) foi o primeiro liberal a preocupar-se com a organização do Estado e com o seu funcionamento. Aliás, depois dele, há poucos outros preocupados com este tema, na história do liberalismo.

Em sua obra *O Espírito das Leis*, defende que, para evitar abusos, os poderes do Estado devem ser divididos. Seus poderes fundamentais são os de julgar, fazer leis e executá-las. Cada um deles deve ser exercido por um ramo diferente.

Aí está a inspiração para o modelo que seria adotado pela Constituição americana, ao criar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Pensando nesta separação, Montesquieu se estava insurgindo contra os poderes absolutos dos monarcas.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO



JOHN LOCKE (1632-1704)



IMMANUEL KANT (1724-1804)

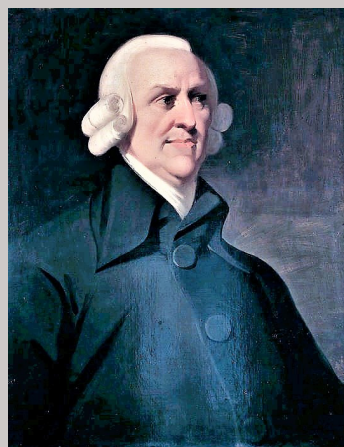


BARUCH ESPINOZA (1632-1677)



MONTESQUIEU (1689-1755)

c) Adam Smith



ADAM SMITH (1723-1790)

Adam Smith (1723-1790) é o fundador da Economia Política e também o pai do que hoje chamamos de liberalismo clássico.

Com método, ele se debruçou sobre as relações econômicas publicando sua obra definitiva em 1776: *A Riqueza das Nações*. É importante lembrar que, por coincidência, esse livro, que teve forte influência, aparece no mesmo ano em que as treze colônias que formariam os Estados Unidos iniciam seu processo de independência.

Adam Smith não se preocupa apenas com a liberdade do indivíduo diante do Estado. Ele verá o indivíduo em relação à comunidade, e o indivíduo e a comunidade em relação ao Estado. Nas relações econômicas, a sua liberdade dependerá também da existência de um mercado livre, onde possa exercitá-la.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO

A propriedade continua sendo fundamental, mas a sua garantia dependerá mais do mercado livre que do Estado. Adam Smith acredita que se o mercado for livre, o equilíbrio se fará naturalmente, no campo do trabalho, da produção e dos preços. Para ele, a ordem econômica dispensa o estado, porque ela se desenvolve naturalmente. O homem busca o lucro, o verdadeiro motor de toda a sua atividade.

Buscando o lucro, ele é guiado por uma mão invisível, que o conduz, inclusive, à realização dos interesses sociais. Esses interesses não são os de uma sociedade imaginária, mas do conjunto de indivíduos. Eles representam a soma dos interesses individuais, que são satisfeitos com o lucro.

Para o liberalismo clássico de Adam Smith, toda a economia gira em torno do lucro.

d) A Divisão do Trabalho (*)

Para obter maior eficiência e melhores lucros, o homem divide o trabalho. Um homem sozinho nunca fabricaria um navio. Mas se muitos homens se reunirem cada um fazendo uma parte, o navio poderá ser construído.

Adam Smith vê nesta divisão do trabalho um elemento diferenciador entre o homem e o animal. Ela revela a tendência natural do homem para a troca, o que não acontece entre os animais.

Para ele, nesta troca permanente, em que cada um buscará lucros, está o segredo do progresso.

Tanto maior seja a especialização, melhor. Há até, para Adam Smith, a vantagem de se ganhar tempo: fazendo sempre a mesma coisa, o trabalhador não se precisará deslocar, nem reunir novos instrumentos.

O Estado não se deve envolver no mercado. O mercado é regulado pela especialização de cada um, pela procura do lucro e pelo egoísmo; não por princípios humanitários.

Quando compramos pão, diz Adam Smith, não nos dirigimos à humanidade do padeiro, mas a seu egoísmo. Não lembramos a ele nossas necessidades, mas as vantagens que terá com a venda de seu produto. Só um mendigo pode ficar na dependência da boa vontade alheia e, mesmo assim, quando gastar as esmolas que recebeu, estará participando do mercado.

Para Adam Smith, é a divisão do trabalho que irá distinguir os homens. Todos seriam semelhantes até os 6 ou 8 anos, quando começam a ter orientações e ocupações diversas, e aí se iniciam as distinções que continuarão ao longo de sua vida.



I. A ORIGEM DO LIBERALISMO

e) Trabalho Produtivo (*)

Outro conceito de Adam Smith é o do trabalho produtivo: é produtivo o trabalho que acrescenta valor ao objeto sobre o qual se exerce.

O trabalho produtivo, desta forma, incorpora-se ao objeto. O trabalho improdutivo (que nem sempre é inútil, para Adam Smith) é o que fisicamente desaparece. O trabalho dos artistas, por exemplo, é improdutivo.

O grande esforço deve ser o de aumentar o trabalho produtivo. O improdutivo existe às custas do produtivo.

O Estado é improdutivo. Ele só consome; não produz. Seu papel deve então ser mínimo, apenas assegurando, sem qualquer participação, o funcionamento livre do mercado. No conceito de Adam Smith, se, por exemplo, o trigo estiver muito caro, mais agricultores vão plantá-lo. Em busca de lucro. A oferta vai aumentar e os preços vão naturalmente cair. Tudo se ajustará, sem que o Estado precise envolver-se. O processo estará sendo conduzido pela mão invisível para o benefício de todos.



f) Da Constituição Americana à Revolução Francesa

Tocqueville (1805-1859), em sua obra *Democracia na América*, diz ao mundo sua admiração com o que vira na Nova Inglaterra.

Os Estados Unidos de hoje foram colonizados por famílias que fugiam das perseguições religiosas na Inglaterra. Apegados à propriedade, tinham natural aversão à tirania. Não aceitavam a religião subordinada ao estado e tinham especial tendência para a vida comunitária.

Tocqueville, que temia o risco da tirania das maiorias, entusiasma-se com esse espírito comunitário. Para ele, lá está o exemplo de homens que se tornam cidadãos, porque o Estado existe em seu benefício e aqueles se sentem parte desse Estado. Na Europa, ao contrário, o homem sentia-se súdito, administrado por um estado que o controlava. Nos Estados Unidos, as ideias de liberdade e igualdade começavam a conviver.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO

Em 1787, os convencionais redigem a Constituição dos Estados Unidos, e inicia-se a campanha dos federalistas para obter a aprovação de seu texto pelos estados.

Este é um período rico para o liberalismo.

A liberdade, a igualdade, os direitos do indivíduo são assegurados.

Nasce o primeiro Estado realmente liberal, onde o poder é limitado. As leis democraticamente aprovadas são garantidas por tribunais independentes. Os cidadãos escolhem seus dirigentes.

A campanha pela aprovação da Constituição serve também para criar uma consciência liberal no país.

Mas só com a Revolução Francesa o conceito de democracia iria ampliar-se para, efetivamente, significar, não só o voto, mas a participação de todos. Até então, o ideal liberal buscava, sobretudo conter os soberanos e limitar o poder do Estado. Com a Revolução, surge a ideia da vontade geral, sem as características antiindividualistas de Rousseau (como veremos adiante). Contém-se o soberano, mas isso não basta. O indivíduo é visto em nova dimensão participativa e social.

A Declaração dos Direitos do Homem (27 de agosto de 1789) assegura que "o princípio de toda soberania reside na nação. Nenhum corpo nem indivíduo pode exercer autoridade que não emane expressamente dela". Dentro da tradição liberal, lembra que "a propriedade é direito inviolável e sagrado".



g) A Crítica

Por motivos históricos, até o século XVIII, a liberdade era defendida para os proprietários e para a burguesia. Só com a Revolução Francesa, começa-se, palidamente, a ter visão da coletividade, do direito de todos.

Adam Smith, por exemplo, tal como seus raros seguidores modernos, luta pela liberdade dos burgueses e defende uma economia desumana em que os trabalhadores, como os escravos, devem ser eficientes. Não há preocupação com a liberdade deles.

I. A ORIGEM DO LIBERALISMO

O grande desafio do liberalismo social moderno é o de aproveitar as lições de liberdade dos liberais clássicos e aplicá-las a todos. Na sociedade moderna, em que todos são cidadãos, todos votam, todos têm acesso às informações, todos têm também o direito de ser livres.

O Programa do PL dá uma demonstração prática de aplicação do liberalismo social, ao defender intransigentemente o direito à propriedade (e não apenas o direito de propriedade).

Todos devem ter acesso à propriedade. Não defendemos apenas os atuais proprietários e seus sucessores ou herdeiros.

Como liberais, recebemos as lições que, modernamente, vêm desde Locke (defesa da propriedade), mas estendemos este direito a todos, ao contrário do que faziam os liberais clássicos e daquilo que os neoliberais defendem hoje.

O velho liberalismo teve o mérito de despertar as consciências contra as tiranias, mas a aplicação hoje de suas receitas seria desumana e promoveria uma nova espécie de tirania contra os mais pobres, sobretudo em um país como o Brasil, onde a injustiça social é flagrante.



II. O SOCIALISMO



Há "socialismos" para todos os gostos. Mas nos diversos modelos sempre encontraremos alguns pontos comuns.

Ao contrário do liberal, o socialista enxerga o homem em função da coletividade, e não como indivíduo acima dela. A partir daí, surgirão muitas divergências, sobretudo nas décadas que se seguiram à Revolução Industrial.

Muito antes, Rousseau (1712-1778) já enxergava na propriedade privada a grande fonte dos problemas. Para ele, o homem vivia na natureza, em estado de inocência. O conceito de propriedade privada acabara com esta inocência e a harmonia do mundo. Ela, e não o pecado, como sugerira Milton, nos havia feito perder o paraíso.

Para estabelecer a ordem e permitir o convívio, os homens fizeram uma espécie de pacto (o contrato social), concedendo algum poder aos soberanos. Apenas nesse sentido, Rousseau foi um liberal, porque defendia a limitação desse poder, que só seria legítimo para o cumprimento do pacto. Mas sua "preocupação não era com o indivíduo: sua visão era a da "vontade geral", o poder da coletividade. Por outro lado, a sua crítica radical à propriedade também o afasta do liberalismo.

Muitos pensadores, e durante muito tempo, combatiam os conceitos individualistas de liberdade.

Saint-Simon (1809-1865), com rigor lógico, não imaginava o homem livre dentro de um mundo físico governado por leis imutáveis.

A preocupação obsessiva e exclusiva com a liberdade individual e com a propriedade criava modelos individualistas e egoístas que não poderiam satisfazer a todos. Movimentos socialistas e anarquistas multiplicavam-se, inconformados com esse individualismo do liberalismo clássico, que Hegel chamaria de "despotismo da liberdade". Uma liberdade cômoda para os que já eram livres e proprietários.

A Revolução Industrial agravou o quadro social. Eis como Edmund Wilson descreve aquela época: "... as crianças, que começavam a trabalhar nas fábricas aos cinco ou seis anos, recebiam pouca atenção das mães, que também passavam todo o dia nas fábricas, e nenhuma instrução de uma sociedade que só queria delas que executassem operações mecânicas, caso Quando se deixavam sair das verdadeiras prisões que eram as fábricas, as crianças caíam exaustas, cansadas demais para lavar-se ou comer, quanto mais estudar e brincar... Também nas minas de ferro e carvão, mulheres e crianças, juntamente com os homens, passavam a maior parte de suas vidas, rastejando em túneis estreitos debaixo da terra e, fora deles, viam-se presas nos alojamentos da companhia".

Este quadro de miséria e a crítica justa ao liberalismo clássico, que o aceitava, estimulou o pensamento socialista, que encontraria em Marx a sua maior expressão.

II. O SOCIALISMO

a) O Marxismo



KARL MARX (1818-1883)

Karl Marx (1818-1883) vê no mundo de sua época o modelo da exploração capitalista desenvolvida pelos que proclamavam a liberdade.

Estudioso, com extraordinária argúcia, trabalhador incansável, autoritário, Marx consegue empolgar os vários movimentos socialistas de seu tempo. A partir dele, não se falará em socialismo sem ter a sua obra como referência.

Na realidade, a obra de Marx é complexa., muito extensa e, em vários momentos, contraditória. Por isso, tudo se faz em seu nome. Citando Marx, a União Soviética escravizou milhões de homens e mulheres ou os enviou para os campos de concentração e asilos psiquiátricos. Diferentes movimentos socialistas e comunistas defendem teses contraditórias, sempre citando-o.

Marx foi um pensador teórico, mais preocupado com ideias que com homens ou com a concretização de sua sociedade ideal. Seu amigo Engels (1820-1895), mais próximo da realidade, sobreviveu a Marx, mas não procurou aplicar suas teorias e ideias a situações concretas. Seus seguidores foram, sobretudo, ativistas que conheciam e admiravam o tema da sinfonia marxista, mas, muitas vezes, não estava sequer à altura de conhecer em profundidade toda a sua obra. Lenin (1870-1924) é o melhor exemplo. Agiam, como agem até hoje, e depois vão buscar a justificativa na vasta obra de Marx (da qual até hoje só se publicam textos dispersos). Sempre encontram a justificativa que querem.

Para Marx, o conceito burguês de liberdade é errôneo. Ele traduz uma conquista da burguesia, no fim da Idade Média, e está ligado a estruturas feudais que nada têm a ver com o mundo atual. Serve apenas para oprimir o proletariado e para aliená-lo.

Tomando de Hegel a noção do processo dialético, Marx vê uma sociedade que será levada pela luta de classes a uma inevitável revolução, que culminaria com a vitória do proletariado.

II. O SOCIALISMO

A todos os fatos ou acontecimentos (tese) se seguem movimentos ou fatos contrários (antítese). Os elementos positivos da tese e da antítese geram uma síntese, que se transforma em tese, provocando uma antítese, e assim por diante. Este movimento não é presidido por nenhuma mão invisível ou por algum Absoluto (Hegel), mas processa-se de forma inexorável na infraestrutura econômica, determinando o que se passa na superestrutura. As ideias e as artes, por exemplo, são determinadas pela realidade econômica e pelos processos de produção.

Marx não aceita a instituição da propriedade privada. Irrita-se com a célebre frase de Proudhon (1809-1865), um dos pais do socialismo moderno: "A propriedade é um roubo". Para Marx, dizer que ela é um roubo significa que foi roubada de alguém, logo alguém era proprietário. Proudhon estaria reconhecendo a propriedade, sem perceber.

O proletariado é sacralizado. Nele reside a sabedoria e a capacidade de ação, adquiridas ao longo de tanto tempo de espoliação e de sacrifícios. Ele fará a revolução.

A sociedade medieval teria engendrado a sociedade industrial. A síntese das duas, aproveitando o humanismo de uma e as técnicas (não o modelo) de produção da outra, seria a sociedade comunista.

Mas aí, o movimento dialético não poderia continuar. Como o seu motor são as contradições internas (que geram antítese), elas teriam de ser eliminadas. Marx sugere então, logo após a revolução, uma ditadura do proletariado, para que desapareçam todos os resquícios da burguesia. Depois se chegaria naturalmente a uma sociedade ideal, onde, após algumas etapas intermediárias, todos viveriam de acordo com suas necessidades, sem a exploração do homem pelo homem.

Marx vivia naquele mundo a que nos referimos anteriormente, de absoluta exploração do trabalho. As unidades de produção se tornariam cada vez mais caras, com o desenvolvimento tecnológico.

Então, imaginava ele, cada vez mais o capitalista terá de acumular fortuna para adquirir estes bens.

Terá de explorar o proletário e aumentar a mais-valia (a diferença entre o que ganha o trabalhador e o valor real de seu trabalho ou o tempo que ele trabalha a mais do que deveria, pelo que recebe).

Chegará a um ponto em que o operário não mais resistiria, e a revolução seria inevitável.

III. CONSIDERAÇÕES DE UM LIBERAL SOBRE A EXPERIÊNCIA SOCIALISTA

A grande contribuição de Marx não foram suas conclusões, mas o seu método de análise histórica.

Ele procurava observar os fatos, e concluir. Deu à Economia a sua justa importância, demolindo a velha História, apenas dirigida por heróis e guerreiros. Fez a grande crítica da sociedade burguesa de sua época, mas não soube encontrar soluções; e as suas previsões não se confirmaram. Ele analisava o presente e o passado, mas não previu o futuro.

As revoluções comunistas não aconteceram, como pensava Marx, na Inglaterra ou na Alemanha, em consequência do desenvolvimento industrial. Ao contrário, a Rússia ou a China viviam ainda fases pré-capitalistas, quando o socialismo marxista assumiu o poder. Bastaria isso para pôr abaixo toda a lógica da cosmovisão marxista. E, nesses países, o poder não foi tomado pelo proletariado, mas por soldados descontentes, agricultores e vítimas de generais corruptos ou incompetentes.

Curiosamente, ao invés de serem consequentes da industrialização, esses Estados criaram sociedades industriais. Neles, como em toda a Europa Oriental, não houve revolução; houve golpes.

Mau economista, Marx só examinou o processo pelo ângulo da produção, esquecido o do consumo.

Os capitalistas não poderiam indefinidamente oprimir o trabalho, ou não haveria consumidores para seus produtos. A partir de certo momento, o centro dinâmico do processo teria de deslocar-se para a procura. Fortalecem-se os sindicatos, aumentam-se os salários reais, desenvolvem-se as sociedades anônimas, confundindo-se as figuras do trabalhador e do empresário. E a experiência foi mostrando que o proletário, ao invés de revoltar-se, foi procurando melhorar os seus padrões de consumo, de acordo com os hábitos da burguesia. Nem revolta, nem solidariedade proletária. Se chega ao poder, o trabalhador segue, às vezes com mais rigor, a velha gramática burguesa. Tudo ao contrário do que previra Marx.

Romântico, Marx imaginava uma sociedade sem pecado e sonhava com um mundo perfeito, onde todos estariam conscientizados para o bem comum. Na realidade, a ditadura do proletariado serviu apenas de desculpa para o domínio de grupos mais tirânicos que os velhos monarcas.

Nem Marx nem Engels sabiam como iria funcionar o seu sistema. Na prática, aplicou-se de sua teoria o que convinha aos detentores do poder. O ateísmo, por exemplo, era norma seguida à risca, não porque as religiões estimulem e sejam fruto da alienação, como sugerira Marx, buscando inspiração em Feuerbach. Eliminaram-se as religiões para tentarem fazer desaparecer parâmetros éticos e evitar resistências ao poder dos tiranos (como aconteceu na Polônia). Lenin, o prático, lembrava que "o marxismo é o materialismo". Somente sem religiões no horizonte, ele poderia dizer que "é moral tudo que serve para destruir a antiga sociedade". Sem um projeto definido, Marx sempre foi usado no que era útil para o Estado socialista e para os que detinham o poder.

IV. O PÓS-SOCIALISMO (*)



É natural que as guerras aumentem o poder e a influência dos Estados. A segurança das nações depende de exércitos que os governos comandam. Todo o consumo e a produção se alteram, e os povos vivem, sobretudo, o esforço comum que tem como objetivo a vitória militar. O Estado é o ator principal e o organizador de todo esse espetáculo.

Neste século, tivemos duas grandes guerras que acostumaram as nações à direção centralizada dos Estados. A primeira delas permitiu o aparecimento do Estado socialista (bolchevista) na Rússia.

O mundo se cansara do egoísmo do liberalismo clássico e das evidentes injustiças que o processo capitalista gerara no final do século passado. Os sonhos de Marx, de seus antecessores e de seus seguidores encontravam terreno fértil.

O socialismo desenvolveu-se então por toda parte. Socialista chegou a parecer sinônimo de humano e bom. Em certa época, criou-se a consciência de que o mundo caminharia inevitavelmente para o socialismo, e assim se criaria uma sociedade mais justa e igualitária.

A propriedade privada sofria restrições e o Estado aumentava seus tentáculos, tornando-se protetor e administrador. Durante quase cem anos, o socialismo teve sua oportunidade de provar eficiência e realizar aqueles sonhos de justiça e igualdade.

Mas, com o fim das guerras e a volta do mundo à sua rotina de progresso, o modelo começou a mostrar suas falhas. O desenvolvimento tecnológico tornou a produção tão diversificada, que o Estado se tornou incompetente para administrar o mercado. As teorias socialistas e marxistas foram sendo derrubada uma após outra, como um castelo de cartas que se desmancha.

A ideia socialista do Estado burguês a serviço de uma classe-dirigente passou a aplicar-se não às democracias ocidentais, mas exatamente aos regimes socialistas, onde o Estado era o grande opressor.

O Estado socialista tornou-se dramaticamente ineficiente. Retirava o dinheiro do mercado para fazer mais caro e pior o que a empresa privada faria com mais eficiência. Em toda parte, onde empresas foram estatizadas, os resultados foram lamentáveis.

IV. O PÓS-SOCIALISMO (*)

A União Soviética conseguira progredir graças à escravização do trabalho e a uma férrea ditadura. As comparações indicam que, com tal sacrifício do consumo e disponibilidade de mão-de-obra, num regime liberal teriam conseguido resultados incomparavelmente melhores. Sem o sacrifício das liberdades, o operário alemão e o inglês libertaram-se, e têm hoje um padrão de vida que não se poderia conceber na primeira década do século. E muito superior aos dos antigos regimes socialistas.

Em 1970, Benoist, socialista, em uma obra que se vai tornando clássica, anunciava: "Marx morreu".

E dez anos depois, Alain Touraine, socialista insuspeito, chegaria a dizer: "O socialismo é hoje apenas uma ideologia que atrasa a compreensão de uma sociedade que nasce sob nossos olhos".

Gorbatchev deu o tiro de misericórdia em um regime cuja sentença de morte já estava assinada. Os regimes socialistas desabaram em toda a Europa e na União Soviética. A destruição do Muro de Berlim é o símbolo do fim de uma época de opressão, mantida em nome de ideais populares.

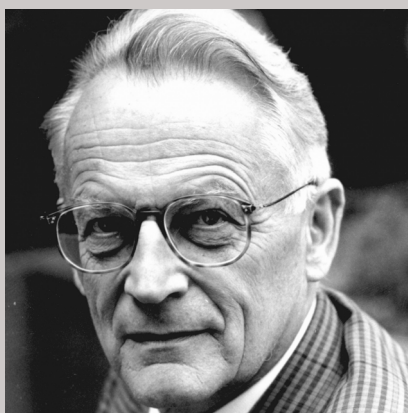
É importante, no entanto, que não se confunda o fim do socialismo com a ressurreição do liberalismo clássico capitalista. Esse liberalismo de Adam Smith morreu antes do socialismo e foi sepultado por ele.

Entusiasmados com o que veem no Ocidente, há líderes de países ex-socialistas que sonham com as vitrines de eletrodomésticos em seus países, achando que basta deixar o mercado livre e o progresso virá. Como se o Ocidente não estivesse acumulando este progresso desde o século XVI, inclusive com o trabalho de suas colônias.

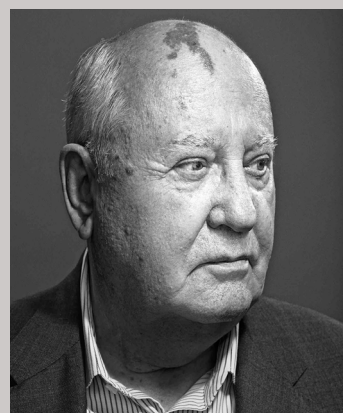
No Brasil, há os que saúdam o fim do socialismo como o início de uma nova era em que o Estado desaparecerá. Em nosso país, onde o povo não vê atendidas suas satisfações mínimas de educação, saúde e seguridade social, o Estado ainda tem muito que fazer. O Partido Liberal (PL) tem o dever histórico de lutar para que, no Brasil, o pós socialismo inaugure a época do liberalismo social e não se transforme em bandeira do velho liberalismo egoísta.



ALAIN BENOIST (1943)



ALAIN TOURAINE (1925)



MIKHAIL GORBATCEV (1931)

V. CONSIDERAÇÕES DE UM LIBERAL SOBRE O NEOLIBERALISMO

Com o fim do socialismo, o liberalismo volta a fortalecer-se. Duas correntes irão buscar suas inspirações na doutrina liberal: o neoliberalismo e o liberalismo social. Nesta última, está o Partido Liberal (PL), que luta contra o neoliberalismo.

O neoliberalismo moderno tem como seus maiores teóricos Von Mises (1881-1973) e Hayek (1889-1992). São fortemente individualistas e despreocupados da realidade social. Aham que tudo se resolverá, se as leis do mercado forem seguidas.

Os neoliberais tendem a sacralizar a liberdade, inclusive a do mercado, considerando-a um bem em si mesmo e o objetivo final que deve ser procurado. Para Hayek, a liberdade é a ausência de qualquer coerção ou coação. A coação existe quando a ação do indivíduo está a serviço da vontade ou da intenção do outro. Um sacerdote ou um soldado da Legião Estrangeira perderam sua liberdade, ainda que tenham livremente feito a sua opção. Já um soldado de um exército regular não está na mesma situação, porque não se submete à vontade de alguém, mas a leis que são obedecidas também por seus superiores.

Diante do fracasso socialista, o neoliberalismo vai ainda além de Adam Smith na rejeição do Estado e na defesa da liberdade de mercado. O liberal clássico aceitava a proteção do Estado em certas áreas fundamentais (navegação, por exemplo) e para certos fins sociais (promover a educação dos mais pobres).

Os neoliberais acreditam que qualquer intervenção do Estado é prejudicial, porque desequilibra a sociedade de mercado, provocando, em cadeia, outras intervenções-para corrigir este desequilíbrio. Para os neoliberais, expressões como Justiça Social e Bem Comum são meros álbis de grupos de pressão, que pretendem satisfazer seus interesses à custa do Estado e dos que produzem.

Para que haja liberdade, é preciso que haja progresso permanente, e este progresso precisa de um mercado absolutamente autônomo. Tocar nele ou no lucro paralisa os mecanismos que promovem esse progresso e asseguram a liberdade.

Para Hayek, a ideia de liberdade consolidou-se no pensamento humano não por questões religiosas ou éticas. Ela não é antecedente; é consequente.

Corresponde apenas à racionalidade. O homem é livre porque assim é mais eficiente e produz melhor.

Para o pensamento neoliberal, em uma sociedade competitiva, como ela deve ser para progredir, a miséria, por exemplo, é um preço inevitável que se tem que pagar. Às vezes, este preço é elevado, mas não há alternativa, ou os homens se submeteriam a opções e a escolhas subjetivas de alternativas dos que governam. Todo o equilíbrio da sociedade livre desaparece então. O mercado é deificado pelos neoliberais. Ele, e só ele, deve determinar as regras da vida e da sociedade.

A ação humanitária ou social do Estado parece aos neoliberais, pelo menos, hipócrita e despida de lógica. Para Hayek, se o homem não fosse, por exemplo, tão egoísta e se tivesse realmente preocupado com os que morrem em desastres de automóvel, teria uma solução: acabar com os automóveis. O que ele não faz. Da mesma forma, é ilógico pretender parecer que resolve problemas, quando apenas prejudica a livre competição entre os homens, gerando problemas maiores.

V. CONSIDERAÇÕES DE UM LIBERAL SOBRE O NEOLIBERALISMO

Negam-se os serviços sociais do Estado. Para Hayek, não é justo obrigar pessoas a contribuírem para objetivos que talvez não lhes interessem, como a assistência social. Se quiserem ser caridosas, que o sejam livremente. Além disso, o Estado não é confiável, e não se pode julgar a necessidade real, a extensão e o custo de tais serviços. Nesta linha de raciocínio, mesmo o imposto progressivo (que taxa mais os mais ricos) será injusto

Esse neoliberalismo traria fatalmente como consequência de sua ideologia, a apologia de grupos e de empresas ou corporações capitalistas que falam em "liberdade de mercado" apenas como uma desculpa para justificar a exploração do consumidor e da sociedade e a busca de lucros sempre maiores.

O neoliberalismo é ideológico, tal como o socialismo. Parte de premissas discutíveis e sobre elas assenta todo um programa mais radical que o do liberalismo clássico.

Raymond "Aron, um dos maiores liberais contemporâneos, resumiu sua crítica em uma frase:" Eu não recuso a Hayek minha admiração. "Mas eu me reservo de dar-lhe minha fé."

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

a) O Conceito de Liberdade no Liberalismo Social (*)

O homem é livre quando, sem sofrer coação irresistível, pode realizar-se, de acordo com as leis naturais. Em outras palavras, a busca da liberdade (e o estado de liberdade) não nos autoriza a agir contra a natureza. Se decidirmos atirar-nos de um edifício para voar até o outro mais próximo, usando a nossa "liberdade" de agir, apenas nos iremos estatelar no chão. A natureza impõe-nos limites, às vezes estreitos, e eles não dependem de nossa vontade.

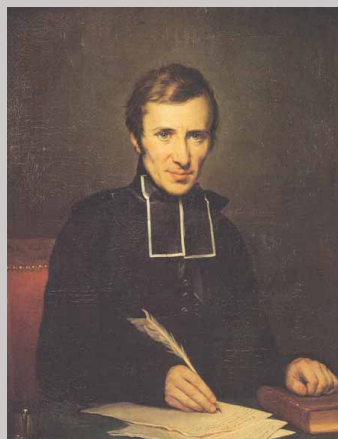
É-nos assegurado o livre-arbítrio, conceito diferente do de liberdade. Podemos, usando nosso livre-arbítrio, atirar-nos da janela, matar, roubar ou viciar-nos em drogas. Em qualquer dessas hipóteses, estaríamos não ganhando, mas perdendo a liberdade. Em resumo: todos temos o livre-arbítrio. Podemos fazer o que quisermos, até matar-nos. Mas livre-arbítrio não é igual à liberdade.

Só exercitamos a nossa liberdade quando utilizamos o nosso livre-arbítrio dentro dos limites éticos que a Natureza nos impõe. Fora disso, estamos contrariando a nossa própria condição humana, na qual a liberdade está inserida.

A liberdade não pode ser alegada, por exemplo, para o ato imoral ou, no plano social, para a opressão de outro indivíduo. Ela é um bem que visa à dignificação do homem.

É esta a concepção que o Programa do PL tem de liberdade. Para sermos livres, não podemos dizer como Lúcifer, "não servirei", em busca do poder total e da suposta liberdade total. Ao contrário, quando procuramos essa pretensa liberdade, fora da ordem natural, escravizamos-nos.

O neoliberalismo clássico retira da liberdade qualquer conteúdo ético, o que já esvaziara o liberalismo clássico, tornando-o antinatural. Talvez por isso, dissesse dele Lamennais (1782-1854): "Torne-o católico e ele renascerá". Na primeira metade do século XIX, Mme. de Staël também se opunha à separação dos liberais das religiões, lembrando não se precisar ser ateu para amar a liberdade. Os dois autores não queriam dizer que o liberalismo deveria ser católico e nem religioso.



LAMENNAIS (1792-1854)



MME. DE STÄEL (1766-1817)

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

Diziam que, se se acrescentassem a ele os valores éticos das religiões, ele se engrandeceria. O liberalismo individualista e antinatural, baseado no egoísmo e no individualismo, tal como o socialismo, foi e é fortemente condenado pelos papas, ao longo dos tempos.

O liberalismo social, ao contrário desse liberalismo egocêntrico, entende a liberdade dentro da ordem natural.

b) Humanismo do Liberalismo Social

A liberdade é um bem fundamental e, por isso, deve estender-se a todos; e não servir de desculpa para que grupos sociais sejam privados dela. Ela é fundamental, porque permite a plena realização do ser humano e, assim, todos têm direito a ela.

Com esta visão, damos ao liberalismo a sua dimensão humanista, retirando-o das cadeias de um individualismo egoísta, impostas pelos liberais clássicos.

No mundo de Adam Smith, um pequeno grupo civilizado desinteressava-se das grandes massas, entendidas apenas como força de produção ou mão-de-obra disponível. Os que dirigiam a sociedade (sob certos aspectos, eram a sociedade) pretendiam garantir apenas o seu próprio direito à liberdade. Em uma moderna democracia de massas, têm também de ser considerados os que querem obter esse direito.

Quando Adam Smith, por exemplo, entusiasma-se com a divisão do trabalho levada a seus limites extremos, vê o homem como simples máquina, instrumento da produção. Quando imagina que todos são iguais aos seis anos, sequer pensa nos miseráveis deformados e subalimentados. Realmente, as forças do mercado tendem a equilibrar preços, mas enquanto isso não acontece (e não é inevitável que aconteça, porque o mercado perfeito teórico não existe), mulheres e homens podem morrer de fome ou serem escravizados através de um trabalho mal pago. Como o centro de suas preocupações não é o ser humano, todas essas considerações são irrelevantes para os liberais clássicos e os neoliberais.

Para o liberalismo social que inspira o Partido Liberal (PL), as ciências políticas ou econômicas estão a serviço do humanismo e devem ter como prioridade fortalecer o indivíduo, mas entendendo-o em toda a sua dimensão humana. O mercado não deve ser sacralizado. Acredita-se nele porque aí os homens fazem suas trocas e encontram satisfação para seus interesses. Ele é, então, um meio, não um fim. O meio mais eficaz para que o homem progrida e se realize, no plano econômico.

A obsessão teórica pelo mercado faz com que os liberais clássicos esqueçam os vícios que o mercado pode adquirir quando não é regulado. O monopólio e o oligopólio são os mais comuns desses vícios. Em nome da não ingerência do Estado, um grupo impõe preços a consumidores, que não têm alternativa. Eles são, na realidade, tão opressores quanto o Estado, e devem ser reprimidos.

No PL, acreditamos na livre iniciativa e no mercado, porque, em geral, eles são o meio mais eficiente para chegarmos à valorização real do trabalho e, então, à justiça social. Mas não hesitamos em defender a intervenção do Estado, quando ela for necessária para atingir esses objetivos.

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

c) A Diferença da Social democracia (*)



O liberalismo social está muito próximo da social democracia, nos seus objetivos. Mas, conceitualmente, há diferenças importantes.

Nós, liberais sociais, partimos do respeito ao indivíduo e à liberdade individual. Fazemos concessões ao Estado e ao coletivo, quando essas concessões são indispensáveis para a proteção do indivíduo e de sua liberdade. Nós nascemos com o liberalismo de Locke e o fomos atualizando.

Ao contrário, os sociais-democratas nasceram com o socialismo. Partem do coletivo. Também eles fizeram suas concessões. No caso dos socialdemocratas, as concessões são à liberdade individual, à propriedade, às minorias.

Na prática, temos projetos semelhantes, mas continuamos separados pela inspiração de nossas origens. Suas origens são socialistas; as nossas são liberais.

d) Conteúdo Social do Liberalismo Social (*)

O liberalismo social procura conciliar os ideais de liberdade e de justiça; de liberdade para todos e satisfação de necessidades da coletividade.

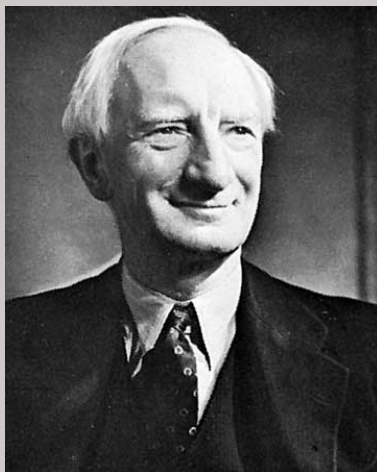
VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

De pouco adiantaria falar em liberdade de mercado para miseráveis que não têm sequer como chegar a esse mercado e pressioná-lo. Não são agentes econômicos. Esquecê-los em nome de uma ideologia de mercado, seria esquecer que o ser humano deve estar no centro de todas as preocupações, ainda que não esteja comprando ou vendendo. No princípio, o liberalismo era a luta contra a arbitrariedade. Depois, também a defesa da liberdade do indivíduo e das minorias. Hoje, ele busca a extensão dessa defesa a todos os membros da coletividade. William Beveridge lembrou certa vez a Churchill, em um de seus relatórios: "Liberdade também quer dizer ser livre da miséria".

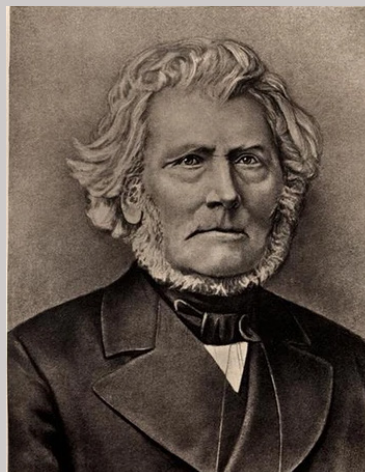
Em sua obra *Porque sou Liberal*, Beveridge (1879-1963) discorda da tese de Hayek da liberdade indivisível. Lembra, por exemplo, que a liberdade dada a fábricas inglesas para investir onde quisessem, criou a promiscuidade e a miséria nos subúrbios de Londres. Para ele, há liberdades primárias e secundárias. "Só sacrificando algumas das liberdades menos importantes do passado, poderemos preservar as liberdades essenciais e aumentar seu efetivo desfrute por todos."

No passado, como o conceito de liberdade surgira associado ao de propriedade, a preocupação implícita era a defesa do proprietário, de sua capacidade de dispor de seus bens e trocá-los. Um pioneiro do liberalismo social, Friedrich Harkort, dirá em 1844: "Não aceito a criação da riqueza humana baseada na degradação da classe operária". O papel da máquina é libertar o homem, e não modelar uma escravidão ainda mais terrível". A democracia política, conquista liberal, dá ao liberalismo a sua dimensão social quando não-proprietários de terras ou de máquinas passam a também participar das decisões do poder.

A cogestão e a participação nos lucros, defendidos pelo Programa do PL, são institutos práticos que dão o exemplo da aplicação dessa dimensão social. A liberdade de comércio não pode ser instrumento de opressão ou teria um mero objetivo de enriquecimento individual. A moral estaria reduzida a um código de conduta pessoal e estariam esquecidos os próprios objetivos da vida em sociedade.



WILLIAM BEVERIDGE (1879-1963)



FRIEDRICH HARKORT (1793-1880)

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

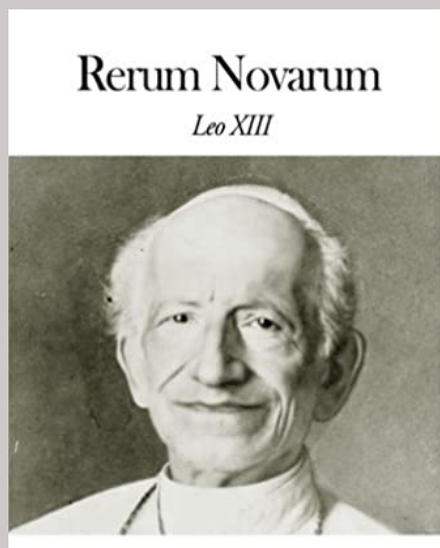
A Igreja e sua Doutrina Social exerceram forte influência sobre o liberalismo social, desde a *Rerum Novarum* (1891), de Leão XIII. A noção do Bem Comum, que deve ser buscado pelo Direito ou pela Economia, tira do liberalismo a sua marca de individualismo egoísta dos séculos passados. Ao mesmo tempo, não torna o homem uma simples parcela da coletividade; ao contrário, ele é visto como o centro, o sujeito e o objeto da atividade política ou econômica.

Mantém-se a defesa do direito à propriedade, considerado um direito natural.

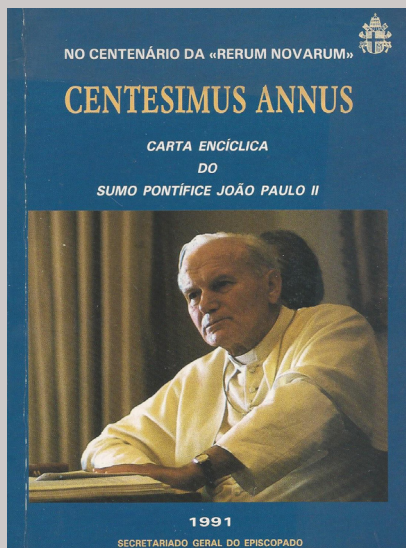
A liberdade, inclusive a de mercado, é, no entanto, considerada dentro de sua verdadeira dimensão humana.

Dentro desta linha, é fundamental o conhecimento da *Centesimus Annus*, encíclica de João Paulo II.

Diz José Guilherme Merquior (1941/1991), em sua obra exemplar, *O Argumento Liberal*: "Se suprimir o mercado é ferir de morte o substrato material das liberdades modernas, deixar tudo entregue a seu império é limitar significativamente o livre gozo dessas mesmas liberdades a minorias - e a minorias compostas de privilegiados também pelo berço, não só pelo mérito".



PAPA LEÃO XIII (1810-1903)



PAPA SÃO JOÃO PAULO II (1920-2005)



JOSÉ GUILHERME MERQUIOR (1941-1991)

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

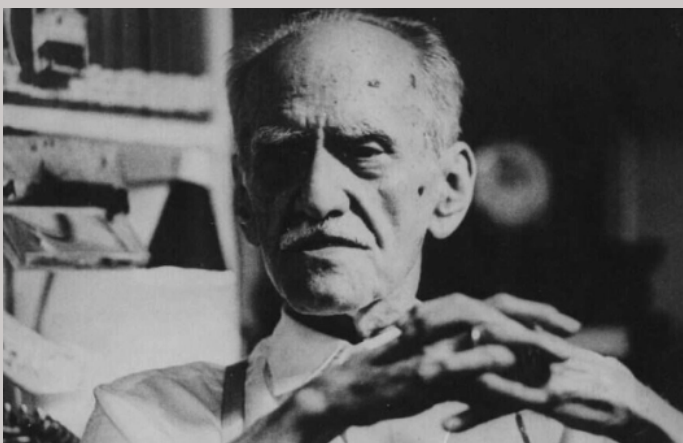
e) A Propriedade e o Liberalismo Social

Para os liberais sociais, o direito à propriedade é um direito natural. Ou seja, ele é anterior ao direito positivo, ao direito escrito. Uma lei que proíba a propriedade privada é ilegítima, porque contraria a natureza humana.

Acreditamos que a propriedade é um direito natural, porque o mundo foi criado com bens que se tornam muitas vezes indispensável para o exercício da liberdade e para a própria realização do homem. Chesterton, um famoso pensador inglês divulgado no Brasil por Gustavo Corção, falava dos "três alqueires e uma vaca" (título de um livro de Corção, editado pela Livraria Agir), indispensáveis para que o homem se pudesse sentir livre.

Usando esse símbolo, ele dizia que, tendo esse mínimo, o homem poderia resistir a pressões e ser livre, porque não lhe faltaria onde ficar e como alimentar-se. Sem a propriedade, o homem pode tornar-se escravo de quem a tenha, porque não tem condições mínimas de sobrevivência.

É nesse sentido que entendemos o direito à propriedade.



GUSTAVO CORÇÃO (1896-1978)

Esse direito, como qualquer outro, não pode, no entanto, ser usado contra as suas próprias finalidades. Se a propriedade é utilizada, não para a liberdade, mas para a escravização, não existe o uso, mas o abuso do direito. Nesse caso, ele é ilegítimo e não pode ser alegado.

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

O liberalismo social defende a propriedade com mais intransigência que os liberais clássicos ou os neoliberais, porque lhe dá a dimensão de um direito natural. Não a defende apenas por motivos econômicos ou egoísticos.

Também aí temos um fosso a separar-nos dos socialistas, que não dão à propriedade o valor que lhe damos.

Por outro lado, o liberalismo social não acredita, como os neoliberais, no direito absoluto de propriedade. Não defendemos apenas os atuais proprietários, mas o direito de todos a ter propriedade, inclusive dos que atualmente não têm. É uma consequência lógica do reconhecimento do direito. Se for um direito, é de todos e não só de alguns privilegiados.

Na prática, esse ponto doutrinário é evidenciado no Programa do PL em várias oportunidades, como vemos no Título II deste livro.

Sobre o assunto, o Papa João Paulo II, na Centesimus Annus, pontifica, com extrema precisão, a posição da Igreja, que coincide com a do liberalismo social: "A posse dos meios de produção, tanto no campo industrial como no agrícola, é justa e legítima, se serve para um trabalho útil. Ao contrário, ela se torna ilegítima, quando não é valorizada ou quando serve para impedir o trabalho dos outros ou para a obtenção de ganhos que não provêm da expansão global do trabalho humano e da riqueza social, mas antes da sua repressão, da ilícita exploração, da especulação, e da ruptura da solidariedade no mundo do trabalho. Tal propriedade não tem qualquer justificação e constitui um abuso diante de Deus e dos homens".

f) O Estado no Liberalismo Social

Liberais sociais e neoliberais coincidem em seu esforço para reduzir a ação do Estado. Há, no entanto, diferenças importantes entre as duas correntes.

Para os neoliberais, o Estado é um mal necessário.

Como é preciso que alguém cuide dos sinais de trânsito ou defenda as fronteiras do país, se aceita a existência do Estado. Mas, o equilíbrio social será obtido naturalmente pela sociedade e pelo mercado livres. Esse modelo é teórico e não se aplica à realidade de qualquer país.

Para o liberalismo social, o Estado deve ser fortemente limitado, mas não é um mal em si. Como todas as instituições, deve ser um agente e promotor do bem comum. Ele está na origem da própria organização social, cabendo à Constituição orientá-lo para funções claramente definidas e limitadas.

Tal como o neoliberalismo, o liberalismo social não acredita no Estado providencial que vise à eliminação da miséria e das desigualdades entre os homens. Os bens devem ser procurados pelo trabalho, pela iniciativa, pela prudência e não pelas doações do Estado. Mas há situações em que a ação do Estado é fundamental para que se corrija a desigualdade de poder dos mais fortes e dos mais fracos.

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

Há áreas específicas em que a ação do Estado sempre foi reconhecida pelos liberais. A época do mercantilismo, a empresa socorreu-se do Estado. Ele deu proteção para aventuras comerciais e para o acúmulo de riquezas. O protecionismo foi utilizado por liberais de todos os países, quando lhes convinha. As ferrovias americanas não hesitavam em receber concessões que lhes permitiam determinar o valor das terras, das colheitas e até os limites de crédito, sem qualquer obediência às leis de mercado.

A ação do Estado está diretamente ligada ao fortalecimento empresarial nos Estados Unidos, na Europa e no Japão.

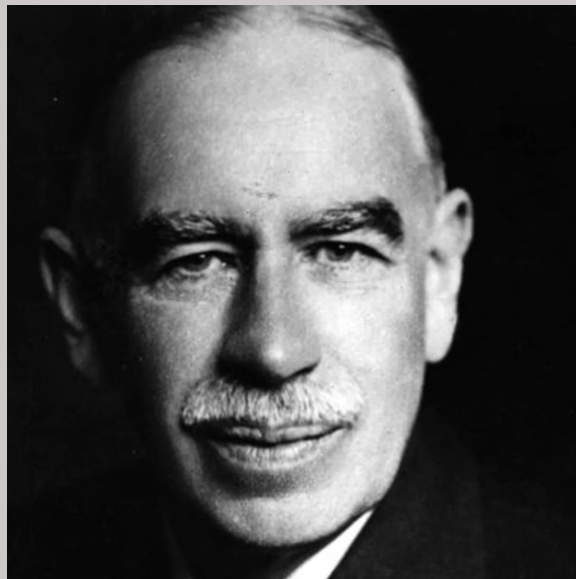
É Keynes quem lembra que a ação do Estado foi o que interrompeu, a partir dos anos 50, a série de ciclos que o mercado livre provocava na economia mundial. No mundo moderno, sua atuação é fundamental para evitar crises e flutuações das moedas e para coibir trustes e monopólios.

Muitas vezes, o Estado é indispensável para garantir liberdades.

Ele deve ser limitado e não deve competir com a empresa privada.

Mas, ao mesmo tempo, deve ser fortalecido para cumprir sua missão de garantidor das liberdades e de prestador de serviços indispensáveis. A Educação e Saúde para todos são exemplos de serviços que o Estado deve prestar, quando o cidadão os quiser utilizar ou não dispuser de recursos para garanti-los para si próprio e para sua família.

É por isso que, na prática, o PL defende a escola pública básica universal e gratuita.



JOHN MAYNARD KEYNES (1883-1946)

VI. ASPECTOS RELEVANTES SOBRE O PENSAMENTO DO LIBERALISMO SOCIAL

g) Limitação do Estado no Brasil

Em nosso país, a economia livre não se fortaleceu, lutando contra o Estado.

Dependia dele, nos ciclos do açúcar e do café. Aproveitou-o no início da industrialização e foi protegida por ele na nova fase que se iniciou com a indústria automobilística. Tais fatos colaboraram para o crescimento desmesurado da máquina estatal.

Ineficiente em quase todo o mundo, no Brasil, o Estado é frequentemente também corrupto e irresponsável. Participa de toda a atividade econômica, paralisa a iniciativa pelo excesso de regulamentação e desperdiça somas incalculáveis que, se aplicadas pela iniciativa privada, estariam gerando empregos e riquezas. Atualmente, as empresas estatais brasileiras têm 48% do patrimônio líquido total das empresas do país, contra 52% das empresas privadas. No entanto, têm 26% da receita operacional líquida contra 74% das empresas privadas.

Tão grande e desorientada é a intervenção do Estado, que empresas e investidores não têm qualquer possibilidade de planejamento eficaz.

Normalmente, a capacidade administrativa conduz empresas ao êxito ou ao fracasso, aos lucros ou prejuízos. No Brasil, de pouco tem servido um bom planejamento empresarial porque o governo, com seus planos e intervenções, altera, quando quer, todo o cenário econômico.

Empresários não sabem se devem investir vender ou acumular estoques.

Porque não sabem o que o governo fará na próxima semana.

Ele passou a ser um problema, não um estimulador de soluções, para a economia brasileira.

Com raras exceções, as empresas públicas são modelos de ineficiência, repletas de funcionários, trabalhando a altos custos.

A desestatização e a desregulamentação são prioridades básicas do liberalismo social no Brasil. Permitindo-se o mais livre funcionamento da sociedade de mercado, chegaremos à maior produtividade, logo a melhores salários reais. Este é certamente o caminho mais rápido para maior justiça social.

E importante, no entanto, que esta conclusão não se transforme em dogma, aplicado a todas as situações.

VII. A ÉTICA NA VIDA PÚBLICA

De nada valerão as teorias políticas, se não estiverem sendo aplicadas por homens que tenham a noção ética de sua missão.

Diz o Programa do PL: "A Política é atividade essencialmente ética".

Nas últimas décadas, a política brasileira abastardou-se. Multiplicam-se os exemplos de homens públicos que chegam aos cargos para locupletar-se, para o simples gozo do poder, para distribuir recursos públicos e facilidades aos cúmplices que o ajudaram a eleger-se ou que colaboraram para sua nomeação.

O exercício do cargo público deve voltar a ser entendido em toda a sua nobreza. O político é um eleito pelo povo para defendê-lo e cuidar do Bem Comum. Sua missão é de sacrifício e de desprendimento.

No momento em que o homem público esquece esses deveres éticos, comporta-se como os velhos reis ou os autocratas.

O Código de Ética e os Estatutos do PL condenam as mordomias os benefícios pessoais para políticos não só pelas despesas que eles representam. Condena-os, sobretudo, porque tais privilégios contrariam os princípios básicos da ética liberal.

VIII. BIBLIOGRAFIA RESUMIDA

Albert, Michel. Capitalisme contre Capitalisme. Seuil, Paris, 1991. Benoist, J.M.

Marx est mort. Gallimard, Paris, 1970.

Bramsted, E.K., et alia. El Liberalismo en Occidente (8 vol.). Unión Editorial,

Madrid, 1982. Mannent. Pierre (apr.). Les Libéraux (2 vol.). Hachette, Paris, 1986.

Merquior, J.G. Liberalismo Antigo e Moderno. Nova Fronteira, Rio, 1991.

Merquior, J.G. O Argumento Liberal. Nova Fronteira, Rio, 1987.

Schooyans, Michel. La Dérive Totalitaire du Liberalisme. Editions Universitaires, Paris, 1991.

Touraine, Alain. L'Après Socialisme. Grasset, Paris, 1980.

Valle, A. Carta para um Jovem Cristão. Nórdica, Rio, 1978.

Valle, A. O Bom Combate. Advice. Rio, 1985.

Wilson, Edmund. Rumor à Estação Finlândia.

IX. ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA PARTIDÁRIA

a) A Importância dos Partidos

Não há democracia sem partidos políticos sólidos.

Foram os partidos que consolidaram a democracia no último século e tornaram-se os maiores responsáveis por sua estabilização.

Em sua forma atual, os partidos são recentes na História. Surgiram, com características de grupos organizados nos Estados Unidos, e só depois de 1850 no resto do mundo.

Um partido político é um grupo voluntário, organizado e com hierarquia, que procura representar parte da sociedade, e se destina a lutar pelo poder político, com o apoio popular.

b) As Origens

No passado, não havia partidos. Como o poder se concentrava nas elites, tornava-se mais fácil o entendimento pessoal entre os que o disputavam ou entre os que o desfrutavam.

Com o passar do tempo, o povo passou a participar das decisões políticas, a ser ouvido e a criticar. As decisões já não podiam ser tomadas em pequenos grupos. Era indispensável organizar essa participação popular; é assim começaram a formar-se os partidos para representar correntes de opinião.

Grupos que representavam correntes de opinião reuniam-se em clubes, em hotéis, ou surgiam espontaneamente nos parlamentos. Na Inglaterra, formavam-se grupos inspirados por princípios religiosos ou por interesses econômicos. Mais tarde, no Parlamento, eles começam a dividir-se entre os que apoiavam o governo e os que faziam oposição.

Em 1714, cria-se uma secretaria (ministério) que tinha por função distribuir favores aos parlamentares governistas (Patronage Secretary) e manter unida a maioria do governo. Mas estavam longe de pensar em um partido, com organização e hierarquia.

Na França, como em todo mundo, desde a velha Grécia, havia grupos unidos por seus interesses ou ideais, que até recebiam, algumas vezes, o nome de partidos, mas sem as características dos partidos políticos atuais.



IX. ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA PARTIDÁRIA

Alguns indícios de o que seriam os partidos modernos começam a aparecer na França, em 1789, quando os representantes vinham de todo o país para discutir e votar a Constituição. Começavam a formarem-se grupos naturais, a princípio de representantes da mesma região. Reuniam-se para trocar ideias e fixar posições. Quando a Constituinte se reuniu em Paris, estes grupos procuraram locais onde se pudessem encontrar.

Muitos passaram a ser conhecidos pelo nome da rua ou do hotel onde se reuniam (rue de Castiglione, rue de Poitiers, etc.). Rapidamente, no período tumultuado de Revolução Francesa, os grupos começam a ganhar uma certa unidade ideológica ou doutrinária. Surgem os jacobinos (cujo núcleo foi os representantes da Bretanha), os girondinos, e tantos outros que passam à História. Mas ainda nada tinham a ver com os partidos políticos atuais. Estão na sua pré-história.

Com o crescimento do socialismo e a necessidade de se organizarem os movimentos proletários é que se acelera a história dos modernos partidos políticos. Na Inglaterra, os sindicatos começam a transformar-se em organizações políticas, levando-lhes sua estrutura. Na Alemanha e na França, os socialistas organizam-se em partidos. Em reação, os grupos adversários começariam também a estruturar-se.

c) O Funcionamento da Democracia

Em sociedades com milhões de habitantes, os partidos políticos são fundamentais para que possa haver democracia.

Os governos totalitários buscam o apoio direto das massas. Este apoio direto é mais fácil de obter do que o de grupos políticos ou partidos. As reações da multidão são emocionais e repentinas. Com veículos de comunicação disponíveis, os governantes podem obter adesões tumultuadas e incondicionais.

Quando o povo se manifesta por intermédio de partidos autênticos, a adesão, se houver, é condicional, como deve ser em uma democracia. Em grupos menores, os debates podem aprofundar-se, as minorias são mais respeitadas.

Seria impossível a participação direta, por exemplo, de todos os brasileiros na administração do país. Milhares de decisões são tomadas, a cada momento, em diferentes escalões. Não há condições de o povo ser consultado em cada situação e nem de fiscalizar a ação dos governantes. A prática da democracia no mundo moderno exige a organização de instituições que possam desempenhar este papel em nome do povo. São os partidos, sem os quais a democracia seria impossível.

IX. ASPECTOS RELEVANTES NA CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA PARTIDÁRIA

d) Legitimidade

Para que os partidos desempenhem este papel, é indispensável que sejam legítimos, que representem algum setor da sociedade. Não basta que haja partidos políticos; é preciso que eles estejam atuando de acordo com a vontade e as aspirações daqueles que representam.

Para a legitimidade dos partidos, não basta que seus representantes e líderes tenham sido escolhidos pelo povo. Também há oligarquias nascidas do voto popular. Um grupo pode ter sido eleito pelo povo e afastar-se dele para beneficiar-se do poder ou realizar suas próprias aspirações. A História, inclusive no Brasil, está repleta de exemplos. Os governantes podem também ter sido eleitos em condições históricas excepcionais (guerras, calamidades, etc.), deixando de ser representativos, tão logo essas condições se alterem.

Se os partidos políticos não representarem seus eleitores, todo o edifício da democracia estará em perigo.



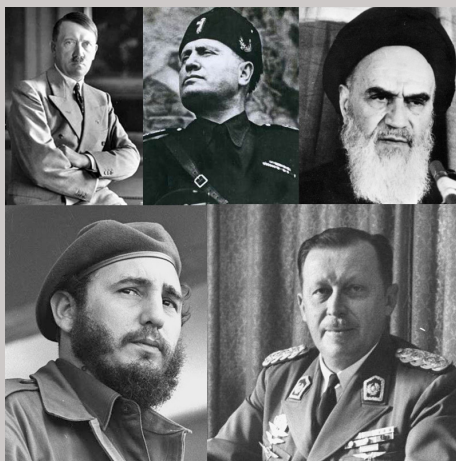
X. TIPOS DE PARTIDOS

Há diferentes classificações de partidos políticos. São resultantes da observação da vida política. Os partidos não seguem modelos teóricos; nascem e atuam de acordo com as circunstâncias.

Considerada a realidade da vida política, podemos classificar desta forma os partidos políticos:

- a) Partido único
- b) Partidos de Ocasão
- c) Partidos de Interesse
- d) Partidos Ideológicos
- e) Partidos Doutrinários

A) PARTIDO ÚNICO



Na realidade, os partidos únicos são uma contrafação dos partidos políticos.

Assumindo integralmente o poder, eles se confundem com o próprio Estado.

Como a democracia moderna só é possível com partidos políticos, a existência do partido único impossibilita a democracia, ainda que haja separação de poderes.

Evidentemente, só há partidos únicos quando não há eleições ou elas são fraudulentas. Como qualquer sociedade é dividida em diferentes grupos, com ideias e aspirações diversas, eleições nunca poderiam resultar no domínio exclusivo de um só grupo. Ou existe fraude na manipulação dos votos, no cerceamento da propaganda eleitoral, ou nem ela é necessária, porque outros partidos são simplesmente impedidos de concorrer.

A) PARTIDO ÚNICO

Os partidos únicos nascem em decorrência da tomada do poder por um grupo autoritário (ex-União Soviética, Alemanha nazista, Irã) e destinam-se à manutenção do controle do Estado. Em alguns casos, há a convivência de vários partidos, mas um deles assume o integral controle da vida política, e, pela fraude ou pela coação, termina por retirar seus concorrentes do cenário.

São geralmente alto-falantes ou máquinas burocráticas de lideranças pessoais (Hitler, Mussolini, Khomeini, Fidel Castro, Stroessner). Em alguns países africanos, o partido é apenas um braço político do exército no poder.

B) PARTIDOS DE OCASIÃO

São partidos que se formam para um momento da vida nacional ou para a defesa de uma aspiração específica. Encerrado aquele período histórico ou conseguido o objetivo (ou se ele se tornar inviável), o partido desaparece.

Tais partidos são frequentes nos Estados Unidos. Graças à facilidade da legislação, organizam-se partidos locais para a melhoria de uma escola ou até para a abertura de uma estrada.

Os partidos que se formaram no Brasil para combater o sistema de 1964 e apressar a democratização (MDB-ARENA) são outros exemplos. Incluímos neste grupo os partidos que se formam exclusivamente para operacionalizar uma liderança pessoal, como o atual PRN. Se esta liderança chegar ao poder e consolidar o partido, ou se transmitir forte conteúdo ideológico ou doutrinário, o partido sobrevive ao líder e deixa de ser de ocasião. Se não, o partido desaparece com o fim de seu líder.

Os partidos de ocasião são os que mais frequentemente abrigam frentes temporárias de diferentes formações doutrinárias. Elas se reúnem por terem um objetivo comum imediato (no caso do MDB, apressar a democratização; da Arena, dar sustentação política ao regime de 1964). Uma vez atingido ou esgotado o objetivo, desaparece o motivo que justificava a coesão, e o partido, inevitavelmente, se divide.



C) PARTIDOS DE INTERESSE

São tipicamente os grandes partidos políticos americanos. Já Aristóteles falava na Constituição de Atenas, nos partidos de pescadores e marinheiros, de agricultores e artesãos. No início da vida partidária moderna, surgem partidos sindicalistas (o Partido Trabalhista inglês) com o objetivo específico de defender o proletariado.

Modernamente, os partidos classistas submergiram ou transformaram-se em partidos ideológicos ou doutrinários. À medida que a luta de classes foi desaparecendo ou perdendo suas características, eles perderam também sua motivação. Os elos que hoje ligam sindicatos a partidos são tênues. Mesmo o Partido Comunista Francês, historicamente ligado à Confederação Geral do Trabalho (C.G.T.), hoje tem na sua direção representantes da direção da Confederação apenas em respeito à tradição.



No Brasil, formou-se o Partido dos Trabalhadores (P.T.) quando organizações partidárias semelhantes já desapareciam em todo o mundo. Nasceu como um partido de interesses, mas tornou-se um partido ideológico, passando, curiosamente, a procurar sustentação nas classes médias urbanas.

Quando se fala em partido de interesse, pensa-se hoje em outro tipo de partido. Eles são simbolizados pelos grandes partidos dos Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, os partidos começaram a formar-se quando nascia o próprio país, formado pelas antigas colônias. Alguns queriam ceder poucos poderes à União, fortalecendo as colônias. Uniram-se em torno de Jefferson, e aí está a semente do atual Partido Republicano. Outros, com ideias mais progressistas, queriam fortalecer a Federação. Unidos sob a liderança de Hamilton, criaram o núcleo do que hoje é o Partido Democrata.

Com o correr do tempo, tais referências tornaram-se meramente históricas. Os representantes e eleitores de cada partido americano não obedecem a qualquer programa ou doutrina. Os partidos existem exclusivamente em função das eleições.

Em cada local ou região, foram-se formando grupos que tinham como afinidade o interesse de disputarem juntos eleições parlamentares ou para outros cargos. Reuniam-se no Partido Republicano ou Democrata. A tradição iria consolidando o grupo e seus sucessores, sempre reunidos apenas com o objetivo de chegar ao poder. Os partidos americanos frequentemente não têm sedes locais e não se reúnem fora de períodos eleitorais. Suas direções são nomeadas, sem contestação, pelos candidatos aos cargos majoritários, nos diferentes níveis. A burocracia não exerce influência sobre os candidatos; ao contrário, é escolhida e dirigida por eles.



A Fisiologia

No Brasil, criou-se a expressão "partido fisiológico" para designar os partidos que se estruturam e sobrevivem às custas de cargos e dinheiros públicos. Esta expressão não é traduzível para outros idiomas, e nem é conhecida no português de Portugal. Simplesmente porque nas democracias modernas, tal hábito é condenado pela Justiça comum, com pena de prisão para os que o praticam, criminosos que são. Os diferentes códigos e leis caracterizam como crime de prevaricação a utilização de dinheiros públicos para beneficiamento pessoal.

Não se confundam esses partidos fisiológicos com os partidos de interesse. Os fisiológicos não mereceriam sequer fazer parte da classificação dos partidos. Desaparecem quando se aprimoram os costumes políticos e são meros e lamentáveis acidentes na vida política. Em todo o mundo, ao assumir o poder, os partidos ocupam cargos políticos com os seus quadros, para que a sua política execute seu programa. Não, para beneficiar os indivíduos, para que aliciem votos ou se apropriem de verbas. Os cargos técnicos, mesmo em regimes presidencialistas, raramente são atingidos quando muda o governo. Apenas, seus ocupantes passam a executar a política do novo governo.

Um partido político existe para disputar o poder e executar seu programa. É natural, então, que ocupe os cargos com seus militantes e dirigentes. Caracteriza-se a fisiologia, quando as pessoas são nomeadas não com esse objetivo, mas apenas para obter vantagens pessoais e eleitorais.

D) PARTIDOS IDEOLÓGICOS

Convém ler no capítulo anterior, sobre Liberalismo Social, as considerações que fizemos sobre a diferença entre ideologia e doutrina, se o leitor não estiver lembrado do assunto.

Os partidos ideológicos têm uma visão integral do mundo, uma atitude definida e preconcebida diante do fato social e político. Com a sua cosmovisão, procuram chegar ao poder para pôr em prática suas ideias. Não necessitam da crítica ou do debate com outras correntes porque imaginam terem a verdade, descoberta em suas análises e formulações teóricas. Os partidos nazistas, fascistas e comunistas são ideológicos. Até pouco tempo atrás, os partidos socialistas eram ideológicos. Hoje, os melhores partidos socialistas europeus perderam essas características e comportam-se como partidos doutrinários.

A vitória de partidos ideológicos conduz inevitavelmente à autocracia e à ditadura. Ela está na própria essência do autoritarismo ideológico.

Vivemos hoje o fim das ideologias, que não se devem confundir com doutrinas. A complexidade do mundo moderno, o desenvolvimento das ciências, a necessidade de se desenvolverem as técnicas de administração, fizeram com que as ideologias fossem superadas. Ao cidadão não interessa se uma providência é rotulada como de direita ou de esquerda, socialista ou liberal, interessa que seja eficiente e o beneficie. Despreocupados de modelos, os governantes procuram dar eficiência ao Estado, sem se preocuparem com rótulos. Com isso, os partidos ideológicos se esvaziaram ou transformaram-se em partidos doutrinários.

Os partidos socialistas, por exemplo, assentavam todo o seu modelo na premissa da luta de classes. Interesses de patrões e empregados seriam sempre opostos, e esse fato deveria ser o tema, como em uma sinfonia, de todo o programa de ação política. De repente, descobriram que a luta de classes era apenas uma expressão vazia de conteúdo, nas sociedades mais desenvolvidas. O operário europeu ou americano quer a sua empresa forte para que lhe pague melhor, e o patrão quer operários bem pagos para que comprem seus produtos.

Cada vez mais, os partidos ideológicos foram reduzindo seu discurso a slogans, a pequenas frases que têm apelo meramente emocional. O apelo emocional sempre foi característica dos partidos ideológicos, mas agora, com um discurso incapaz de enfrentar a realidade concreta, a emoção passou a ser não um instrumento adicional para a ação, mas o único. O slogan não mais resume um raciocínio lógico; ele o substitui.



PARTIDO NAZISTA



PARTIDO FASCISTA

E) PARTIDOS DOUTRINÁRIOS

O liberal Benjamin Constant (1787-1830) pensava nos grupos doutrinários, e não nos partidos com as características atuais, quando disse: "Um partido é um agrupamento de pessoas que professam a mesma doutrina política". Mas sua frase é válida para os atuais partidos políticos. Um partido doutrinário tem um sistema coerente de ideias que inspira o seu programa, estimula e limita a sua atuação.

O nosso Partido Liberal (PL) é tipicamente um partido doutrinário. Tem um programa coerente, defende a doutrina liberal social e realiza cursos para que seus filiados e militantes conheçam e estudem seu Programa.

Ao contrário dos partidos ideológicos, os doutrinários não pretendem ter uma visão acabada do fato político e social. Suas posições vão-se formando ao longo de estudos e debates. O partido doutrinário estimula a crítica e a análise, e por isso tende a fortalecer a democracia.

Um partido socialista terá sempre presente uma visão coletivista da sociedade, tal como um partido socialdemocrata tenderá a crer na possibilidade do Estado providencial. Um partido liberal estará sempre defendendo o indivíduo contra a opressão do Estado ou das maiorias.

Coerentemente, estará enxergando os diferentes problemas e propondo soluções, de acordo com a sua doutrina. Mas, nesses casos, a doutrina não o estará cegando para a realidade concreta e nem impondo decisões acabadas.

Um partido liberal social como o nosso PL, defende o liberalismo, mas não o liberalismo egoísta ultrapassado. Nós temos consciência de que, em um país como o Brasil, com estruturas sociais tão injustas, o Estado ainda é essencial em vários setores, para apressar as reformas.

Fora dos Estados Unidos, que têm uma história política com características peculiares, são os partidos doutrinários os que tendem a dominar o cenário partidário em todo o mundo, representando diferentes segmentos da opinião pública.

Neste trabalho, estaremos analisando basicamente a estrutura dos partidos doutrinários.



BENJAMIN CONSTANT (1787-1830)

XI. OS MEMBROS DO PARTIDO

No estudo dos partidos políticos, há uma clássica divisão: partidos de massa e partidos de quadros.

O partido de massa procura ter grande número de filiados e geral mente dispõe de lideranças carismáticas que fazem seus apelos direta mente às bases do partido.

Os partidos únicos são quase sempre partidos de massa.

Os partidos de quadros têm maior preocupação de formar dirigentes e militantes, que servem também de ponte entre as lideranças maiores e suas bases.

a) Participantes, Militantes e Dirigentes

Podemos classificar os filiados a um partido como participantes, militantes ou dirigentes.

Os participantes são aqueles que preencheram ficha de filiação, participam de convenções e das maiores reuniões do partido, mas não lhe dedicam um tempo especial. O participante pode ser um entusiasta e propagandista do partido, mas seu trabalho não está coordenado com o dos dirigentes.

Os militantes trabalham de acordo com a tática e a orientação dos dirigentes.

Não é a intensidade do entusiasmo que caracteriza um militante. É a sua dedicação, sua eficácia e sua disciplina. Ele executa tarefas, trabalha de acordo com a estratégia do partido.

Filiados militantes participam de reuniões, dos conselhos e dos cursos do Partido, frequentam sua sede. São particularmente importantes nos períodos eleitorais, quando organizam as bases partidárias, fazendo chegar a elas a mensagem do Partido e de seus candidatos.

Os partidos brasileiros, salvo o PL e os partidos socialistas, não têm a tradição de forte militância, sobretudo nos maiores centros urbanos.

Neles, os militantes são geralmente recrutados entre pretensos candidatos a eleições futuras e preocupam-se mais com seus próprios interesses de que com o partido. Com isso, enfraquece-se a disciplina, característica fundamental do bom militante partidário.

Em situações especiais, o militante pode não se identificar em seu meio como filiado ao Partido, se isso lhe permite maior eficiência na execução de tarefas que o Partido lhe tenha confiado.

Os dirigentes são os que ocupam os mais altos cargos da direção partidária.

São também os responsáveis, em cada nível (municipal, estadual ou nacional) pela máquina burocrática do partido.

XII. A DISCIPLINA PARTIDÁRIA

Para que um partido político seja eficiente, é fundamental que seus membros, sobretudo seus militantes e funcionários, sejam fortemente disciplinados. Ao contrário de um clube, um partido nasce e existe para a luta contra adversários. O combate está na própria essência do partido político. Não se luta sem disciplina.

Michels, o primeiro teórico de organização partidária, comparava, no princípio de nosso século, o partido indisciplinado e desestruturado a "um exército selvagem e amorfo, incapaz de fazer frente a um simples batalhão onde haja disciplina". Pensando, sobretudo nos partidos socialistas de seu tempo, chega a recomendar, com exagero: "A democracia não é para consumo interno; é artigo de exportação dos partidos".

Duverger, mais moderno, dirá que "no catecismo das obrigações partidárias, a observância de regras hierárquicas chega a ser o artigo 12. A hierarquia nasce como consequência das condições técnicas, e sua formação é um postulado essencial da máquina partidária que funciona bem". Filiados indisciplinados podem ser, no máximo, bons agitadores, mas nunca militantes eficientes.

Se a disciplina é fundamental para a eficiência de qualquer organização, nos partidos políticos ela ainda se tornará mais importante. Partidos trabalham com líderes e estimulam sua usual vaidade. Sem disciplina, será impossível conciliar os interesses e conduzir a máquina a atuar com eficiência. Os interesses pessoais e a vontade de sobressair fazem com que haja uma natural tendência para conflitos internos que enfraquecem os partidos. O hábito da disciplina e do respeito às lideranças reduz esses riscos.

Por outro lado, no mundo moderno, a eficiência de um partido depende cada vez mais do bom emprego de técnicas de comunicação e de organização.

Nem todos os militantes e candidatos de um partido são capazes de compreender a sua utilização, sobretudo quando buscam votos individuais.

Para que o partido chegue a melhores resultados, precisará então estar disciplinado, pois só assim haverá uma utilização tecnicamente correta dos recursos disponíveis.

Lenin sempre atribuiu à disciplina grande parte do êxito de seu partido. (Sem ela, massas de revoltosos haviam sido metralhadas pelos cossacos Oaneiro de 1905). Só com disciplina e organização, o Partido conquistou o poder. Por isso, ele dirá que sem a obediência de todos a uma direção tática, pode-se formar "um grupo de teóricos, mas não uma unidade política eficiente".



ROBERT MICHELS (1876 - 1936)

XIV. LIDERANÇA, SOLIDARIEDADE E CONVÍVIO PARTIDÁRIO

Para que a indispensável disciplina interna não conduza ao autoritarismo, é fundamental que as lideranças partidárias sejam legítimas e que haja mecanismos internos que estimulem a conscientização, o estudo e o respeito à doutrina do partido. Um dos maiores riscos da indisciplina interna é o de enfraquecer a fidelidade aos princípios.

Nos partidos únicos, frequentemente a chefia é meramente carismática. O chefe é o chefe porque é; por questões naturais (Führerprinzip). Ele não se elege, e não é votado; é reconhecido.

Nos partidos democráticos, a liderança emerge pelo voto, mas naturalmente.

Só os falsos líderes procuram obter cargos, exaltam suas próprias qualidades, dizem suas virtudes, tentam impor sua vontade. Os líderes democráticos reais não se preocupam em impor sua liderança, porque ela é descoberta e reconhecida no correr da atividade partidária.

É grande a responsabilidade das lideranças partidárias, porque, na realidade, elas têm uma ampla delegação para agir em nome dos militantes e do povo que representam.

Rousseau já lembrava que "soberania não se delega". Quando se indicam líderes para atuar em nome dos filiados (e do povo), há uma renúncia. Os filiados não são consultados a cada momento e antes de cada decisão tomada em seu nome. Uma elite partidária decide por eles.

Só anarquistas recusam-se ao reconhecimento das elites nos grupos sociais.

De Max Weber a Schumpeter, há o reconhecimento de que na democracia elas existem, inevitavelmente. Devem ser representativas e, sobretudo, todos devem ter acesso a elas. Aí estará a característica do sistema democrático. Em um partido democrático, as elites partidárias e dirigentes são formadas pelos quadros mais competentes e eficazes, reconhecidos pela massa e pelos militantes do Partido.

Não haverá autoritarismo, se no Partido for desenvolvido o espírito de solidariedade, que, nos seus vários níveis de direção, estimula o debate e a autocrítica. É a solidariedade horizontal, que assegura o estudo da doutrina, o bom convívio entre os militantes, e que inspira e limita as lideranças.



MAX WEBER (1864 - 1920)



JOSEPH SCHUMPETER (1883 - 1950)

XIV. LIDERANÇA, SOLIDARIEDADE E CONVÍVIO PARTIDÁRIO

Há três tipos de convívio partidário:

- Ideológico,
- Societário,
- Comunitário.

Nos partidos totalitários e ideológicos, os militantes comportam-se como se pertencessem a uma Ordem (Bund). Obedecem porque o chefe sempre tem razão. É o convívio ideológico.

Outras vezes, o militante sente-se como se pertencesse a uma sociedade (Gesellschaft), uma espécie de empresa. Como se fosse um acionista, aceita o que os dirigentes decidiram, em seu benefício. É o mais comum, em partidos de interesse ou de ocasião. É o convívio societário.

Em um partido doutrinário democrático, o militante sente-se parte de uma comunidade (Gemeinschaft). Ele o está influenciando por sua atuação. O partido é uma comunidade da qual ele faz parte e com o qual é solidário. Ele sabe então que, para o bom funcionamento do seu partido, é necessária a obediência às normas hierárquicas. É o convívio comunitário.

As lideranças partidárias, em partidos democráticos, são sempre eleitas e participantes dos debates internos, em permanente contato com suas bases.

XV. CURSOS DE FORMAÇÃO

Os modernos partidos políticos doutrinários mantêm permanentes cursos de formação política. Eles se começaram a desenvolver nos partidos socialistas. A primeira organização de cursos partidários foi no Partido Socialista alemão, em 1906 (Parteischule). Logo se estenderam aos partidos democrata-cristãos e liberais de toda a Europa Ocidental.

Atualmente, os partidos europeus, sobretudo os alemães, austríacos, italianos e franceses, mantêm verdadeiras escolas de política, destinados ao estudo de seus programas e à formação de militantes. São poderosos instrumentos para a conscientização e para o fortalecimento da democracia interna.

O Partido Liberal trouxe para o Brasil a instituição dos cursos de formação política. No continente sul-americano, eles existem, sobretudo, na Venezuela e no Chile.

XVI. A BUROCRACIA DO PARTIDO

Os partidos modernos dispõem de técnicos e funcionários permanentes que formam o que é conhecido como aparelho partidário.

Em alguns partidos, o aparelho assume tais proporções que se torna responsável não só pela organização burocrática, mas até pela estratégia política. Nesses casos, ele geralmente é comandado pelo Secretário-Geral do Partido.

As atuais técnicas de organização e de comunicação vão tomando cada vez mais importante a burocracia do Partido. É ela que dispõe das informações fundamentais para as decisões dos dirigentes. Em 1921, Lenin já diria: "Teríamos todos desaparecido, se não houvesse o aparelho".

O desenvolvimento do nazismo na Alemanha dependeu fundamentalmente da organização partidária, que se foi tomando uma máquina de Estado. A partir de certa época, não se permitia a existência de qualquer associação no país, mesmo um inocente clube recreativo juvenil, sem a presença de militantes nazistas em sua direção. Essa fantástica coordenação (Gleichshaltung) exigia um aparelho partidário extremamente disciplinado e eficiente. Por intermédio dela, o Partido estava presente em todas as células da sociedade.

Nos partidos democráticos modernos, a burocracia tem seus membros selecionados por sua capacitação profissional. Ao contrário do que acontece com os militantes, o entusiasmo e o devotamento partidário são menos importantes que a capacidade técnica e a eficiência. A burocracia não toma decisões; informa às lideranças e executa as suas determinações. Não deve participar da política interna do partido. Por isso, funcionários não devem ser recrutados entre antigos ou futuros candidatos.

Na Europa, alguns partidos dispõem de grandes sedes e centenas de funcionários pagos com verbas públicas.



COORDENAÇÃO PARTIDÁRIA GLEICHSHALTUNG

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

PARTIDOS NO BRASIL

a) O Império

Até a abdicação de D. Pedro I (1831), mal se conseguiram organizar grupos políticos permanentes. Os debates eram sobre circunstâncias, e a política era dominada pela liderança pessoal dos que haviam lutado pela Independência.

No Segundo Reinado, começam a separarem-se os liberais dos conservadores. Só nas últimas décadas do Império, os grupos passam a ganhar características de partidos políticos. Embora liberais e conservadores pouco se distinguíssem quando estavam no poder, é possível encontrar tendências diversas de comportamento, sobretudo nos últimos anos, quando os discursos nos dois partidos ganhavam consistência. Já naquela época, o Partido Republicano também levava sua mensagem à praça pública.

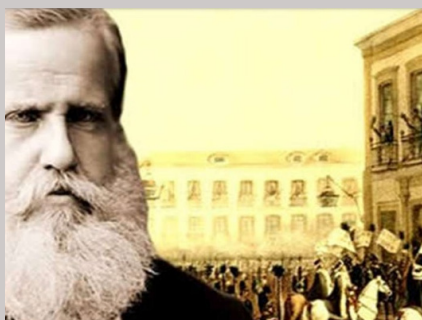
Eram partidos que se baseavam não em uma organização nacional, mas exclusivamente em bancadas parlamentares.

O Partido Liberal lança seu Manifesto em 1869, um ano após o aparecimento dos liberais radicais, que propunham uma profunda transformação na estrutura política do país. O Manifesto inspirava-se no Partido Liberal belga e propunha uma reforma eleitoral que aumentasse o colégio eleitoral ("Ou a Reforma ou a Revolução!"). Defendia a emancipação dos escravos e propunha várias medidas que fortaleceriam a liberdade individual, repetindo antigos temas dos políticos liberais.

Enquanto o Partido Conservador tendia, sobretudo, para a defesa do Império e das instituições tradicionais, os liberais se iam orientando para as causas mais populares.

No último Gabinete do Império, seu chefe, o liberal Visconde de Ouro Preto sugere um programa que continuaria atual muitos anos depois de proclamada a república. Inclui a extensão do direito de voto, autonomia dos municípios e províncias, liberdade de ensino, e até uma lei de terras que facilitasse a sua aquisição, além de um código civil para o país.

Com a proclamação da república, desaparecem os velhos grupos partidários, inclusive o Partido Republicano.



BRASIL IMPÉRIO (1840 - 1889)



MANIFESTO DO PL EM 1869

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

b) A República

Na Primeira República, os partidos são regionais. Em poucos momentos, surgem sistemas nacionais, quase sempre procurando apenas coordenar a ação dos partidos regionais.

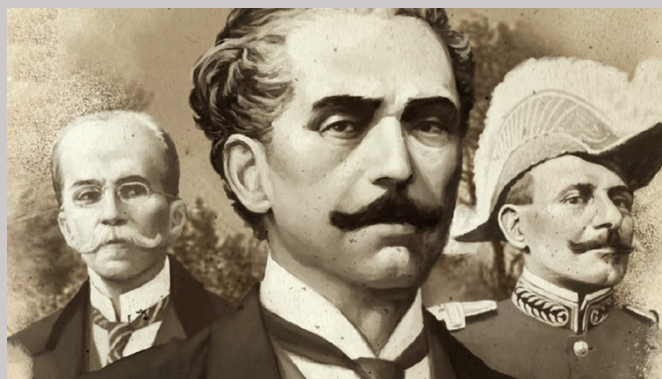
Sobressaem os diferentes Partidos Republicanos, como em Minas, São Paulo ou Rio Grande do Sul. Durante muito tempo, foi o eixo da atividade política, que se fazia em torno do poder regional (Presidentes dos Estados) ou federal (Presidente da República).

Fora do poder, não havia salvação, inclusive porque o sistema eleitoral permitia depurações. Não existia justiça eleitoral, e as fortes lideranças partidárias, ligadas aos governantes, além de escolher os candidatos, poderiam obter que fossem eleitos na apuração e no reconhecimento dos eleitos. Todas as tentativas de romper o sistema dominante foram inúteis, inclusive as campanhas de Rui Barbosa e de Nilo Peçanha. A estrutura só iria ruir com o movimento político e militar de 1930.

Em 1910, Pinheiro Machado forma o Partido Republicano Conservador, talvez o primeiro nacional, se não se considerar a breve experiência do Partido Republicano Federal, no tempo de Prudente de Moraes. Com o PRC, Pinheiro Machado torna-se o homem forte do governo Hermes da Fonseca. O Partido desaparece após a morte de Pinheiro Machado.

No Rio Grande do Sul, surgiram os primeiros partidos doutrinários do país. O Partido Republicano Histórico foi a semente de uma organização conservadora, inspirada no positivismo Júlio de Castilhos foi seu primeiro líder. De outro lado, com um discurso liberal, surgia em 1892 o Partido Federalista, chefiado por Silveira Martins, e que tinha como principal meta a adoção do parlamentarismo. Em 1928, ele será substituído pelo Partido Libertador, de Assis Brasil, que se concentra na luta pelo voto secreto.

São convocadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Já em 1932, um decreto regular o funcionamento dos partidos, dividindo-os em permanentes e provisórios (só para disputar alguma eleição). Novamente, as organizações serão apenas regionais, e poucas (como o Partido Constitucionalista de São Paulo e o Partido Autonomista do Distrito Federal) terão alguma expressão. Na Constituinte, a maior força política nacional organizada seria a da Liga Eleitoral Católica, que elegeria candidatos em todo o país, conseguindo incluir na Constituição todo o seu programa.



RUI BARBOSA, PINHEIRO MACHADO E HERMES DA FONSECA

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

Quando o país se preparava para as eleições de 1938, Vargas dá o golpe e implanta o Estado Novo. O Estado Novo foi precedido de intensa campanha dos partidos comunista e integralista, que lutavam um contra o outro. Em 1935, os comunistas tentam um golpe de estado (Intentona), que só serviria para aumentar a repressão de Vargas. Os integralistas, liderados por Plínio Salgado, adaptavam ao Brasil as ideologias nazifascistas, então em voga na Europa. Promoviam intensa agitação popular e iriam também procurar a conquista do poder, pelo golpe armado.

Os candidatos presidenciais Armando Sales e José Américo (além do próprio Plínio Salgado) desenvolviam campanhas pessoais. O liberalismo e o discurso social de José Américo preocupavam o exército e as oligarquias, que não tinham desaparecido.

Não é de estranhar que o Estado Novo surgisse em novembro de 1937 com forte mensagem antipartidária; Em 2 de dezembro, o ditador extingue todos os partidos. Ele próprio não se anima a imitar as ditaduras europeias que criaram os seus partidos únicos.

c) Os Partidos de 1945

Na República de 1945, surgem os primeiros grandes partidos efetivamente nacionais. A primeira campanha presidencial já iria separar correntes com maior nitidez. Eduardo Gomes representava o liberalismo, os novos ideais que entusiasmavam o mundo após a derrota do nazifascismo. Eurico Dutra, Ministro da Guerra de Vargas, reunia as antigas oligarquias políticas e o conservadorismo agrário. A extrema esquerda apoiava Vedo Fiúza, candidato do Partido Comunista.

O Partido Social Democrático (PSD) foi o maior partido desse período. Fundado por Vargas, tomou-se uma federação de oligarquias locais. Conservador, com vocação de poder, não tinha maiores preocupações doutrinárias, desde que não se agredisse a sua ideologia conservadora. Em alguns momentos, chegaria a aliar-se a grupos populistas, mas por questões eleitorais. Nos momentos decisivos, a sua ação e a sua opção sempre seriam conservadoras.

O PSD deu estabilidade à República de 45. Com seu pragmatismo e graças à experiência de seus líderes, assegurava maioria a governos estaduais e aos presidentes, servindo de freio ao liberalismo udenista e aos partidos socialistas e trabalhistas. Modernizou-se com Juscelino Kubitschek, que, com habilidade, conseguiu conciliar os interesses oligárquicos com uma nova visão progressista de desenvolvimento para o país.

A União Democrática Nacional (UDN) nasceu das lutas liberais contra a ditadura de Vargas. Reuniu alguns dos nomes mais brilhantes da intelectualidade e da política de seu tempo: Virgílio Meio Franco, Prado Kelly, Raul Fernandes, Milton Campos, Pedro Aleixo, Odilon Braga, Jylio de Mesquita Filho. Iria reunir figuras expressivas como Carlos Lacerda, Afonso Arinos, Bilac Pinto, Aliomar Baleeiro, Gabriel Passos.

Ao mesmo tempo, juntava algumas poucas oligarquias regionais (em luta contra os adversários locais, abrigados no PSD) como os Caiados, em Goiás, ou os Konders, em Santa Catarina. Abrigou também o tenentismo de 1930 (Juarez Távora, Juracy Magalhães).

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

A UDN surgiu como partido nitidamente liberal nas campanhas presidenciais de Eduardo Gomes. Suas grandes bandeiras eram as lutas pelas liberdades individuais e pela moralidade na administração pública. A qualidade de suas lideranças fez com que já em 1945 se preocupasse com o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, temas que, em outros partidos, só surgiriam décadas depois.

O Brasil desenvolvimentista da era Kubitschek desatualizou a UDN. Os grandes centros urbanos foram-se proletarizando e a questão social tornou-se o maior tema do país. O discurso udenista era dirigido à classe média e à burguesia. Empolgava a opinião pública nos períodos não eleitorais, mas não dava votos suficientes para a conquista do poder.

Naturalmente, a UDN tendeu para o golpismo, quando sentiu sua incomunicação com as grandes massas eleitorais. Carlos Lacerda assumiu sua liderança e, com seu carisma, deu ao Partido características ideológicas. Era a ideologia da moralidade pública. A personalidade fulgurante e personalista de Lacerda acabou representando um risco natural para os governantes que empolgaram o poder em 1964. A UDN, que tanto contribuíra para o movimento militar, foi também extinta pelo Ato Institucional no 2, de 1965.

O Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi o braço popular de Vargas, fundado por ele, tal como o PSD. Aproveitando o desenvolvimento industrial brasileiro, o PTB cresceu rapidamente: 24 deputados em 1945 e 136 em 1962. Mas vícios de origem impossibilitaram que o PTB desempenhasse no país o papel a que se propunha, de representar o movimento obreiro e ser o vanguardeiro das grandes conquistas sociais. Tornou-se apenas uma espécie de partido peronista, sem a ideologia e o carisma do partido argentino, com lideranças caudilhescas, no melhor estilo dos pampas, e sem doutrina.

O PTB nasceu à sombra de cargos da Previdência Social e de favores governamentais. Getúlio Vargas e João Goulart, seus maiores líderes, não tinham angústia proletária, mas um comportamento populista. O partido não levava as aspirações de suas bases sindicais ao poder. Ao contrário, era um instrumento para narcotizar as lideranças sindicais, que recebiam favores para levar até as bases a mensagem dos caudilhos. Esses líderes sindicais governistas eram chamados de "pelegos".



PARTIDOS DE 1945 - PSD, PTB, UDN

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

Alguns dos líderes do PTB ainda tentaram, sem êxito, corrigir a tendência. Alberto Pasqualini procurou criar um trabalhismo sério, não socialista, coerente e doutrinário. Fernando Ferrari buscava um trabalhismo utópico e com características moralizantes. Ambos esforçaram-se por uma reação contra os hábitos corruptos das lideranças partidárias, mas resvalaram para um discurso de estilo udenista. Por outro lado, Sérgio Magalhães e Leonel Brizola tentavam recheiar o Partido de conteúdo socialista. Mas a falta de consistência e de preparação teórica do Partido tornou os discursos inconsequentes e contraditórios.

Os outros partidos de 45 não tiveram oportunidade de ocupar maiores espaços, tal a predominância do PSD, UDN e PTB.

O Partido Democrata Cristão (PDC) começava a surgir como um promissor partido doutrinário e formador de quadros, quando foi surpreendido, em pleno crescimento, pela radicalização do debate da questão social, que dividia até a Igreja. Passara de dois deputados, em 1945, para 20, em 1962, mas dividiu-se em grupos que tiraram do Partido toda a coesão interna.

O Partido Social Progressista (PSP) era a organização que dava estrutura política à liderança pessoal de Ademar de Barros, sem qualquer conteúdo doutrinário. Uma versão brasileira dos partidos americanos de interesse, o PSP reunia os que acreditavam na gerência de seu líder, que não escondia o desprezo por exigências éticas ou doutrinárias.

Como partido doutrinário, restava o Partido Libertador (PL), de Raul Pila, sucessor de Silveira Martins e intransigente defensor do parlamentarismo. Liberal, limitado praticamente ao Rio Grande do Sul, o PL defendia a iniciativa privada e afirmava no seu programa que a razão única do Estado era a necessidade da garantia dos direitos individuais.



PARTIDOS DE 1945 - PDC, PSP, PARTIDO LIBERTADOR

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

O Partido de Representação Popular (PRP), chefiado por Plínio Salgado, reunia os remanescentes do integralismo. O Partido Republicano (PR) restringia-se a Minas Gerais, onde elegeu seus únicos quatro deputados em 1962, sob a chefia respeitada de Arthur Bernardes. O Partido Socialista Brasileiro (PSB), nascido da Esquerda Democrática que lutara contra a ditadura de Vargas, reunia intelectuais, como em um clube, sem qualquer vocação eleitoral.

Sob a liderança legendaria de João Mangabeira, reuniam-se nomes expressivos como os de Osório Borba, Guilherme Figueiredo, Joel Silveira, Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Magalhães Jr., José Honório Rodrigues. -Em nenhum momento conseguiu qualquer resultado eleitoral expressivo.

O Presidente Castelo Branco, em 1965, não teria qualquer dificuldade para extinguir esta estrutura partidária. Para substituí-la, os governantes tentam criar um partido semelhante ao PRI mexicano, que desse sustentação política ao regime. Uma espécie de partido único, responsável pelo governo, mas em um regime que mantivesse a aparência e as características formais das democracias.



PARTIDOS DE 1945 - PRP, PR



PRESIDENTE CASTELO BRANCO (1897 - 1967)

XVII. O QUE VOCÊ NÃO PODE IGNORAR SOBRE A HISTÓRIA DA POLÍTICA DO BRASIL

d) Os Partidos de 1964

Em 1964, o Estado perdera a confiança da opinião pública brasileira. Desacreditadas as instituições, torna-se fácil para as Forças Armadas assumirem o poder, com um discurso de busca da eficiência e da moralização da administração. Entregaram-no a burocratas de confiança, tradicionalmente hostis a partidos e a políticos.

Extinguem-se os partidos e procura-se criar um sistema bipartidário.

Por um lado, o governo teria sustentação política e, por outro, seria dada uma satisfação à opinião pública internacional, mantendo-se a aparência democrática. Cria-se a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que seria o braço político do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que lhe faria oposição.

Nas eleições de 1966 e 1970, a ARENA parecia consolidar sua tendência de transformar-se no partido único do país. Em 1966, obtivera 64% dos votos para a Câmara Federal, chegando a 70% em 1970, em plena expansão do chamado milagre econômico brasileiro.

Mais do que o protesto contra a repressão ou a defesa das liberdades, a crise econômica iria fazer desmoronar o domínio arenista. Em 1974, o MDB conseguiria 14,5 milhões de votos para o Senado, contra 10 milhões da ARENA. Uma série de medidas casuísticas foram então tomadas para garantir a maioria governamental e o predomínio arenista.

Em 1979, extingue-se o bipartidarismo, como nova manobra para evitar a caracterização da minoria governamental e como tentativa de divisão da oposição. Os núcleos da ARENA e do MDB incorporam-se prioritariamente ao Partido Democrático Social (PDS) e ao PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro). Criam-se outros novos partidos.



XVIII. O QUE SEPARA O PENSAMENTO DA ESQUERDA DAS CONVICÇÕES DE DIREITA

a) SOCIALISMO E DEMOCRACIA

O socialismo, em suas origens intelectuais, não era uma teoria política e sim uma teoria econômica. Mais precisamente, uma teoria que procurava reorganizar a sociedade industrial. Os primeiros ideólogos socialistas - os que Engels chamou de "socialistas utópicos" - simplesmente não cogitavam de instituições políticas.

O socialismo só se politizou com Marx, que fundiu a crítica do liberalismo econômico com a tradição revolucionária e igualitária do comunismo.

Marx nunca valorizou os direitos civis (de expressão, profissão, associação, etc.). Ao contrário, chegou mesmo a condená-los, vendo neles mero instrumento de exploração de classe. O socialismo marxista, e muito especialmente o praticado pelos regimes comunistas, sempre refletiu esse menosprezo pelos direitos civis.

Em Lenin, a indiferença de Marx para com a liberdade civil toma-se verdadeira hostilidade aos direitos civis e políticos. Hoje, ninguém mais duvida de que nos regimes comunistas, ninguém consegue, ou tenta tornar compatíveis socialismo e democracia.

Para tornar compatíveis socialismo e democracia, o socialismo precisa renunciar ao dirigismo econômico, à dominação de toda economia pelo Estado, Isso foi o que fez a socialdemocracia, desde suas primeiras experiências na Escandinávia. Compreenderam que o dirigismo político provoca ineficiência e despotismo, já que concentra todas as grandes decisões econômicas nas mãos dos que já tem o comando político. Essa autonomia na esfera socialista nunca foi admitida pelos marxistas, embora Trotsky tenha observado que, após o crescimento industrial, a qualidade da produção está fora do alcance do controle burocrático da economia.



MARX (1818-1883) E ENGELS (1820-1895)



TROTSKY (1879-1940)

XVIII. O QUE SEPARA O PENSAMENTO DA ESQUERDA DAS CONVICÇÕES DE DIREITA

b) SOCIAL-DEMOCRACIA

Kolakowski baseia sua concepção da socialdemocracia em alguns valores e regras gerais que se podem resumir assim:

1. Adesão aos princípios democráticos e constitucionais da sociedade aberta;
2. Busca da igualdade, por meio do "Estado protetor", que atenda às necessidades elementares da população, cuide da velhice e da doença e promova, em clima de liberdade, a igualdade de oportunidades;
3. Orientação oficial da economia;
4. Reconhecimento da impossibilidade de tornar inteiramente compatíveis o necessário planejamento e a desejável autonomia.

A socialdemocracia foi perdendo terreno para o moderno liberalismo, entre outras razões, em consequência da revolta no mundo atual contra o estatismo econômico.

Por outro lado, a recessão econômica e o desemprego em vários países europeus fizeram com que os social- democratas se afastassem de suas bases sindicalistas.

Na Inglaterra, por exemplo, a vitória de Margareth Thatcher foi em grande parte consequência da rebelião do operariado contra a política austera e estatizante dos socialdemocratas. Na prática, os socialdemocratas eram forçados à negociação entre empresários e trabalhadores, o que representava o reconhecimento dos interesses do capital, traindo suas origens social-marxistas.



KOLAKOWSKI (1927-2009)



MARGARETH THATCHER (1925-2013)

XVIII. O QUE SEPARA O PENSAMENTO DA ESQUERDA DAS CONVICÇÕES DE DIREITA

c) RENASCIMENTO DOS LIBERALISMOS

“Um conservador”, disse Irving Kristol, “não passa de um liberal assaltado pela realidade”. Na realidade, não é bem assim. A palavra liberal serve hoje para cobrir diferentes comportamentos e pensamentos políticos.

Em outros tempos, o liberalismo estava na defensiva porque os injustos regimes liberais eram comparados com o ideal socialista de liberdade e de justiça. Mas, depois da Segunda Guerra Mundial, quando o socialismo de Stalin foi implantado autoritariamente, as mazelas da realidade socialista foram ficando mais visíveis. O liberalismo passou à ofensiva na produção teórica das universidades e dos pensadores porque o socialismo está longe de ter as mãos limpas e o coração leve.

Lembra Dahrendorf que o liberal raramente precisa envergonhar-se das realidades criadas em seu nome. Ou, quando precisa, resta-lhe o consolo de verificar que seus adversários de esquerda possuem mais esqueletos dentro do armário.

A sociedade moderna, tecnificada e consumista, não requer apenas justiça: exige também eficiência; e a eficiência, por sua vez, implica liberdade econômica.

O neoliberalismo de Hayek tem marcado muitos pontos na denúncia do estatismo econômico, por exemplo, quando se refere à grande expansão de empresas estatais.

É irrealista, no entanto, quando pensa que o Estado pode deixar de dirigir as finanças ou planejar a economia. Importante é que ele não a controle. No seu famoso livro *O Caminho da Servidão*, Hayek levantou a tese de que o envolvimento do Estado na sociedade e na economia, mesmo por intervenções isoladas, redundaria, a longo prazo, em totalitarismo.

No entanto, depois de quase cinquenta anos, desde a guerra mundial, vemos que Hayek se enganou. No Ocidente e no Japão, a ação do Estado ajudou a evitar o totalitarismo. O Estado, às vezes assistencial, contribuiu de modo decisivo para neutralizar movimentos políticos socialistas autoritários.

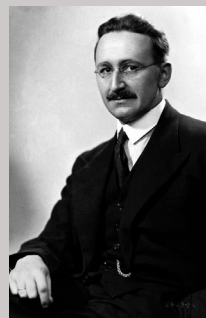
No Brasil, temos, ao mesmo tempo, Estado demais e Estado de menos. Demais na economia, onde o Estado emperra, desperdiça, onera e atravanca. De menos, no plano social, onde são gritantes e inadmissíveis tantas carências em matéria de saúde, educação e moradia. Por isso há muitas vezes um diálogo de surdos: de um lado liberais se esquecem, ao condenar a ação do Estado, de ressaltar nossas tremendas necessidades no campo assistencial; de outro, os que se dizem defensores "do social" condenam todas as posições liberais.



IRVING KRISTOL (1920-2009)



DAHRENDORF (1929-2009)



HAYEK (1889-1992)

XVIII. O QUE SEPARA O PENSAMENTO DA ESQUERDA DAS CONVICÇÕES DE DIREITA

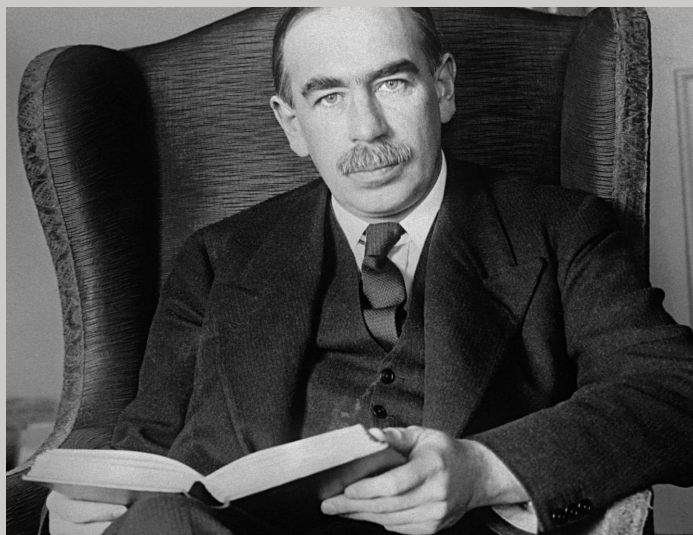
d) O MODERNO LIBERALISMO SOCIAL

O moderno liberalismo social, doutrina do PL, não deve querer dizer apenas menos Estado; quer dizer, sobretudo mais liberdade. E o Estado contido pode ser um poderoso instrumento para promover liberdade para todos.

Keynes, que tanto transformou o liberalismo econômico, recusou-se a aceitar tanto a opção leninista (sacrificar a democracia para acabar com o capitalismo) quanto a fascista (sacrificar a democracia para salvar o capitalismo). Mas alguns liberais são frios em matéria de fervor democrático. Hayek, por exemplo, chegou a imaginar alternativas que atuassem na base de princípios liberais. Para o neoliberalismo de direita, a liberdade econômica, além de necessária, é suficiente.

Nosso melhor liberalismo não deve ter um permanente pavor do Estado; deve sim - e com crescente vigor - buscar a limitação da ação do Estado a seus objetivos reais. Este é o liberalismo social que o PL defende.

Liberalismo com preocupações sociais é a única doutrina política atual que leva profundamente a sério o ideal democrático no sentido rigoroso da palavra, de governo do povo. Os socialismos de Estado dizem ser democráticos, mas ninguém se atreveria a dizer que praticaram a democracia como forma de governo. A democracia liberal social é realmente democracia, variando apenas no grau do seu teor democrático. O argumento liberal não precisa fugir à realidade; mas o antiliberalismo socialista só consegue basear-se no idealismo e em promessas sempre refeitas e adiadas de um paraíso de liberdade.



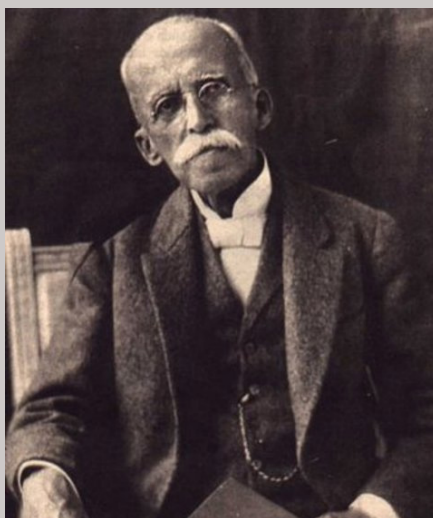
KEYNES (1883-1946)

XVIII. O QUE SEPARA O PENSAMENTO DA ESQUERDA DAS CONVICÇÕES DE DIREITA

e) LIBERDADE E IGUALDADE

A verdadeira democracia liberal tem duas paixões - as paixões de Rousseau: liberdade e igualdade. Por volta de 1850 ou 60, entendia-se a igualdade de acordo com os méritos de cada um. Já definira Rui Barbosa que a verdadeira igualdade consistia em aquinhoar-se desigualmente a cada um, na proporção em que se desigalam. De lá pra cá, tende a prevalecer uma visão "igualitária" de igualdade. Todos são iguais.

Ao mesmo tempo, a liberdade ganha uma versão libertária que tem a anarquia no seu horizonte natural. Esse é o maior desafio que o liberalismo tem e terá de enfrentar. Do socialismo, o liberalismo só precisa temer a força, não o poder de convencer, pois ele está muito desgastado. Todavia, em nossas sociedades cada vez mais permissivas e reivindicatórias, o liberalismo não está completamente a salvo da perversão interna de seu próprio ânimo: o velho nobre espírito de igualdade.



RUI BARBOSA (1849-1923)

Inicialmente, vamos estabelecer a diferença entre poder e influência. Tem poder aquele que é capaz de impor sua vontade e suas decisões, punindo desobedientes. O Estado tem o poder, na medida em que faz leis, baixa regulamentos e dispõe da polícia e de agentes para fazer cumprir sua vontade.

Quando alguém exerce influência, não dispõe de instrumentos visíveis de coação. Sua vontade e suas opiniões são voluntariamente aceitas, muitas vezes sem que se perceba a influência que foi exercida.

Quando o Papa expõe opiniões sobre problemas políticos ou sociais, e determina um comportamento, a sua influência se exerce em todo o mundo. Anos depois, leis podem ser mudadas, decisões políticas são tomadas em consequência da influência que, de forma direta ou indireta, os homens sofreram.

XIX. O PODER E A INFLUÊNCIA NA POLÍTICA

Um político moderno, eficiente e democrático, adquire poder graças à influência que consegue exercer.

Em países como o Brasil que passaram recentemente por períodos de autoritarismo, é comum confundirem-se políticos eficientes com simples administradores do poder. Durante o período autoritário, houve aqueles que faziam complicadas manobras políticas, que tinham êxito graças ao poder de seus agentes. Com uma lei, fechavam-se partidos e abriam-se outros, por exemplo. A força garantia a decisão tomada.

Com o governo na mão, políticos distribuíram - e distribuem - estações de rádio e corrompiam - e corrompem - lideranças menores.

Com tais processos, conseguiam êxitos relativos e temporários, ganhando fama de bons políticos e até de bons articuladores. Eram apenas poderosos.

Sem o poder, perdem sua eficiência, porque não estão acostumados a influenciar, a convencer. Eram apenas obedecidos. Estamos presenciando vários casos de políticos que eram considerados brilhantes e de muito futuro, e, subitamente, perderam suas posições, porque perderam o poder, que era só o que tinham.

O mesmo aconteceu com alguns políticos de oposição, acostumados a impor suas ideias e dispendo do poder de patrulha sobre os que discordassem. A patrulha era, às vezes, também poderosa. Os divergentes do líder eram execrados por jornais, humilhados nos seus sindicatos, marginalizados nos partidos, atacados em sua honra. Muitos desses "líderes de poder" foram esmagados nas umas, com a abertura democrática.

O PODER

O poder não é só do Estado.

Modernamente, o indivíduo está também sujeito ao poder de grandes corporações, de empresas privadas que dispõem da vida de seus empregados e de seus consumidores. Empresas com milhares de funcionários onde eles são apenas números, modificam até padrões de vida de cidades inteiras. O que dizer de empresas de transporte público ou de outras que detêm a quase exclusividade na prestação de certos serviços? Ou de empresas locadoras de mão-de-obra não qualificada que escravizam os empregados que alugam?

Poderiam ser lembrados os bancos ou veículos de comunicação, que, sem qualquer freio da sociedade, dispõem de poderes excepcionais, em certas situações, sobretudo quando não têm ou têm pouca concorrência.

Um exemplo ainda mais fácil de perceber é dos serviços de proteção ao crédito (SPC), entidades privadas que podem alterar seriamente, até por um equívoco, a vida do indivíduo.

O poder do Estado tem a força institucionalizada para garantir o seu exercício.

XIX. O PODER E A INFLUÊNCIA NA POLÍTICA

Em uma democracia, este poder é limitado e fiscalizado. Estas organizações dispõem de um poder paralelo, às vezes sem fiscalização que proteja os direitos individuais.

Como já vimos em outras aulas, em uma democracia, o poder público não deve ser exercido apenas por uma pessoa ou um grupo. A história do liberalismo é a história da luta pela limitação de arbítrio do poder, seja de quem for.

Nos Estados democráticos modernos, o poder emana do povo, que se manifesta por eleições periódicas ou por outras formas, como plebiscitos, por exemplo. Como veremos adiante, não basta esta origem legítima para que o exercício do poder seja democrático.



O PODER EMANA DO POVO

A POLÍTICA

Estaremos “aqui falando de política no sentido de “tomada de decisões através de meios públicos” (Déustch).

Na concepção de Santo Tomás de Aquino, a politica é a arte de governar os homens e administrar as cousas, visando ao Bem Comum, e de acordo com as normas da Reta Razão.

É a ação política que orienta a ação do poder público, limita ou aumenta esse poder.

Muitas vezes não percebemos o quanto as decisões políticas influenciam o nosso todo-dia. A política econômica do governo atua decisivamente sobre os nossos salários, sobre a inflação (que altera nossos padrões de vida), sobre os impostos que pagamos. São decisões políticas que interferem na construção de casas, nos aluguéis que pagamos no trânsito que enfrentamos. Por tudo isso, nenhuma pessoa sensata pode desconhecer a política. Ao contrário deve procurar compreendê-la, e participar.

XIX. O PODER E A INFLUÊNCIA NA POLÍTICA

Em uma democracia, este poder é limitado e fiscalizado. Estas organizações dispõem de um poder paralelo, às vezes sem fiscalização que proteja os direitos individuais.

Como já vimos em outras aulas, em uma democracia, o poder público não deve ser exercido apenas por uma pessoa ou um grupo. A história do liberalismo é a história da luta pela limitação de arbítrio do poder, seja de quem for.

Nos Estados democráticos modernos, o poder emana do povo, que se manifesta por eleições periódicas ou por outras formas, como plebiscitos, por exemplo. Como veremos adiante, não basta esta origem legítima para que o exercício do poder seja democrático.



SÃO TOMÁS DE AQUINO (1225-1274)

CONSCIENTIZAÇÃO

Para atuar politicamente, e assim influenciar o poder, o cidadão deve conscientizar-se. Deve informar-se, ouvir, conviver, ler, estudar e procurar formar suas opiniões sobre os diferentes problemas e suas soluções.

Com boa consciência política, o cidadão estará melhor preparado para votar, exigir dos governantes, fazer sugestões, acompanhar o trabalho de seus parlamentares e reagir ou protestar, quando necessário.

A conscientização é o melhor remédio contra o poder ideológico ou de grupos que procuram impor sua vontade.

O poder ideológico (ver o capítulo 3) é impenetrável. Não procura modificar-se e reage contra influências políticas externas. Para impor-se, usa processos autoritários e luta contra seus adversários, mesmo usando mentiras e artifícios desleais.

Não é só o Estado que usa este processo. No Brasil, por exemplo, durante os debates da Constituinte, grupos totalitários espalharam até cartazes com informações falsas sobre votos de deputados. Este tipo de ação não exerce qualquer resultado sobre pessoas bem informadas e conscientizadas, embora sejam demonstração de força típicas do poder autoritário.

XIX. O PODER E A INFLUÊNCIA NA POLÍTICA

LEGITIMIDADE

O poder é exercido legitimamente em uma democracia quando:

- 1) Sua origem também é legítima;
- 2) Não ultrapassa os limites de sua competência;
- 3) Não prejudica o exercício dos direitos de outros.

A origem é legítima quando o poder emana do povo. Ele não pode agir além do que lhe foi autorizado. Quando o governo, por exemplo, impõe o que não está previsto em lei, o exercício do poder é ilegítimo. Se uma lei contraria direitos naturais, o poder (embora seja legal) também se torna ilegítimo, mesmo que a lei tenha sido aprovada pelos representantes eleitos. Porque o Estado existe para promover o Bem Comum (este é um limite ao seu poder), o que é impossível, se se contraria a natureza. Seria ilegítima, por exemplo, uma lei que proibisse alguém de comer ou o obrigasse a viver em temperaturas insuportáveis. Esses são alguns exemplos de agressões flagrantes a direitos naturais.

Mas o poder também torna-se ilegítimo quando é exercido para prejudicar direitos alheios. Isso acontece, por exemplo, quando o Estado prende alguém injustamente.

A POLÍTICA E O PODER

A política estimula o debate e a conscientização, em uma democracia. Como diferentes ideias se confrontam, há uma natural tendência para o entendimento e a conciliação. Desta forma, a ação política influencia decisivamente o poder, impedindo ou dificultando a ditadura das majorias. Quando não há conciliação, pelo menos a ação política expõe e protege os direitos das minorias.

Não há exercício do poder sem política. Mas nas ditaduras, é o poder que determina a ação política. Nas 'democracias', dá-se o contrário: é a política que determina a ação do poder.

Por outro lado, a política prepara a opinião pública para melhor aceitar as decisões do poder, graças ao debate e às lideranças intermediárias que naturalmente se formam.



DIFERENTES IDEIAS SE CONFRONTAM, HÁ UMA
NATURAL TENDÊNCIA PARA O ENTENDIMENTO E A CONCILIAÇÃO

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

a) FUNCIONAMENTO DOS SISTEMAS

Neste capítulo, estaremos discutindo as formas puras do presidencialismo e do parlamentarismo, como são concebidos teoricamente em regimes democráticos. Não estamos considerando ditaduras. Em diferentes países, essas formas sofrem alterações, como veremos mais adiante.

Presidencialismo

No regime presidencialista, há três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

São exercidos, respectivamente, pelo Presidente da República, pelo Parlamento e pelo Supremo Tribunal ou Corte Suprema.

Toda a concepção do presidencialismo baseia-se na harmonia desses três poderes. Nenhum pode superar ou impor-se a outro. Para manter esse equilíbrio, há um sistema de freios e contrapesos, pelo qual um poder controla o outro, e cada um depende dos outros dois. Vamos ver alguns exemplos:

É o Parlamento que aprova os projetos de lei, assim como, o orçamento que fixa as despesas. Com isso, o Legislativo controla o Executivo e o Judiciário. Mas o Presidente da República pode vetar o que foi aprovado pelo Legislativo, e, assim, o freia. O Legislativo pode rejeitar o veto, voltando a exercer controle sobre o Executivo.

É o Presidente da República (Executivo) que escolhe os nomes dos membros do Supremo Tribunal, controlando o Judiciário. Mas o Legislativo deve aprovar esses nomes; controlando o Executivo e o Judiciário.



PODER EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO.
EXERCIDOS RESPECTIVAMENTE, PELO PRESIDENTE
DA REPÚBLICA, PELO PARLAMENTO E PELO SUPREMO
TRIBUNAL OU CORTE SUPREMA

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

O Judiciário é que julga a aplicação das leis, podendo, inclusive suspender a execução delas. Com isso, ele freia o Legislativo e o Executivo.

No presidencialismo, o Chefe de Estado (que imobiliza a nação) e o Chefe de Governo (que dirige a administração do país) são a mesma pessoa. O Presidente da República é chefe de estado e chefe de governo.

A natureza do presidencialismo está nesta divisão do poder em três ramos.

Teoricamente, ele será tanto mais puro quanto menos um poder prevalecer sobre o outro. A harmonia dos três é da essência do regime presidencialista.

No presidencialismo, o Presidente e os parlamentares são escolhidos por um período de tempo fixo e determinado, geralmente quatro ou cinco anos. Salvo situações excepcionais, uma vez eleitos, têm o seu mandato garantido durante esse prazo.

Em um regime presidencialista, o Legislativo pode ser exercido apenas pela Câmara dos Deputados (sistema unicameral) ou por duas casas, a Câmara e o Senado (sistema bicameral).

Parlamentarismo

No parlamentarismo, todo o poder concentra-se no Parlamento, que é, de fato, o único poder. Se o governo executivo discordar do Parlamento, a maioria dos deputados dissolve este governo. A Justiça não se deve opor ao Parlamento, inclusive porque, em um parlamentarismo puro, a Constituição não é rígida: se uma lei for considerada inconstitucional, o Parlamento simplesmente altera a Constituição.

No Reino Unido, o exemplo mais puro de parlamentarismo, não há sequer uma constituição escrita.

Em um regime parlamentarista, distingue-se o chefe de estado do chefe do governo. O chefe de estado apenas simboliza a nação, mas não tem poderes administrativos. Pode ser um monarca ou presidente escolhido pelo Parlamento ou eleito diretamente pelo povo.

A Rainha da Inglaterra, por exemplo, reina, mas não governa: ela é chefe de estado apenas.



RAINHA DA INGLATERRA E O PARLAMENTO

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

O chefe do governo é quem governa e administra. Ele é sempre escolhido pelo Parlamento, que pode destituí-lo.

Após as eleições, o partido político ou a coligação que teve a maioria dos votos escolhe um Primeiro Ministro e os que vão ocupar os diferentes ministérios. Levam esses nomes ao Chefe de Estado, que os submete ao Parlamento.

Se os nomes forem aprovados pela maioria, esse ministério (Gabinete) será empossado e governará até que haja novas eleições (quatro ou cinco anos depois), ou até que perca a confiança da maioria parlamentar.

Se a maioria, em algum momento, discordar do Gabinete, votará uma moção de desconfiança e o governo cai. A maioria vitoriosa no Parlamento indicará ao Chefe de Estado os nomes dos novos ministros, que serão submetidos à votação. Se forem aprovados, começam a governar; se não forem, novos ministros terão de ser escolhidos, até que o Gabinete indicado tenha o apoio da maioria dos deputados.

Pode acontecer que a maioria aprove uma moção de desconfiança ao Gabinete, mas o Primeiro Ministro ache que ele representa a vontade da maioria do povo. Neste caso, ao invés de cair o Gabinete, dissolve-se o Parlamento, e realizam-se eleições imediatamente (prazo de poucas semanas).

O povo então decidirá a quem dá maioria. Se ele der maioria aos partidários do Gabinete, este se mantém.

Se der aos seus adversários, cai o governo, e seus oponentes submetem ao Parlamento um novo ministério.

No parlamentarismo, o Executivo é um mero delegado da maioria parlamentar. Em um regime parlamentarista puro, só parlamentares podem ser ministros, e eles comparecem normalmente às sessões do Parlamento, dando contas de sua atuação e sendo interpelados por seus pares.

As funções parlamentares são exercidas em sua plenitude por uma casa legislativa que se pode chamar, por exemplo, de Câmara dos Deputados, Parlamento, Câmara dos Comuns (Reino Unido) ou Assembleia Nacional (França). Este poder não pode ser dividido com outra casa legislativa que não tenha as características populares do Parlamento. No Reino Unido, por exemplo, existe a Câmara dos Lordes, mas suas funções são praticamente decorativas, na elaboração das leis. Os lordes não destituem gabinetes.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

b) ORIGENS HISTÓRICAS

Presidencialismo

Desde o tempo dos reis discricionários, pensadores liberais defendiam que o poder deveria ser dividido para evitar o absolutismo dos monarcas. Locke (1632-1704), por exemplo, já falava em dividir o poder entre aqueles que fazem as leis, os que as executam e os que as julgam.

Mas quem dá forma ao regime presidencialista, é Montesquieu (1689-1755), em sua obra *O Espírito das Leis*. Ali, Montesquieu concebe o governo com a clara divisão entre Executivo, Legislativo e Judiciário, defendendo a harmonia e o equilíbrio entre eles.

A Constituição dos Estados Unidos (1787), fortemente influenciada por Montesquieu, criou o primeiro regime presidencialista e passou a ser o exemplo para outros países, inclusive o Brasil, que adotaram esse modelo.



CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS (1787)

Parlamentarismo

O regime parlamentarista foi-se formando ao longo do tempo, à medida que a luta contra os reis absolutos foi transferindo poderes ao Parlamento. Um dos grandes marcos desse processo foi quando, no reinado de João Sem-Terra (1199-1216), na Inglaterra, o povo exigiu que seus representantes aprovassem os impostos cobrados pelo rei (*No taxation without representation*: "Não pode haver impostos sem representação"). Para poder recolher tributos, os reis foram cedendo seus poderes aos representantes do povo.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

A doutrina parlamentarista moderna sofre forte influência de Rousseau (1712-1788), que, em sua obra *O Contrato Social*, defende a soberania popular. Naquela época, acreditava-se que os reis governavam por vontade de Deus. Rousseau diz que é o povo que transmite a vontade de Deus, e, assim, pode escolher seus governantes.



JOÃO SEM-TERRA (1199-1216)

Na base histórica do parlamentarismo, está a luta contra governantes (reis) que não eram eleitos. Nesse sentido, a evolução do parlamentarismo é a própria evolução da democracia, do direito do povo de ser governado por representantes escolhidos por ele.

Essa cadeia histórica é rompida nos Estados Unidos, porque o Chefe de Estado, segundo sua Constituição, é também escolhido pelo povo em eleições, embora o regime seja presidencialista.

c) FORMAS IMPURAS

Em quase nenhum país do mundo encontram-se hoje formas puras de parlamentarismo ou de presidencialismo. Os regimes presidencialistas convivem com instituições tipicamente parlamentaristas, e regimes chamados parlamentaristas têm instituições que só seriam aceitas no presidencialismo.

Por exemplo, no regime presidencialista puro, o Poder Executivo é o Presidente da República, como lembra a Constituição americana. Os ministros são simples auxiliares de livre escolha do Presidente. Por isso, nos Estados Unidos, eles são chamados de secretários, e não de ministros. No entanto, mesmo naquele país, atualmente, os nomes dos secretários são submetidos ao Congresso, antes de serem nomeados, o que só acontecia nos regimes parlamentaristas.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

São muito raros os sistemas parlamentaristas puros, que subsistiram sobretudo nas monarquias (Reino Unido, Suécia, Holanda, etc.).

Na França, por exemplo, embora o regime seja chamado de parlamentarista, o Chefe de Estado (Presidente da República) tem várias funções de governo, às vezes até superiores às do Primeiro Ministro. O poder é dividido entre os dois.

No Brasil, as formas de parlamentarismo sempre foram impuras. Na monarquia, tínhamos um regime parlamentarista, mas o Imperador dispunha do "Poder Moderador", o que lhe permitia até nomear primeiros ministros que não dispusessem do apoio da maioria parlamentar.

Em 1962, tentou-se criar um sistema parlamentarista, com João Goulart como Presidente da República. O sistema nunca funcionou, porque o Presidente era quem indicava ao Parlamento o nome do primeiro ministro. Os chefes de governo que o Presidente indicava eram seus aliados políticos, que o obedeciam, e a direção do país, na prática, continuava em mãos do Chefe de Estado. Foi realizado um plebiscito e o povo resolveu voltar ao presidencialismo.

A Constituição de 1988 é presidencialista, mas repleta de instituições parlamentaristas.

Quando a Constituinte começou a votar a Constituição, pensava em estabelecer o regime parlamentarista, e vários artigos foram votados com este espírito. Depois, aprovou-se o presidencialismo, mas aqueles artigos já estavam na Constituição.

d) LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE

Como vimos, o regime presidencialista baseia-se na divisão dos poderes. Eles não se concentram em nenhum dos ramos. No parlamentarismo, ao contrário, todos os poderes se concentram em mãos do parlamento.

Para que essa concentração de poderes não gere uma oligarquia (governo discricionário de um grupo), é preciso que o parlamento seja rigorosamente fiel ao povo.

No parlamentarismo, o parlamento não apenas representa a vontade popular. Ele é o povo em assembleia política.

Por isso, é fundamental, no regime parlamentarista, que haja a possibilidade da dissolução parlamentar: quando há dúvidas sobre se o parlamento representa a vontade nacional, ele é dissolvido e o povo é chamado a pronunciar-se em novas eleições.

Um regime parlamentarista que não tenha a possibilidade da dissolução parlamentar transforma o parlamento em uma assembleia com poderes discricionários por tempo determinado. A maioria parlamentar poderá desrespeitar as minorias e impor a sua vontade, fazendo e desfazendo governos e leis.

Outro ponto fundamental para garantir a legitimidade do Parlamento é a forma pela qual os parlamentares são eleitos, como veremos adiante.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

Voto proporcional e Voto Distrital

No Brasil, adotamos atualmente o sistema proporcional para eleger os deputados.

Cada Estado tem uma bancada com um número determinado de deputados. Os candidatos concorrem em todo o estado. Apura-se quantos votos cada partido teve, e são atribuídas cadeiras a esses partidos, proporcionalmente ao número de votos. São eleitos os mais votados de cada legenda partidária, até que se preencha o número de cadeiras atribuídas ao seu partido. A isso, chama-se sistema proporcional.

Na maioria dos países, adota-se o voto distrital. O país ou o estado (se houver estados) é dividido em distritos eleitorais: regiões com aproximadamente a mesma população. Cada distrito elege um deputado, e assim se completam as vagas no parlamento e nas câmaras estaduais.

Alguns raros países (a Alemanha é um exemplo) têm o sistema misto. Parte dos deputados é eleita pelo sistema distrital, e as demais vagas são ocupadas por deputados eleitos pelo sistema proporcional, podendo ser votados em todo o país.

É difícil imaginar o parlamentarismo sem o voto distrital.



Proporcional de lista aberta

O eleitor pode votar em um candidato ou em um partido. Para divisão das cadeiras, o que vale é a votação total de cada coligação. As vagas alcançadas na soma total ficam com os mais votados dentro das legendas.

Crítica

Candidatos com um número alto de votos podem eleger com eles candidatos do mesmo partido que tiveram uma votação pequena

VOTO PROPORCIONAL



Distrital

Os Estados e os municípios seriam divididos em distritos em um número igual ao de vagas no parlamento. Em cada distrito seria eleito apenas um parlamentar, que seria o mais votado na disputa

O eleitor de um distrito não poderia escolher um candidato de outro local, além de centralizar o poder nas lideranças políticas locais

VOTO DISTRITAL

É condição essencial no parlamentarismo a legitimidade e representatividade do mandato popular. Todos os poderes concentram-se no Parlamento. Se esse parlamento não exprimir a vontade da nação, o sistema conduz o país à ditadura de um grupo (da maioria parlamentar).

E, nesse caso, pode ser uma ditadura férrea e sem limites, porque não há equilíbrio de poderes.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

O sistema proporcional, sobretudo em um país que tem estados com as dimensões de alguns dos nossos, não garante a representatividade dos parlamentares. Os deputados fazem campanha em todo o estado e dependerão fundamentalmente da mídia para eleger-se, porque, em um colégio eleitoral tão grande, não poderão conhecer cada eleitor.

Frequentemente, os eleitores brasileiros não se recordam em quem votaram, e por isso não podem acompanhar o que fazem seus eleitos. São raros os deputados que prestam contas de sua atividade parlamentar. Em cada eleição, os eleitores tendem a escolher seus candidatos em função da campanha e eleitoral e por influência dos grandes veículos de comunicação.

Nos estados maiores, o número de votos de que o candidato precisa para eleger-se é tão grande (porque o colégio eleitoral é todo o estado), que ele não pode contar apenas com o contato direto com seus eleitores; os grandes veículos tornam-se absolutamente indispensáveis e o conhecimento direto é quase impossível.

Nesse quadro, é pequena a representatividade dos deputados e a sua legitimidade é discutível para falar e votar, sem limites, em nome de seus eleitores, exprimindo a vontade deles.

O sistema distrital assegura identidade entre eleitores e deputados, dando a legitimidade indispensável ao parlamentarismo. O deputado é diretamente fiscalizado por seus eleitores, que moram no seu distrito. Por outro lado, a qualquer momento, o deputado pode ter de concorrer à nova eleição e, por isso, está sempre prestando contas de sua atuação.

Dentro do sistema do voto distrital, a eleição pode ser pelo processo de maioria absoluta, ou não.

Ou seja, pode haver vários candidatos no distrito e será eleito o mais votado. Ou pode-se exigir a maioria absoluta: depois da eleição, os dois mais votados disputam em um segundo turno.

Outras Vantagens e Desvantagens do Voto Distrital

Já mencionamos a grande vantagem do voto distrital: permitir maior aproximação entre o deputado e seus eleitores e maior fiscalização por parte do eleitor. Por outro lado, o candidato depende menos dos veículos de comunicação, porque pode ter contato direto com seus eleitores por visitas, lideranças locais e correspondência pessoal.

Outra grande vantagem está no fato de que o voto distrital dificulta a radicalização política.

A Inglaterra, que, em toda a sua história, sempre usou o voto distrital, é o grande exemplo: são raros os radicais (de direita ou de esquerda) na política inglesa, e não é difícil explicar a razão:

Pelo sistema distrital (majoritário), o candidato precisa ter maioria em seu distrito. Em qualquer comunidade, dificilmente a maioria é radical, e, assim, a política do país tende a criar e fortalecer lideranças mais estáveis e menos passionais.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

O sistema distrital associado à maioria absoluta traz a vantagem adicional de estimular os entendimentos entre partidos assemelhados.

A tendência é de se realizarem campanhas menos agressivas ou de ofensas pessoais, porque os candidatos sabem que podem precisar do apoio de seus atuais adversários em um segundo turno.

Por outro lado, os que criticam o voto distrital temem que esse sistema crie "deputados-vereadores".

Como só têm de obter votos no seu distrito, mesmo os parlamentares federais procurarão trazer ao debate os problemas locais, que são os que interessam a seus eleitores eventuais. A campanha eleitoral far-se-á sem o debate dos grandes temas nacionais e internacionais, que também passariam a ser de menor interesse para os parlamentares. O sistema prejudicaria os grandes líderes nacionais e as figuras de maior valor intelectual, indispensáveis ao país, beneficiando aqueles que cuidam apenas de pequenos problemas imediatos da população.

A experiência mostra, porém, que isso não tem acontecido nos países que adotam o voto distrital. Os partidos, em geral, sabem os distritos nos quais dificilmente perdem eleições.

Nesses distritos, os partidos apresentam seus líderes de maior expressão. Os eleitores entendem que sua área está elegendo também um líder nacional, e a campanha é feita nesta direção.

Outra crítica é a de que os partidos ganham uma força excessiva como voto distrital. É a direção partidária que escolherá o candidato (apenas um) em cada distrito. Quando o partido tem uma tradição de vitória naquele distrito, a direção partidária praticamente indica o deputado.

O fortalecimento dos partidos é um fato indiscutível no sistema distrital. Vale discutir se isso é vantagem ou desvantagem.

Em muitos países, o candidato do distrito é escolhido após eleições internas entre os filiados do Partido, o que resolve o problema da indicação. Em outros, a escolha é feita pela direção partidária, que também é eleita no distrito. De qualquer forma, o voto distrital estimula os eleitores a uma maior participação na vida dos partidos, porque é ali que começa efetivamente a eleição.

Os adversários do voto distrital alegam que esse sistema pode tornar o poder econômico absolutamente dominante, além de facilitar a fraude. Sendo o deputado eleito apenas no distrito, em regiões mais pobres, os candidatos ricos poderão distribuir favores aos eleitores, facilitando sua eleição.

A fraude também se torna mais eficiente, porque bastará fraudar as eleições em um distrito eleitoral para garantir o mandato. Nas eleições proporcionais, esses comportamentos seriam dificultados porque teriam de espalhar-se por todo o estado.

Não há dúvida de que essa é uma crítica séria, mas que não resiste a uma comparação com a realidade. As eleições proporcionais tomam importantíssima a ação do poder econômico, porque os candidatos precisam de jornais, da televisão e de material impresso em grandes quantidades para espalhar por todo o estado, o que não acontece com o voto distrital. A realidade brasileira mostra que cada vez toma-se mais difícil eleger-se, pelo sistema proporcional, um candidato que não disponha de grandes recursos financeiros para fazer sua propaganda.

XX. DIFERENÇAS ENTRE OS SISTEMAS DE GOVERNO

A mesma realidade revela que a fraude existe no sistema proporcional, sobretudo no interior de algumas regiões do país e na periferia de alguns centros urbanos. Mesmo sendo proporcional, alguns candidatos concentram sua ação fraudulenta em certas juntas eleitorais, de onde saem com grandes votações que lhes permite a eleição. Se o voto fosse distrital, ele teria naquele distrito um candidato opositor que estaria fiscalizando as eleições, o que, muitas vezes, não acontece no sistema proporcional, porque um candidato domina completamente a região.

A crítica mais séria ao voto distrital é a de que ele expulsa da política nacional os partidos de pequena expressão, dificultando a renovação dos quadros políticos.

Com o voto proporcional, os partidos menores conseguem eleger seus deputados porque têm eleitores espalhados, que, somados, bastam para eleger um ou dois representantes em alguns estados.

Com o voto distrital, esses pequenos partidos teriam de ter maioria em um distrito, o que é mais difícil de acontecer, sobretudo com partidos mais radicais. Por esta razão, os partidos brasileiros de esquerda radical lutam contra a implantação do voto distrital.

XXI. CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

Procuraremos, neste capítulo, enumerar as críticas mais comuns feitas ao parlamentarismo e ao presidencialismo, e as respostas dadas pelos que defendem cada um desses sistemas. O leitor ou aluno fará a sua própria opção.

a) Críticas dos Presidencialistas e Defesa dos Parlamentaristas

1) No Brasil, se entregarmos todo o poder aos parlamentares, eles vão usar esse poder para nomear parentes ou ficarem ricos. A política do "é dando que se recebe" vai ser ainda mais grave. Ou o governo corrompe os políticos, oferecendo vantagens, ou cai.

Resposta dos parlamentaristas: a preocupação tem toda a razão de ser. Mas essa realidade é decorrente justamente do sistema presidencialista. A crítica não é propriamente ao parlamentarismo, mas aos maus hábitos da política brasileira. Esses hábitos nasceram da irresponsabilidade dos parlamentares.

Quando eles tiverem responsabilidade, isso deixará de acontecer, sobretudo com o voto distrital. O parlamentarismo politiza o povo e o torna mais eficiente.

2) O parlamentarismo é, afinal, uma ditadura. Uma ditadura não é só de generais ou de um ditador civil. Ela pode ser exercida por um grupo. No caso do parlamentarismo, quando não há limites ao poder do Parlamento, caracteriza-se uma ditadura. No presidencialismo, há mais garantias porque o poder está dividido.

XXI. CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

Resposta dos parlamentaristas: Não há ditadura, porque os parlamentares são eleitos, e, se não estiverem representando o povo, o Parlamento pode ser dissolvido. A opinião pública e a crítica da mídia e do povo não permitem abusos de poder. É claro que pode haver um conluio entre o Parlamento e o governo e os dois comandarão o país, sem ouvir o povo. Mas, se houver condições políticas para essa aliança, ela se pode estabelecer também no presidencialismo.

3) O parlamentarismo só dá certo em países com maior cultura política e, sobretudo com partidos organizados.

Resposta dos parlamentaristas: É indispensável para o bom funcionamento do parlamentarismo que os partidos sejam melhor organizados e que haja fidelidade partidária. Mas é o parlamentarismo que cria essas condições. A desorganização e a infidelidade existem exatamente por causa do presidencialismo.

4) Com dezenas de partidos, os ministros vão ter de fazer grandes concessões para conseguir maioria. E, se um dos partidos sai da coligação que apoia o governo, ele cairá. Vamos ter um governo por semana no Brasil.

Resposta dos parlamentaristas: A falta de entendimento parlamentar é consequência do presidencialismo. Os governos podem cair com frequência, como aconteceu em certa fase da vida italiana e da vida francesa, mas isso não é grave, porque a administração dos ministérios não se altera e a vida do país continua normalmente. No parlamentarismo, quando mudam os ministros, não se trocam os cargos do segundo escalão. Muda-se apenas a orientação política do ministério.

5) O Parlamentarismo no Brasil nunca funcionou. Só não foi pior no Império, porque não havia efetivamente parlamentarismo: havia o poder moderador de D. Pedro.

Resposta dos parlamentaristas: O parlamentarismo nunca funcionou, porque não foi experimentado. No Império, havia o parlamentarismo, apenas interrompido quando D. Pedro usava o seu poder moderador. Funcionou bem, e não foi melhor porque o sistema eleitoral era defeituoso, permitindo-lhe não só fraudes, mas até o não reconhecimento de parlamentares eleitos. A culpa não era do sistema e sim dos hábitos políticos. No tempo de João Goulart, o parlamentarismo foi criado como uma solução política para dar posse ao vice-presidente eleito e, ao mesmo tempo, diminuir os seus poderes, satisfazendo aos militares. Na realidade, todos sabotavam o regime, até os primeiros ministros. Dessa forma, não poderia mesmo funcionar.

6) O Presidencialismo cria um governo forte, indispensável em um país em desenvolvimento e cheio de crises. O Parlamentarismo cria um governo fraco e, nesse quadro, leva à ineficiência, porque a administração passa todo o tempo fazendo política e atendendo a deputados. Para a solução da crise, acaba-se caindo em um governo de força. O exemplo foi a República de Weimar, criada na Alemanha depois da guerra de 14-18. A desordem instalada pelo governo fraco parlamentarista foi responsável pela ascensão de Hitler.

XXI. CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

Resposta dos parlamentaristas: A ascensão de Hitler foi gerada por situações próprias e poderia acontecer em qualquer sistema. A miséria econômica do país, que o levou a tentar encontrar um salvador, foi causada pela asfixia que os vencedores impuseram à Alemanha, em 1919. Em compensação, a Itália, depois de 1945, passou de um país de crises permanentes e economia fraca para a potência econômica que é hoje, em um sistema parlamentarista.

7) Nunca se pode ter parlamentarismo sem o voto distrital e sem a dissolução do Congresso. Tentaram isso no Brasil, na Constituinte de 86. Em um país como o nosso, não se entenderá que o Presidente eleito por voto direto aceite ser mera figura decorativa. É crise certa.

Resposta dos parlamentaristas: O voto distrital e o instituto da dissolução são indispensáveis e devem ser aprovados junto com o parlamentarismo. A eleição do Presidente pode passar a ser indireto (eleita pelo Parlamento), o que é da melhor tradição política. Mas mesmo que sejam eleições diretas, pode haver a coabitação entre o Chefe do Estado e o Chefe do Governo, ainda que o Presidente não tenha maioria no Parlamento, como em Portugal e na França. Podemos também ter um parlamentarismo híbrido em que o Presidente (Chefe do Estado) tenha algumas atribuições, como acontece no parlamentarismo francês.

8) Para o parlamentarismo ser completo, temos de estabelecê-lo também nos governos estaduais e municipais. Se os deputados federais não merecem confiança para receber tanto poder, imaginem os estaduais e vereadores, que só legislam em seu próprio benefício!

Resposta dos parlamentaristas: O parlamentarismo mudará o clima da política estadual tanto quanto da federal e municipal. O sistema parlamentar pode ser aplicado gradualmente, só no plano federal em uma primeira fase. É comum que, em regimes parlamentaristas, a administração municipal continue no estilo presidencialista.

9) O Parlamentarismo é incompatível com a Federação. Para haver parlamentarismo, todo o poder tem de ser da Câmara, que representa o povo. Para haver federação, é preciso que haja o Senado Federal (onde todos os estados têm o mesmo número de votos) a fim de que ali se restabeleça a igualdade dos Estados, indispensável à Federação. Nesse caso, acaba-se com a soberania popular da Câmara.

Resposta dos parlamentaristas: O regime parlamentarista mantém o Senado, com o caráter de câmara revisora (como acontece em outros países) que suspende a tramitação de projetos oriundos da Câmara. De qualquer forma, esses projetos voltam à Câmara para análise. Na maioria dos casos, como na França, a tendência é de um acordo entre a Câmara e o Senado. A Constituição pode também prever outras medidas que garantam a igualdade dos estados federados.

XXI. CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

b) Críticas dos Parlamentaristas e Defesa dos Presidencialistas

1) O Presidencialismo é o responsável pela crise brasileira e pelas deposições. Quando um governo é incompetente, a crise é inevitável, porque não há o que fazer, a não ser tentar derrubar esse governo. No parlamentarismo, o governo cai, sem crises políticas, e é substituído por outro.

Resposta dos presidencialistas: As crises não dependem do sistema, mas da cultura política do país. Em vários países parlamentaristas, a queda do governo transforma-se em uma crise tão grande quanto a da queda do Presidente da República, no presidencialismo. O presidencialismo também prevê o impeachment, que permite, em situações de muita gravidade, a destituição do Presidente. Se há tradição democrática, um Presidente da República pode ser derrubado, sem crise nenhuma, como foi o Presidente Nixon, nos Estados Unidos, país presidencialista. As críticas feitas ao presidencialismo são críticas aos costumes políticos brasileiros, que continuarão os mesmos, com o perigo de todo o poder estar nas mãos de deputados e partidos fisiológicos.

2) O presidencialismo no Brasil só gerou crises. É hora de mudar para o sistema que os maiores países do mundo adotam.

Resposta dos presidencialistas: Os Estados Unidos sempre foram presidencialistas e absorveram suas crises. O parlamentarismo do Império adiou, por exemplo, a libertação dos escravos e, quando o problema foi resolvido, houve a grande crise que conduziu à República. O parlamentarismo de João Goulart potencializou o processo de crise que levou ao Movimento de 64. Não se pode culpar o presidencialismo pelas crises.

3) Na prática, não há equilíbrio de poderes no Brasil. Com o cofre e o poder de nomear, os Presidentes controlam tudo. O Parlamento é quase decorativo, porque é o Presidente quem toma as decisões mais importantes.

Resposta dos presidencialistas: Com o parlamentarismo, o cofre e o poder de nomear passam à mão do Primeiro Ministro que, por esse raciocínio, iria também dominar o Parlamento. Novamente, são condições políticas, e não jurídicas, que determinam quem tem mais poder. Vários países árabes são parlamentaristas, sob ditaduras férreas. No entanto, nos Estados Unidos, o Presidente pouco pode fazer sem consultar o Congresso. O problema não é do sistema, mas das condições políticas. Teoricamente, o Legislativo e o Judiciário têm controle sobre o Executivo. Se os políticos e juízes são fracos no presidencialismo, vão ser também no parlamentarismo, diante do Primeiro Ministro.

XXI. CRÍTICAS AO PARLAMENTARISMO E AO PRESIDENCIALISMO NO BRASIL

4) O regime presidencialista está criando uma caricatura de democracia. Com muito dinheiro e uma boa assessoria de televisão, um candidato pode ser eleito, sem nenhuma estrutura política. Não tem compromissos com o povo, porque foi eleito por qualidades televisivas que não têm nada a ver com capacidade de governo. A eleição passa a ser uma forma de enganar o povo e não de transmitir ideias. No fim, o Presidente governa para um grupo e ainda usa a desculpa de ter sido eleito por suas vítimas. O mesmo acontece com os deputados, em número cada vez maior.

Resposta dos presidencialistas: Esta crítica é dirigida, sobretudo à eleição direta do Presidente e à ausência do voto distrital. Podemos ter regime presidencialista com a eleição indireta do Presidente e o voto distrital. Neste caso, a crítica desapareceria.

5) O presidencialismo gera salvadores da pátria, dando a impressão de que um homem pode resolver tudo, e com isso, esvazia as lideranças.

Resposta dos presidencialistas: alguns dos maiores ditadores da história chefiavam e chefiavam regimes parlamentaristas. De Lenin, Stalin e Fidel até Hitler e Kaddaffi. Por outro lado, há chefes de governo mesmo democráticos como Churchill ou Thatcher, que ficaram no poder muito mais tempo que presidentes da república. Os presidentes têm mandato fixo; os primeiros ministros podem chefiar o governo indefinidamente, enquanto tiverem maioria parlamentar. Isso esvazia muito mais as outras lideranças e cria salvadores da pátria.

6) O presidencialismo só dá certo nos Estados Unidos. Em praticamente todos os países do mundo, o regime é parlamentarista.

Resposta dos presidencialistas: Nos países mais antigos, parlamentaristas, a ação pronta do Executivo é menos necessária, porque os países já estão consolidados e sua cultura política está mais sedimentada. Na América Latina e outros países em desenvolvimento, onde o governo precisa estar mais presente, o regime é presidencialista. Dar certo nos Estados Unidos prova que pode dar certo em outros países também.

7) O presidencialismo dificulta a organização e o fortalecimento dos partidos políticos, o que é essencial para a democracia. O excessivo poder dos presidentes e governadores cria lideranças muito fortes, pessoais, e com o governo garantido por um período de tempo, sem que dependam dos partidos.

Resposta dos presidencialistas: É o voto distrital que fortalece os partidos. Mesmo no presidencialismo, os partidos podem ser fortes e controlar os executivos por suas bancadas parlamentares, que aprovarão as leis e os orçamentos de que o Executivo precisa. Por outro lado, no parlamentarismo, também há o risco de o Primeiro Ministro tornar-se um ditador de seu próprio partido, o que acontece com frequência.

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

a) O MUNDO MODERNO

Em tempos antigos, o político comunicava-se pessoalmente com a sua comunidade. Emissor de mensagens sabia facilmente compreender anseios, interesses e problemas, transformá-los em aspirações, dizê-las e propor soluções. O entendimento e a interação se faziam entre pessoas do mesmo nível social (porque só elas participavam do processo político). Elas se conheciam e tinham projetos semelhantes dá vida.

O mundo moderno alterou dramaticamente essa relação. São hoje diferentes as realidades dos que têm e dos que não têm o poder, ou a perspectiva de chegar a ele. Para a eficiência da ação política, a arte da Comunicação deve sofisticar-se e vai-se transformando em ciência, na medida em que as mensagens atingem a grupos heterogêneos e com interesses frequentemente conflitantes.

Platão expunha suas ideias a um pequeno grupo; hoje, o político fala a milhões de pessoas que não conhece.



EVOLUÇÃO DA COMUNICAÇÃO

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

b) DESTINATÁRIOS DA MENSAGEM

Imaginando a transmissão da mensagem com objetivos políticos, criam-se diferentes cenários, se se trata de:

- Comunicação em pequenos círculos
- Comunicação em círculos médios
- Comunicação de massa.

c) PEQUENOS CÍRCULOS

Em qualquer tipo de comunicação política, a credibilidade é o fator essencial, assunto que discutiremos adiante. Quando a comunicação se faz para um pequeno círculo, dados pessoais tornam-se mais relevantes para acentuar ou reduzir a credibilidade do emissor da mensagem.

Torna-se importante, então, a naturalidade, a identificação do líder com o meio.

Ele não será capaz de codificar seu pensamento de forma eficiente (usar palavras e imagens adequadas), se não estiver perfeita mente ambientado. Sobretudo por que; na prática política, os pequenos grupos são geralmente mais homogêneos (ou eles não se formariam).

E um grupo de jovens, ou de trabalhadores, ou de vizinhos, ou de empresários. São pessoas que, se estão reunidas em um pequeno círculo, têm alguma coisa em comum.



COMUNICAÇÃO EM PEQUENOS CÍRCULOS

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Então, antes de falar, o comunicador deve ouvir. Ouvir e descobrir este traço comum. Quais os interesses, as aspirações, os problemas.

Ambientado, conhecendo o seu palco, o comunicador será mais eficiente. No seu período de adaptação (que pode durar poucos minutos), ele assimilará o pequeno círculo, sentindo-se confortável no ambiente.

Terá naturalidade e saberá transmitir sua mensagem no código adequado.

A comunicação em pequenos círculos não pode ser afetada, artificial; não deve usar recursos que não sejam os naturalmente utilizados na conversação diária. Apenas acentuam-se os temas, e o líder desempenha o papel de orientador. Se tiver carisma, sua naturalidade será entendida (decodificada) como simplicidade, o que aumenta sua credibilidade. Se não tiver, o resultado do comportamento será neutro, sem que o comunicador prejudique o conteúdo de sua mensagem.

Nesta situação, a comunicação será tanto mais eficiente quanto mais preparado estiver o comunicador, quanto melhor conhecer o assunto sobre o qual debate. Os "ruídos" (que interferem no conteúdo) serão sempre prejudiciais. Se o comunicador conhecer o assunto, eles prejudicam a decodificação (compreensão).

Se não conhecer, eles ressaltam esse desconhecimento e vetoram para o ridículo.

Professores, com experiência de sala de aula ou de exercício de dinâmica de grupo, são especialmente eficientes em comunicação em pequenos círculos.

d) COMUNICAÇÃO EM CÍRCULOS MÉDIOS

Em círculos médios, o comunicador perde o contato pessoal, não pode usar diretamente a sua empatia, e não dispõe dos recursos da comunicação de massa. Por exemplo, em uma pequena cidade, quando a comunicação se deve fazer por rádios e jornais locais, surgem códigos próprios e, às vezes, de difícil identificação.

Os veículos médios são os mais fortemente sujeitos a pressões econômicas e aos interesses de grupos e de autoridades locais. As rádios e, sobretudo, os jornais de pequenas cidades dependem quase sempre de verbas da prefeitura, câmaras de vereadores e da pequena empresa.

Raramente tais veículos dispõem de credibilidade junto à opinião pública. São usados, sobretudo para críticas a adversários; os elogios pouco acrescentam a seus beneficiários, salvo se se tratar de um jornal independente, o que quase nunca acontece.

É nos círculos médios que funciona com mais eficiência a mala direta, sobretudo quando distribuída na mesma época e apoiada por outros veículos de comunicação.

Cartazes em ruas, alto-falantes, prospectos em áreas de concentração, são todos processos de que se pode valer o comunicador para levar a sua mensagem em círculos médios.'

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Fundamental é o conceito do líder, adquirido em seus contatos pessoais. Sua imagem rapidamente estratifica-se por comentários também pessoais, estereotipando-se com facilidade. Não dispondo de veículos de massa para alterá-la, o líder terá a sua capacidade de comunicação e sua credibilidade condicionada por essa imagem projetada.

Nas campanhas eleitorais por televisão é frequente observarmos a má utilização do veículo pela maioria dos candidatos que pretendem levar sua mensagem a seus círculos médios. Utilizam um veículo que atinge a milhões de pessoas para falar dos problemas de um bairro, dos operários de uma fábrica, ou até de uma rua. Além de haver um extraordinário desperdício, a televisão não é um veículo eficiente para este público alvo. Para um estranho ao círculo, é rigorosamente inútil o debate do problema em alguns segundos na televisão. Para o comunicador ligado ao grupo, a rápida mensagem é desnecessária, e não modificará o estereótipo que já se tenha formado em torno dele. Em qualquer dos dois casos, o comunicador perderá credibilidade junto ao grande público, por ter utilizado a televisão de forma paroquial, arriscando-se, pelo menos, ao ridículo.



COMUNICAÇÃO EM CÍRCULOS MÉDIOS

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

e) COMUNICAÇÃO DE MASSA

Televisão

A televisão é o mais importante dos veículos de comunicação de massa.

Não é adequada para a análise em profundidade de problemas nem para exposição de ideias complexas. A televisão fixa impressões, ideias vagas, cria imagens, fixa estereótipos, e só. Ao terminar a mensagem, o comunicado terá passado um conceito. "Ele é inteligente; é culto; é incapaz; é ridículo; etc." Raros telespectadores serão capazes de repetir o raciocínio que os impressionou.

Por isso, a comunicação pela televisão deve ser sempre rápida, visando a atingir emoções e não a razão. Em muitas situações, o ritmo em que é exposta a mensagem, o clima em que é transmitida, ou a sonoplastia, podem ser até mais importantes que o conteúdo.

Carlos Lacerda, um dos maiores comunicadores da televisão política brasileira, não hesitava em usar expressões e construções literariamente ricas, que compunham a sua imagem junto à classe média. A maioria, que não entendia o significado da expressão, a aceitava como se ouve uma música de que se gosta, ainda que não se entenda a sua letra.



CARLOS LACERDA (1914-1977)

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Na televisão, as frases devem ser curtas e, com raras exceções (Carlos Lacerda foi uma delas), o comunicador deve ficar exposto o menor tempo possível. Não é o tempo de exposição que aumenta a eficiência da mensagem; é o impacto que ela provoca e a emoção que deixa. O ex-governador Leonel Brizola é um exemplo raro de comunicador prolixo na televisão. Sua arte está em passar ao telespectador a ideia de que estão juntos tentando raciocinar e chegar a uma conclusão. É uma técnica de grande risco, pois funciona para os que aceitam o seu ritmo e o seu carisma, mas cria a total incomunicação com os que encontram erros lógicos ou se sentem objetos do processo. A prolixidade é sempre prejudicial em debates ou quando o comunicador não pode controlar o seu próprio tempo.

Em nenhum veículo é tão difícil quanto na televisão passar-se sinceridade (ao mesmo tempo que emoção) e credibilidade. O comunicador está exposto, transmitindo por seus lábios, olhos, movimentos faciais. Inconscientemente, o telespectador está decodificando todas essas mensagens que o comunicador não controla, salvo se for um excelente ator. E se for ator, correrá o risco da dramatização, pecado mortal na comunicação política.

O Deputado Alvaro Valle consegue, na televisão, passar extraordinária credibilidade, usando um processo eficiente: estuda exaustivamente o assunto sobre o qual vai falar, tornando-se seguro no tema.

Mesmo quando só vai referir-se a ele em uma ou duas frases. Depois, improvisa o texto no momento da emissão da mensagem ou ao ditar para programas mais longos. Desta forma, combinam-se o bom conteúdo, a segurança e a naturalidade.

Nos programas partidários de televisão, às vezes, são apresentadas produções caríssimas, verdadeiros espetáculos, que não trazem qualquer vantagem política.

A comunicação política deve passar sobretudo sinceridade. A produção excessiva e o abuso de efeitos especiais podem prender o telespectador, mas prejudica a naturalidade, logo a credibilidade da mensagem.



DEPUTADO ALVARO VALLE (1934-2000)

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Rádio

O rádio é um veículo mais ágil e mais motivador da ação do que a televisão. Grandes campanhas que tentam conduzir a opinião pública, não dispensam o rádio. Sobretudo, porque ainda há bolsões não atingidos pela televisão.

A mensagem transmitida pelo rádio deve ter maior conteúdo do que a passada pela televisão. Não dispondo da imagem, o receptor "lê" com mais atenção o que lhe é transmitido e está mais livre para raciocinar sobre esse conteúdo.

MacLuhan considera o rádio um veículo "quente", ao contrário da televisão que é "frio". Isso porque o rádio conduz a maior adesão e participação do que a televisão, onde as mensagens são afogadas pelas imagens e pela velocidade com que elas são substituídas.



MACLUHAN (1911-1980)

Enquanto, na televisão, os efeitos especiais diminuem a credibilidade da mensagem, no rádio, a sonoplastia, se bem utilizada, aumenta o impacto da mensagem transmitida.

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Imprensa Escrita

A imprensa escrita é fundamental para a fixação definitiva da imagem política. A mensagem veiculada pelos grandes jornais e revistas é a mais duradoura. Atinge o público formador de opinião, estimula debates e pode manter-se presente na memória do receptor por vários dias.

Cada vez mais a grande imprensa vai se limitando a pequeno número de jornais diários, o que aumenta o poder e reduz extraordinariamente as possibilidades da livre comunicação política.

No campo da grande imprensa, o Brasil enfrenta problemas particularmente sérios, sobretudo em algumas capitais onde, havendo um virtual monopólio empresarial, é comum que diferentes jornais transmitam exatamente a mesma interpretação da notícia política, por ter sido escrita pelo mesmo jornalista ou por participantes do mesmo cartel.

É universal a tendência para a redução do número de grandes jornais nacionais, devido aos seus altos custos. Mas, em outros países, esta tendência é compensada pelo fortalecimento da imprensa regional, de bairros, partidária ou especializada em temas. Nesses espaços, realizam-se debates e expõem-se divergências.



IMPRESSA ESCRITA - BRASIL

A imprensa escrita é fundamental para a fixação definitiva da imagem política. A mensagem veiculada pelos grandes jornais e revistas é a mais duradoura. Atinge o público formador de opinião, estimula debates e pode manter-se presente na memória do receptor por vários dias.

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Cada vez mais a grande imprensa vai-se limitando a pequeno número de jornais diários, o que aumenta o poder e reduz extraordinariamente as possibilidades da livre comunicação política.

No campo da grande imprensa, o Brasil enfrenta problemas particularmente sérios, sobretudo em algumas capitais onde, havendo um virtual monopólio empresarial, é comum que diferentes jornais transmitam exatamente a mesma interpretação da notícia política, por ter sido escrita pelo mesmo jornalista ou por participantes do mesmo cartel.

É universal a tendência para a redução do número de grandes jornais nacionais, devido aos seus altos custos. Mas, em outros países, esta tendência é compensada pelo fortalecimento da imprensa regional, de bairros, partidária ou especializada em temas. Nesses espaços, realizam-se debates e expõem-se divergências.

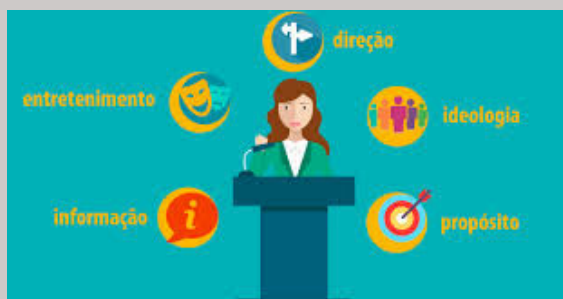
f) A ÉTICA E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Sendo formador de opinião, são grandes as responsabilidades éticas do comunicador político. A mentira é sempre inaceitável, não se justificando em qualquer hipótese.

As técnicas de comunicação desenvolvem-se para que a mensagem verdadeira chegue ao receptor com o menor número possível de ruídos e de forma eficiente. A mensagem mentirosa, além de ser eticamente insuportável, sempre acaba por prejudicar o seu emissor e fazê-lo perder a credibilidade.

O programa do Partido Liberal é explícito ao afirmar: "A Política é uma atividade essencialmente ética". Esta definição deve aplicar-se no Partido também à comunicação política.

Partidos ideológicos (ver a aula "Liberalismo Social") e movimentos totalitários têm a permanente tendência para mistificar a verdade, tentando "recriá-la", de acordo com seus interesses. Comunicadores comunistas e fascistas têm o hábito de inventar estatísticas, falsificar números e fatos, deixando, às vezes, desorientados seus oponentes. Infelizmente, o sectarismo dominante em algumas redações promove mentiras conscientes, com o objetivo de desinformar o leitor, ouvinte ou telespectador.



ÉTICA E A COMUNICAÇÃO POLÍTICA

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

Acreditando na sua verdade, o comunicador deve procurar torná-la clara. Seu pensamento e suas ideias são codificados em p&lavras, gestos, imagens, sons. O receptor recebe a mensagem nestes códigos e irá decodificar, chegando ao pensamento e às ideias do emissor.

Consiste a eficiência em fazer com que essa operação se processe da melhor forma e o receptor chegue o mais próximo possível do que o emissor pretendeu transmitir.

A comunicação política não deve existir para enganar, mas para tornar a verdade mais clara.

g) A ATUALIDADE HISTÓRICA

A comunicação política assenta-se em ideias, sugestões e conceitos, ideais que podem ser válidos' em uma época e sem sentido em outra.

A política trabalha sobre a realidade econômica e social. É fundamental que o emissor e a mensagem estejam perfeitamente adequados historicamente.

É comum citar-se a obra de Goebbels como modelo de eficiência em comunicação política. Mas o discurso de Hitler perderia todo o seu sentido, se a Alemanha não enfrentasse na época sua pior crise econômica, com sua classe média sufocada. A comunicação política de Churchill era perfeita para o tempo de guerra. Sua palavra empolgou o mundo e deu forças à Grã-Bretanha para enfrentar com heroísmo a barbárie nazista. Terminada a guerra, o heroísmo e a grandeza de Churchill perderam seu momento histórico, e ele perdeu a primeira eleição do tempo da paz. No Brasil, após vários anos de regime autoritário, seria necessário readequar-se a comunicação política à nova realidade democrática. Está sendo um dos grandes problemas dos velhos partidos que mantêm um discurso que não se adapta à realidade de uma oitava economia do mundo. Continuam a tratar o povo como há vinte anos atrás, sem perceber que, durante esse tempo, abriram-se estradas, ligou-se o país por redes de comunicação, a televisão tornou-se de uso quase universal, abriram-se para milhões as portas das universidades, sofisticaram-se as empresas e o trabalho especializado.

Esses fatos criam nova realidade e tomam o receptor menos sensível à mensagem vazia e demagógica.

Todos eles conduzem à maior conscientização e à maior percepção histórica dos verdadeiros problemas do país.

Esta incompreensão de realidade pelos velhos políticos é uma das causas da grande renovação das casas legislativas em cada processo eleitoral.

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)



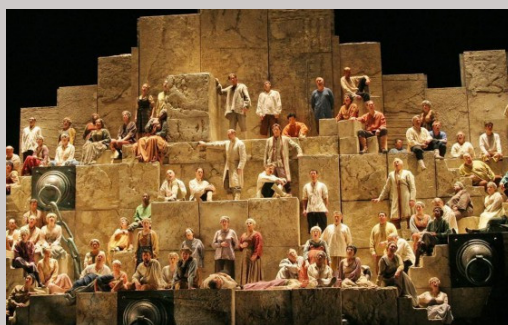
GOEBBLES (1897-1945)

h) INSTRUMENTOS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

A palavra é o instrumento fundamental na comunicação política, mas não é o único. A imagem pode desempenhar importante papel, embora menos que em outros tipos de comunicação. Na comunicação política, ela será sobretudo auxiliar, reforçando o discurso falado ou escrito.

A música pode também ser poderoso instrumento de comunicação. O Partido Liberal, por exemplo, tem usado o *Va Pensiero* em todos os seus programas de televisão. É um coro de Verdi da Ópera Nabuco, símbolo do liberalismo. Além de sua carga histórica a música valoriza a palavra do comunicador.

São inúmeros os instrumentos que se podem utilizar para a comunicação política, inclusive, objetos que podem servir para a transmissão de algum tipo de mensagem (a vassoura de Jânio Quadros, por exemplo).



CORO DE VERDI DA ÓPERA NABUCO (1841)

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

i) OS OBJETIVOS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA

Basicamente, a comunicação política destina-se a convencer. Ao contrário da propaganda comercial, aqui se busca não vender um produto, mas conquistar uma adesão para uma ideia.

Por isso, nada é mais importante para o comunicador político que passar credibilidade. Ela não deve abusar de recursos que servem a outras áreas (os discursos rebuscados da comunicação literária, os cortes excessivos ou os movimentos da televisão comercial). O comunicador político deve ser acreditado e o receptor deve vê-lo como o emissor sincero que acredita em sua própria mensagem.

Tradicionalmente, a comunicação política visa a:

- Formar imagens de políticos ou partidos
- Induzir o receptor à ação política
- Buscar a compreensão ou a aceitação de uma ideia
- Combater adversários
- Conquistar votos.

O discurso deverá adaptar-se ao objetivo que se pretende atingir, e ele também indicará os meios apropriados.

XXII. A POLÍTICA E A COMUNICAÇÃO (ESTRATÉGIAS DE CONTEÚDOS PARA UMA COMUNICAÇÃO POLÍTICA EFICIENTE, DENTRO E FORA DAS REDES SOCIAIS)

A busca da compreensão é mais comum entre comunicadores com responsabilidade governamental, que tentam justificar medidas necessárias. A conquista de votos sugere comunicação que se assente sobre imagens e conceitos previamente transmitidos, e que culminam com o pedido de voto.

É curioso, durante períodos eleitorais, assistirmos a candidatos que, em poucos segundos, dizem o que se poderia decodificar assim: "Votem em mim porque resolverei tal problema". É evidente que o eleitor não terá por que, subitamente, acreditar naquele novo personagem sobre o qual ainda não formara qualquer conceito. Sobretudo, porque desfilam centenas de vendedores de suas próprias imagens, dizendo mais ou menos o mesmo discurso.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

a) O PROJETO EDUCAÇÃO

Uma nação tem ideias, aspirações comuns, objetivos, esperanças. E um partido que pretenda alcançar legitimamente o poder deve considerar essa realidade. Precisar ter bandeiras. Para criar, assim, a identificação partidária, caberá ao PL radicalizar-se em um tema que corresponda a anseios populares e seja eleitoralmente importante e universal (válido para grandes e pequenos municípios).

O PL tem como tema Educação: talvez seja este o maior problema brasileiro. Cumpre-se a nossa vocação liberal: procura-se dar igualdade de oportunidades para ricos e pobres por intermédio da boa escola.

Mas a identificação partidária do PL com a Educação só existirá se for desenvolvido um projeto em nível nacional. Com ele estarão comprometidas as bases do partido e seus candidatos, havendo, inclusive, determinação para que todos os candidatos, uma vez eleitos, se comprometam a fazer da Educação uma prioridade em seus mandatos.

Pouco importa as condições adversas que atravessamos, se tivermos firme convicção do que pretendemos. Cada um de nós terá um papel por desempenhar nesta luta pela educação.

Ao Professor, cabe lutar por salários dignos, com todos os recursos de que possa dispor, inclusive pela busca de apoio de pais e alunos. É certo que nunca teremos boa escola sem bons professores, e nunca teremos bons professores sem salário decente e capacitação profissional adequada.

Os jovens precisam conscientizar-se de que são os maiores prejudicados com a má escola.

Não estudar não é bom negócio. E a escola permissiva, facilitada, mera fábrica de diplomas, é uma fraude que os inabilitará futuramente, em face da forte concorrência do mercado de trabalho.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Não estudar não é bom negócio. E a escola permissiva, facilitada, mera fábrica de diplomas, é uma fraude que os inabilitará futuramente, em face da forte concorrência do mercado de trabalho.

Aos pais cabe o papel de exigirem da escola, de seus filhos e, sobretudo, das autoridades e dos políticos. Que se dirijam aos vereadores, deputados, prefeitos ou governadores, pressionando-os para a melhoria do padrão geral do ensino e da manutenção da rede escolar.

Aos governantes cabe agir concretamente, dando à escola pública a atenção, a fiscalização e as verbas de que precisa. Esqueçam os pseudotécnicos de novas artes, burocratas geralmente autossuficientes ou comprometidos, e ouçam mais professores e professores de sala de aula.



PROJETO EDUCAÇÃO

b) A PRÉ-ESCOLA

A educação pré-escolar é um requisito indispensável para o êxito escolar das crianças, sobretudo as mais pobres, e, portanto, um requisito do próprio sistema educacional e dos Afeitos que ele pretende produzir na sociedade.

Por isso o Partido Liberal tem afirmado que o pré-escolar é altamente democratizante.

A Pré-Escola começa, para uma criança, a partir de 1 ano e caminha, o mais tardar, até os 6 anos.

Uma criança que provenha de família socialmente favorecida estará, geralmente, alfabetizada aos 6 anos. Se não, estará aos 7 anos, ou após 3 meses de escola. Isto ocorre porque essa criança teve um pré-escolar efetivo junto à família, quer sob uma forma sistemática (Jardim, Maternal), quer sob maneira mais informal, mas não menos eficiente (brinquedos, lições dos pais, folguedos, experiências vividas).

Um filho de família desfavorecida, carente de recursos e de conhecimentos, desnutrido ou malnutrido, dificilmente se alfabetizará depois de poucos meses de escola. Nestes poucos meses ainda não terá aprendido a manejar o lápis com facilidade.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

A comparação entre as duas situações-limite aqui explicitadas caracteriza a injustiça social de começarem essas duas crianças os seus estudos em condições desiguais. E de frequentarem, possivelmente, a mesma sala de aula.

Até agora, educadores e governantes têm procurado isolar as causas dos baixos índices de produtividade do ensino de 1º Grau apenas na precária qualificação de grande parte dos professores; na insuficiência ou deficiência dos materiais didáticos; na inadequação de métodos de aprendizagem; nas insatisfatórias condições básicas das escolas brasileiras.

Há que se deslocar, contudo, a busca daquelas causas para a criança mesma (antes de seu ingresso no 1º Grau) e para os fatores que afetam o seu crescimento e o seu desenvolvimento.

Bons professores, boas escolas, bom material didático, não conseguirão êxito se receberem, no 1º Grau, crianças marcadas pela desnutrição e inibidas no seu desenvolvimento psíquico. A falta de nutrientes, na idade crítica do crescimento infantil (até os 2 anos), pode lesar o desenvolvimento mental, psicomotor e sócio emocional.

Eis o motivo de se dar grande precedência à educação pré-escolar e à indispensável universalização do ensino de 1º Grau.



PRÉ-ESCOLA

Essa tarefa é de ser desenvolvida preferencialmente pelos municípios, com forte apoio técnico e suporte financeiro dos governos federal e estaduais.

O estímulo ao pré-escolar sistemático nas áreas mais carentes permite que a atividade pedagógica, nessa idade, rompa a cadeia de discriminação social ainda existente, quebrando a cultura da miséria no país, o fantasma do desemprego futuro e a violência juvenil.

Começam aí, na deficiência do período pré-escolar, os dramáticos problemas da repetência e a evasão. Uma boa pré-escola pode – e deve - reduzir esses problemas futuros.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Mas a pré-escola não se deve encarar apenas sob o aspecto técnico pedagógico. Ela constitui, seguramente, um centro básico de apoio à alimentação da criança e também de assistência à saúde do menor.

O interesse pela educação pré-escolar não é um modismo; nasce da pesquisa, da própria ciência, da psicologia, da sociologia, da nutrição.

O Brasil tem elevado percentual (em torno de 20% de sua população) de crianças menores de 7 anos. Não mais do que 4% desta imensa população parecem receber atenção dos programas educacionais (públicos ou privados), no tocante a educação, saúde e assistência social, ou para problemas específicos, como desnutrição, doença, abandono ou outras carências.

Aprovação Automática, Avaliação e Recuperação

Quando a escola não ensina, não pode exigir dos alunos que tenham aprendido alguma coisa.

O corolário, então, é a promoção automática à série seguinte, haja ou não rendimento satisfatório.

A justificativa - que tem recebido vigorosa reação de professores responsáveis - é de que, tendo os alunos diferentes realidades, vocações e conhecimentos, não se pode exigir de todos "igual desempenho", não cabendo, pois, reprovações. O aluno, tendo aprendido o que pôde, avançará progressivamente.

Há, parece, uma outra verdade bem oculta, atrás deste pseudo-raciocínio técnico: se eliminarmos as reprovações, aumenta o número de vagas no sistema, engordando-se as estatísticas oficiais.

A lógica do raciocínio deve ser: se as crianças não estão aprendendo, a solução é ensinar, e não aguardar o futuro, aprovando todas.

O governo federal, reconheçamo-lo, não tem estimulado a aprovação automática, que encontra forte resistência no professorado.

Mas, na prática, o sistema tende a generalizar-se, tendo em vista que:

- Não se dão mais notas nas escolas;
- Não existem exames de 2º e 3º época;
- Criou-se a figura da Recuperação.

Que significa tudo isso?

Não há mais notas em grande parte da escola brasileira. Elas foram substituídas pelo Conceito, que deve medir o aproveitamento global de cada aluno, o que ele pôde aproveitar no período escolar, consideradas a sua personalidade e as metas fixadas pelo professor.

A atribuição de conceito é de natureza subjetiva e pressupõe um conhecimento real e aprofundado de cada aluno pelo professor: aptidões, passado, vocação.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Isso é impossível, na atual escola brasileira. Os professores, com baixos salários, multiplicam-se em aulas a várias turmas, de 40 a 50 alunos cada uma, às vezes em colégios diferentes. Não têm a possibilidade de um conhecimento íntimo do aluno.

Para amenizar, de alguma forma, a falha do sistema, inventou-se um esquema de médias de conceitos, em que se somam, absurdamente, comportamento, higiene, aproveitamento intelectual, sociabilidade, e tira-se uma média. Seria como tirar a média de um quilo de batatas, quatro automóveis e três ideais.

Também não existem mais exames de 2a época, considerados ultrapassados pelos burocratas libertadores da escola. Instituiu-se a Recuperação.

Os alunos que não têm bom conceito vão à recuperação. São, em realidade, cursinhos de final de ano, sem maior credibilidade por parte de professores ou de alunos. Este é um conceito de recuperação de pé quebrado, pois o aluno que não acompanhou bem a sua turma deveria ser recuperado durante o ano letivo.

Poucas escolas, entretanto, podem manter turmas separadas de recuperação e, de resto, não existem padrões de aferição permanente da aprendizagem. A recuperação limita-se, assim, a uma revisão no final do ano, inútil, e que serve tão-somente para reduzir as férias de professores e alunos, que por isso mesmo a evitam.

Sem a 2a época, o aluno é reprovado e os pais que têm recursos transferem-no para uma escola particular, que pode, por lei, matricular qualquer aluno dentro da faixa etária correspondente à série, sem histórico escolar.

Na prática promove-se um aluno sem base para a série seguinte.

c) A ESCOLA DA LIBERDADE

A Escola da Liberdade é um projeto revolucionário que vem sendo desenvolvido nos Estados Unidos e em vários países europeus. É, certamente, a solução para o gravíssimo problema da escola brasileira de primeiro e segundo graus.

Não há dúvida de que a nossa escola enfrenta hoje a pior crise de sua história.

Professores públicos recebem salários inferiores aos de emprega das domésticas. Em consequência, desestimulam-se vocações e obrigam-se os mestres a outras atividades. Com os salários atuais, não há a menor possibilidade de encontrar-se qualquer solução para a crise.

Uma de suas consequências é que a criança brasileira está estudando na 5a e 6a séries o que jovens europeus aprendem aos sete ou oito anos de idade. Para economizar, as redes públicas evitam que o aluno repita o ano, mas não constroem o edifício pedagógico que deve acompanhar a aplicação da progressão automática (classes de recuperação, etc.). Todos esses fatos fazem com que as taxas de evasão cheguem a números fantásticos no primeiro grau.

De nada adianta estimular novos e modernos projetos pedagógicos, com o salário atual do magistério. Os professores da rede pública teriam de ter o seu salário, em geral, quadruplicado ou quintuplicado para que ele se tornasse, pelo menos, aceitável.

Temos de reconhecer que nenhum orçamento estadual ou municipal resistiria a esses argumentos.

O quadro de degradação foi-se auto alimentando e tornou-se insolúvel, se só considerarmos os remédios tradicionais.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL



ESCOLA DA LIBERDADE

A Revolução da Escola da liberdade

Alguns países desenvolvidos enfrentaram cenário semelhante ao nosso, embora em nenhum deles a degradação do salário do magistério tenha chegado aos nossos níveis. No entanto, o agravamento do problema inspirou a Escola da Liberdade, que o Partido Liberal está trazendo para o Brasil.

O aluno de uma escola pública brasileira custa ao Governo muito mais do que a matrícula em uma boa escola particular da mesma cidade. Na maioria das nossas cidades, um aluno da rede pública está custando mais do dobro do que custaria se estivesse matriculado em uma escola particular.

A explicação é simples. Em primeiro lugar, consideremos a tradicional ineficiência do Estado. Hoje, para cada professora de sala-de-aula há três ou quatro funcionários de apoio, na própria escola e em diferentes órgãos burocráticos. Aí está uma burocracia sorvedoura de recursos, que não ajuda (geralmente, atrapalha) a eficiência escolar. Programas trilionários (livro didático, merenda escolar e tantos mais) são outra explicação para o quadro brasileiro. O Brasil tem uma das piores escolas do mundo e, ao mesmo tempo, uma das mais caras.

O plano da Escola da Liberdade é simples:

Os professores formam uma cooperativa e assinam um contrato com o Governo (estadual ou municipal) para administrar a escola. O prazo ideal desse contrato é de cinco anos, renovável por períodos maiores, se a Cooperativa for eficiente. O Governo paga a Cooperativa uma determinada importância por aluno matriculado. Essa importância irá variar de cidade para cidade, mas certamente, o Governo estará gastando, no máximo, o que gasta atualmente, e os professores estarão tendo os seus proventos multiplicados, graças à economia feita na burocracia e com o corte das despesas inúteis.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Os pais escolherão a escola de seus filhos. É evidente, então, que se estabelecerá uma saudável concorrência entre as escolas. Nesta concorrência, a carga horária tenderá a aumentar, os professores procurarão ser mais eficientes e cada escola procurará ter a melhor equipe de mestres, inclusive dando-lhes vantagens salariais. Se o responsável não estiver satisfeito com a escola, poderá trocá-la ao fim do período letivo. É claro que o pai também poderá escolher uma escola particular, e o Governo pagará a essa escola particular o valor fixado para a mensalidade no município.

Pequenas adaptações podem ser feitas, diante de cada realidade. Por exemplo, nas grandes cidades, as cooperativas de bairros mais ricos certamente conseguirão recursos adicionais de pais de alunos, atraindo melhores professores com maiores salários. O poder público deve restabelecer as condições de competição, pagando taxas adicionais, nos bairros mais pobres.

O Partido Liberal orgulha-se de trazer para o Brasil a Escola da Liberdade que irá certamente revolucionar a educação brasileira e abrir novas perspectivas para nossas novas gerações.

d) O ENSINO TÉCNICO

Sem mão-de-obra qualificada, ocorre o risco de perder-se o investimento em tecnologia. A imagem da mão-de-obra barata hoje é dado negativo para a atividade produtiva, porque traduz a massa de trabalhadores destituídos de um mínimo de habilitação e preparo educacional e sem condições, assim, de progredir sozinhos. A modernidade é mais ambiciosa: não basta ter mão-de-obra barata. Queremo-la qualificada.

Um estudo encomendado por indústrias norte-americanas mostrou que cada dólar investido na escola básica reverte mais tarde em cem dólares de lucro, quando as empresas de diferentes setores recebem mão-de-obra qualificada.

Trabalhos de Denison (1962) concluíram da análise da economia americana no período 1929/1957, que apenas 15% do aumento do Produto Nacional podem ser atribuídos ao aumento de Capital; 20% relevam de avanços nos conhecimentos pertinentes à produção; e 23% podem ser derivados dos melhores níveis de Educação no período.



ENSINO TÉCNICO

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Em 1971, o Brasil, estimulado por esse tipo de raciocínio (rentabilidade econômica da Educação) decretou que todo cidadão teria uma habilitação profissional, administrada pelas escolas de 2o Grau.

No Brasil-Colônia, a Metrópole não estimulava o ensino técnico, e a indústria então rudimentar não o exigia; limitávamo-nos à indústria extrativa, à preparação do açúcar ou à transformação do couro, peles, ou a um início de indústria têxtil.

O alvará metropolitano de 5 de janeiro de 1785 extinguiu nossa indústria nascente, e uma política tarifária colonizadora não permitiu que o crescimento industrial da colônia correspondesse ao mercado consumidor brasileiro, já então existente. A abertura dos portos às nações amigas, decretada por Dom João, em apoio aos ingleses, na luta contra Napoleão, tinha grande alcance político, apesar de ter inviabilizado a indústria brasileira nascente.

Com a escravatura, o processo piorou; passou-se a considerar servil o trabalho manual ou artesanal.

Não se cogitou, por longo período, da formação de bons profissionais de nível médio.

A própria empresa privada, sentindo o ponto de estrangulamento na carência de mão-de-obra qualificada, passou, decênios mais tarde, a interessar-se pela formação dessa mão-de-obra.

Educação e desenvolvimento econômico começaram a ser considerados como causa e efeito recíprocos, em alguns setores mais avançados de nosso meio industrial. A empresa privada passou a interessar-se pela integração escola e trabalho, pela pesquisa e treinamento.

A empresa vai, assim, tornando-se sucedâneo e extensão da escola, com a vantagem de associar imediatamente o aprendizado à prática do trabalho. Basta verificarmos os exemplos marcantes do que tem sido feito, ao longo dos anos, por instituições modelares como o São SENAI e SENAC.

Para uma simples demonstração de sua eficiência, registre-se que as 833 escolas do SENAI, em todo o país, já formaram ou treinaram 14 milhões de pessoas nos seus primeiros 50 anos de vida.

Apoio mais efetivo deverá ser proporcionado pelo governo às escolas técnicas, a nível federal ou estadual, sejam agrícolas, sejam industriais ou de serviços. As escolas técnicas têm no Brasil uma tradição de respeito e seriedade. Passaram ao longo ou apenas chamuscando-se, das maiores crises da escola brasileira.

O ensino técnico de 2o Grau merece o apoio e o respeito da comunidade.

Massificação da Universidade

As vocações são distintas, numa sociedade aberta; por isso mesmo, massificar a universidade não é, necessariamente, democratizá-la. Não se proporciona vocação por decreto.

Democracia - sempre é bom repetir - não é a ausência de elites; é a possibilidade que todos têm de, por seus próprios méritos, ascender a elas.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

A massificação da universidade brasileira começou na década de 50, com as campanhas de excedentes. Multiplicaram-se cursos, surgiram novas carreiras, criaram-se novas categorias profissionais: logopedistas, sociólogos de todo tipo, comunicadores, engenheiros de alimentos.

O mercado de trabalho logo se saturou com essas novas carreiras juntadas às tradicionais.

Ainda nos anos 50 e primeiros anos da década de 60, as lideranças de esquerda desenvolveram campanhas nacionais pelo aumento do número de vagas no ensino superior, buscando a massificação como oportunidade de ali constituir a vanguarda revolucionária. As campanhas tiveram o apoio da classe média, mas por outro motivo: os filhos da classe média buscavam seus diplomas.

Duplicaram, triplicaram-se os alunos nas salas de aula, com levas sucessivas de excedentes, sem que às faculdades fossem atribuídos recursos adicionais para contratação e aperfeiçoamento de professores.

Na década de 60 prosseguiu o aumento indiscriminado do número de vagas nas faculdades, estivessem elas preparadas ou não para receber tais alunos. Abriu-se ainda mais a escola superior nos anos 70. A estatização das universidades, porém, foi enganosa. Nesta década, 70% do ensino superior era público, e maciçamente federal, mas não proporcionou a presença, nessas escolas gratuitas, de alunos de menor nível social ou de renda. Foram os que tiveram, em média, melhor formação - logo, melhores possibilidades de classificação - os que lá chegaram.

Os menos afortunados acabaram tendo de ir para as escolas pagas. E, quanto mais fracos na sua formação, piores as faculdades em que conseguiram ingressar.



MASSIFICAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

A reversão deu-se na década de 80. Autorizaram-se tantos cursos em escolas superiores isoladas e universidades particulares, que no início dos anos 90 a equação já era inversa: 70% dos universitários já estavam no setor particular, e apenas 30% no público gratuito.

A universidade pública, a esta altura, já se confundia com o rol genérico do ensino público desacreditado, com raras e honrosas exceções. O preço pago pela incompetência e pela imprevidência foi a radical perda de qualidade do ensino.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Além disso, quando se abrem, em sobrados, escolas particulares com títulos de faculdades, não se está tomando mais acessível o saber; estão-se, apenas, alimentando esperanças impossíveis de alguns, e enfraquecendo a própria instituição universitária.

A preocupação deixa de ser o saber para ser o título, mas o mercado de trabalho é inclemente; alimenta-se apenas um sonho ilusório.

Deficiências de nossos cursos médios, como vimos anteriormente, fazem com que a universidade seja obrigada a ensinar o que se transmitia no antigo ginásio. O Mestrado, então, vem para suprir as deficiências do Bacharelado, e assim sucessivamente até o Pós-doutorado.

Continua o faz-de-conta. O equívoco da universidade massificada, de resto, cria situações ridículas, como cursos de Relações Internacionais onde professores e alunos não falam outra língua que não o Português, apenas repassando conhecimentos de História compatíveis com o 2o Grau.

E a enorme quantidade dos que se formam em Comunicação? Em Sociologia? Em Psicologia? Alguns comunicadores não aprendem sequer a redigir na língua vemácula; enganam-se jovens com diplomas que não atestam conhecimento superior nem pesquisa.

Vale dizer e repetir sempre: democratizar a Educação não é dar acesso à Escola, mas ao saber.

E grave erro, por isso, conseguir democratização do ensino com a falsa impressão de massificação

Esta última, como já analisamos em outros graus do ensino, pode ser instrumento de alienação: dá aos mais humildes a falsa impressão de que se libertaram, de que se habilitaram ao mercado de trabalho; vaga e vazia impressão de mobilidade social. Impressão falsa porque não houve aumento de conteúdo, nem a pretendida libertação; pelo contrário, manteve-se a alienação com a perigosa impressão de satisfação

PORTANTO, não é, certamente, demonstração de elitismo afirmar-se que o ensino superior deve ser reservado àqueles que tenham vocação específica.

A formação comum a todos deve ser dada até, o nível de 12 e 22 Graus. Daí, então, é que o jovem, seguindo a sua vocação, e de acordo com o seu nível de informação e habilidades específicas, tomará seja o rumo da universidade seja o das escolas técnicas.

Foi sempre assim, no mundo capitalista e no mundo socialista: o acesso à universidade é reservado aos que mostrem aptidão e vocação para os estudos superiores, seja no campo de prestação de serviços, seja no campo dos conhecimentos públicos.

Colocar um jovem mal preparado numa universidade não é evidência de democratização. Mesmo porque as faculdades que hoje se multiplicam, muitas vezes sem eficiência nem seriedade, apenas sugerem, mascaram uma promoção vertical que não houve e, em muitos casos, não habilitam para o mercado de trabalho.

Democrático será abrir a universidade a todos os que tenham vocação, pobres ou ricos, e sustentá-los na promoção cultural, científica e social. Isto é investimento nacional, e não mera despesa pública.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

O chamado Vestibular Unificado, mal orientado, tem colaborado para as distorções atuais. Entre elas:

- Estudantes procuram faculdade mais fácil, ainda que ela seja longe de sua cidade. Mais tarde, a diversidade curricular dificulta eventuais transferências;

- Os jovens, querendo apenas ser universitários, escolhem carreiras menos procuradas ou com maior oferta de vagas. Surgem modismos e falsas vocações. Multiplicam-se os cursos desnecessários;

- O grande número de candidatos conduz às provas de múltipla escolha, com os vícios e prejuízos já conhecidos;

- A possibilidade de aprovação-estimula o ingresso na universidade como terminalidade natural de todo o processo escolar, o que não é verdadeiro e reduz a procura dos cursos de nível médio.

Verificamos, igualmente, que um sistema de salários baixos fez com que, no decorrer do período, os professores de maior capacidade e conhecimento fossem buscar recursos financeiros fora da escola, e não aceitassem o regime de dedicação exclusiva à vida universitária. Os que ficaram nem sempre eram os mais aptos ao controle da atividade escolar: são, às vezes, mal formados, por não disporem de recursos para pesquisa, livros técnicos, laboratórios.

e) ESCOLA PÚBLICA - PAGA OU GRATUITA?

Quem conhece, ainda que superficialmente, o campus de qualquer universidade pública, sabe que ali não estão, em média, os alunos ricos.

São estudantes de nossa sofrida e perseguida classe média, cujos pais não têm recursos para manter filhos em escolas superiores pagas.



ESCOLA PÚBLICA, PAGA OU GRATUITA?

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

O que se tem de fazer, ao invés de cobrar a escola superior dos que a conquistaram gratuita, é estender a gratuidade aos que não a têm e dela necessitam, seja em escolas públicas, seja nas particulares, por meio de convênios e bolsas.

A universidade pública tem de ser gratuita para os que provarem vocação e talento; agir de modo contrário é elitizá-la ainda mais.

Não há negar que certas instituições, como vimos, gastam errado, ou gastam demais para o que produzem. Cabe ao governo - como à sociedade - proceder à sua fiscalização e correta avaliação.

Há professores que recebem por aulas que não dão e por pesquisas que não fazem. Há funcionários em excesso. Vamos corrigir esses erros e não romper a corda no lado mais fraco, penalizando o aluno.

As cifras indicam que, ainda que os alunos ricos viessem a pagar às universidades públicas anuidades em nível elevado nos padrões internacionais (US \$ 10,000, por exemplo), o aumento do orçamento correspondente não ultrapassaria os 10% do necessário. Não é este, pois, o problema.

O que importa não é pagar, é aumentar a produtividade. O que se deseja é ensinar, não cobrir um déficit.

Existem ótimas universidades pagas, em todo o mundo, particularmente nos Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil também. Mas existem, igualmente, no ensino público, excelentes estabelecimentos.

No Brasil também.

A melhor universidade nos Estados Unidos (Harvard) é paga. Já o Instituto Max Planck (Alemanha), considerado celeiro de Prêmios Nobel, é gratuito. A Sorbonne também é gratuita.



UNIVERSIDADE DE HARVARD - ESTADOS UNIDOS



INSTITUTO MAX PLANCK - ALEMANHA



UNIVERSIDADE SORBONNE - FRANÇA

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

Fato grave é que, no Brasil, despreza-se o sistema de doações e financiamento a fundo perdido, para as universidades e pesquisas. Diz o professor Francisco Landi (Politécnica/SP): "nunca tivemos uma única doação vinda de qualquer empresário, quer tenha estudado aqui, ou não". Sabemos que, nos Estados Unidos, as universidades sobrevivem com 40% de doações.

Harvard é bom exemplo, mesmo assim ainda tem de cobrar em média US \$ 15,000 por aluno/ano.

O Partido Liberal esboça, aqui, algumas sugestões preliminares, para orientar a discussão sobre o tema da escola pública paga, que não pode ser analisado fora de um debate geral sobre o papel da escola

Hoje há os que querem começar o debate por uma eventual conclusão. Temos de começá-lo no seu início: o que deve fazer a escola e o que ela está fazendo? O Partido Liberal propõe algumas afirmações preliminares, a partir do que podemos discutir a teoria da escola gratuita. Por exemplo: o direito à educação é universal. Ele não pode ser negado a alguém apenas porque lhe falem recursos. O que um jovem ou adulto deve aprender é limitado apenas por sua capacidade e sua vontade de trabalho.

A ninguém pode ser negado acesso ao saber por falta de recursos financeiros.

Estabelecida essa premissa, pode-se aceitar desde a escola particular subvencionada até a escola pública. Importante é que o Estado' seja colocado a serviço do aperfeiçoamento individual que assegura a ' liberdade e fortalece o homem contra a tirania.

Vale aqui, mais uma vez, uma reafirmação de princípios do Partido Liberal (PL):

Educar é um direito e um dever da família. Mais tarde vai sê-lo do indivíduo. O

Estado apenas auxilia a família, mas o dever e os direitos preliminares do indivíduo são dela.

É lamentável que recente documento do Ministério da Educação tenha proclamado que as "entidades particulares têm de merecer, fazer jus à delegação que recebem do Estado de se apresentarem como agências de difusão do conhecimento..." .

Essa frase, profundamente totalitária, antidemocrática, sugere que as famílias recebem delegação do Estado para educar; quando, o que acontece é exatamente o contrário. O Estado, ele sim, é um mero concessionário da família e desempenha o papel de instrutor mais do que de educador, porque, da complexidade do mundo moderno, seria impossível, a cada família, transmitir a seus filhos todos os conhecimentos de que eles necessitam.

Dizendo o que disse, o Ministério da Educação está equiparando educadores a concessionários de rádio e TV.

Desde quando cabe ao governo dar concessões para a difusão do conhecimento?

Esta é ideia antiga, que nasceu na Alemanha de Hitler e na União Soviética de Stalin.

O Estado é que recebe uma delegação da Família e da Sociedade

Educadores não são agentes estatais, salvo em governos totalitários.

A Escola livre é concessionária da Família e da Sociedade, e não do governo.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

f) ALIMENTAÇÃO INFANTIL

O Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF - em seu Relatório da Situação Mundial da Infância (1992) versa temas da maior gravidade, em que se constata que o abismo entre a riqueza e a pobreza está gerando sérios desequilíbrios na ordem natural da Terra e comprometendo o futuro de nossas crianças: 20% da população mais abastada do mundo consomem 80% dos seus recursos materiais.

O relatório é resultado de estudos e pesquisas efetuados para o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, realizado em Setembro de 1990, com a presença inédita de 70 Chefes de Estado ou de Governo, e consubstancia as metas então selecionadas, bem como, as proposições aprovadas.

Dentre as metas selecionadas - que, supõe-se, se transformarão em planos de ação governamental - duas devem ser ressaltadas:

- Reduzir drasticamente as mortes e a desnutrição infantis, e
- Garantir que todas as crianças tenham educação básica (meta ser atingida até o final do século).

Foi claramente admitido pela UNICEF, no que tange à disponibilidade de recursos dos países carentes ou problemáticos 'em relação ao assunto, que a riqueza não pode ser sustentada pela fome e analfabetismo das crianças. Constatou-se, outrossim, que ação empreendida pelos países mais ricos para aliviar a carga da dívida externa dos demais e para promover a abertura de mercados, é fundamental para que as reformas econômicas permitam aos povos dos países em desenvolvimento "condições de vida mais decentes".



XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

As assertivas baseiam-se em fatos concretos, apontados pelo Relatório:

- 250 mil crianças morrem a cada semana; outros milhões vivem desnutridas e, quase sempre, doentes;

- Aproximadamente 50% de todos os casos de desnutrição, doenças e mortes precoces são causados por 5 ou 6 doenças específicas, que podem atualmente ser evitadas ou tratadas a custo muito baixo;

- Ao longo da década de 80, a crise que correspondeu ao pagamento da dívida externa dos países gerou - em paralelo problema agudo quer de crescente desnutrição infantil, quer de decrescentes taxas de escolarização.

Prossegue o estudo estabelecendo um demonstrativo específico: o TMM 5 (Taxa de Mortalidade de Menores de 5 anos) que é, talvez, o mais importante dos indicadores UNICEF.

A TMM5 representa o número de óbitos para cada 100 crianças nascidas vivas, ao longo de um ano. É um princípio inovador e moderno, que mede resultados ao final de um processo.

O Partido Liberal, que tem ideias e projetos muito definidos sobre o problema da criança no Brasil, deseja apoiar, dentro da realidade e das possibilidades de nosso País, as metas globais para o ano 2.000 que foram estabelecidas pela UNICEF. Passarão elas a ser, igualmente, metas de nosso Partido, de seus representantes e de seus agentes executivos, para a próxima década:

1. Redução para, pelo menos, 70 óbitos para cada 1.000 nascimentos, até o 52 ano de vida da criança;

2. Redução de 50% das taxas de desnutrição grave e moderada, entre as crianças menores de 5 anos;

3. Água e saneamento básico para as famílias carentes;

4. Oferta de educação básica para todas as crianças;

5. O Grau completo para, pelo menos, 80% do universo que se apresenta;

6. Educação para prevenção de gestações de mulheres muito jovens, bem como de partos muito próximos;

7. Redução, em pelo menos 10%, da incidência do "peso de risco" ao nascer (menos de 2,5 kg);

8. Redução de pelo menos 1/3 da anemia por deficiência de ferro entre as mulheres parturientes;

9. Eliminação virtual das deficiências de vitamina A, bem como, das doenças que resultam da falta de iodo no organismo;

10. Redução, em 90%, dos casos de sarampo, e redução em 95% de sua mortalidade;

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL

- I 1. Sistematizar a imunização de 90% das crianças até 1 ano de idade contra o tétano;
- I 2. Redução de 50% na mortalidade infantil causada por doenças diarréicas;
- I 3. Erradicação da poliomielite.

Este é um programa mínimo, que pode ser custeado por nossos próprios recursos, em nível federal, estadual ou municipal. Existem, ademais, possibilidades de financiamento internacional desses programas para necessidades básicas: cuidados com a saúde; ensino básico; planejamento familiar; saneamento, etc.

A existência de um programa municipal de alimentação e nutrição não implica a dispensa de ações de responsabilidade federal ou estadual. Ao contrário, o programa municipal deve-se constituir no mecanismo de coordenação dessas ações, compatibilizando seus objetivos e esforços, visando a um máximo aproveitamento dos recursos disponíveis.

E perfeitamente viável lutar pelo fim da desnutrição no município.

Basta canalizar corretamente os recursos, e em pouco tempo se poderá constatar queda nos índices de mortalidade materno-infantil, e das principais doenças que atingem gestantes, nutrízes e crianças. O ideal será que, na municipal idade, nenhuma gestante ou criança carente passe fome. Aí não vai, apenas, uma prioridade; há um dever de solidariedade cristã.

Um prefeito, ainda que não calce todas as ruas e pouco mais possa realizar, ficará na memória de sua cidade se puder dizer "Eu acabei com a fome na minha cidade". Logo será imitado, por pressão popular.

O Projeto do Leite

Outro não é o objetivo do Partido Liberal, ao lutar pelo projeto que prevê a distribuição gratuita de leite para crianças, em nível municipal, estadual e federal.

O Partido Liberal desde a sua fundação tem-se dedicado ao assunto. Nunca um partido político, desde as campanhas liberais pela Abolição, consagrou-se a objetivo tão nobre e, por isso, é nosso dever continuar lutando, principalmente através de nossos prefeitos e vereadores.

Está provado, por estudos que efetuamos, que a alimentação das gestantes carentes (nos 6 últimos meses de gravidez) e das crianças até 2 anos, não representa despesa maior para as Prefeituras, do que o que se poderia gastar mais tarde com ambulatorios e hospitais porque as crianças não foram alimentadas no tempo devido. E muito mais ainda gastarão as prefeituras com escola, com repetências, o que significa depois, cidadãos mal preparados. Teria sido muito mais barato cuidar dos dois anos iniciais.

Cada cidade tem a sua própria realidade. Em algumas delas, para a realização do projeto bastará um acordo com empresários ou fazendeiros locais. Em outras, acordos com as agências e programas especializados. A livre iniciativa local poderá, em alguns casos, assumir os custos e até a administração do projeto.

XXIII. BANDEIRAS DO LIBERALISMO SOCIAL



PROJETO DO LEITE - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE LEITE PARA CRIANÇAS

g) CONSIDERAÇÕES RELEVANTES

Para o liberalismo social, não haverá civilização sem respeito às leis e aos princípios contidos na declaração universal dos direitos humanos. Não será um liberal social, portanto, alguém que se apresente para defender a democracia sem resguardar compromissos com a livre iniciativa e liberdade de mercado.

O PARTIDO, por Bertold Brecht

O indivíduo tem dois olhos.

O Partido tem mil olhos.

O indivíduo tem sua hora.

Mas o Partido tem muitas horas pela frente.

Mas, afinal, quem é o Partido?

Ele fica sentado em casa, com o telefone ao lado?

Seus pensamentos são secretos e suas decisões desconhecidas? Quem é ele?

Ele é Você, eu, nós todos.

Ele veste a sua roupa, companheiro, e pensa com sua cabeça

Onde Você mora é a sua casa.

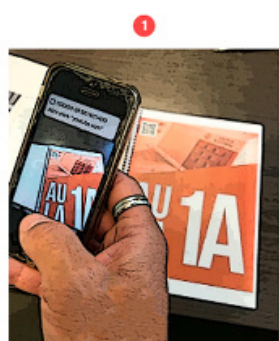
E quando ele é atacado, Você luta.

ESCOPO

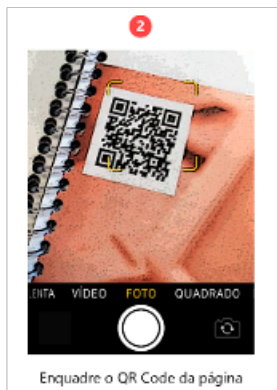
"Estamos de volta para mais um encontro com os nossos conteúdos da terceira unidade do curso de formação política à distância, promovido pelo Instituto Fundação Alvaro Valle. No encontro de hoje nós teremos a chance de saber qual é o verdadeiro papel de uma empresa privada numa sociedade verdadeiramente liberal, além de ter acesso à tese de uma economia livre, dez estatizante orientada para o liberalismo de vocação social, mais uma importante contribuição do professor Alvaro Valle, para a libertação pela via do conhecimento. Este vídeo é mais um registro histórico, registro que você não pode perder, vamos assistir".



ACESSE A AULA PELO QR CODE



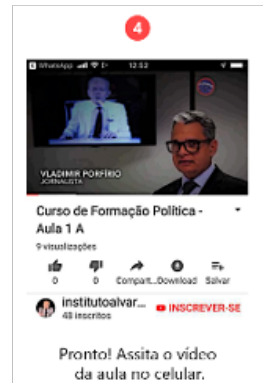
Abra o aplicativo de QR Code do seu celular (se for com iPhone, basta abrir a câmera)



Enquadre o QR Code da página



Clique no link que vai aparecer



**ALGUNS MODELOS DE APARELHOS CELULARES COM O SISTEMA ANDROID NECESSITARÃO BAIXAR O APLICATIVO DE LEITOR DE QR CODE
OS MODELOS DE APARELHOS DE CELULAR COM O SISTEMA IOS NÃO NECESSITAM DO APLICATIVO DE LEITOR DE QR CODE. A LEITURA É FEITA
AUTOMATICAMENTE PELO ACIONAMENTO DA CÂMERA**